

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
FACULDADE SERRA DA MESA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM
EDUCAÇÃO**

JULCIANE INÊS ANZILAGO

**EDUCAÇÃO POPULAR COMO PRÁXIS FORMATIVA NA EMANCIPAÇÃO
DE MULHERES DA VIA CAMPESINA**

GOIÂNIA

2023

JULCIANE INÊS ANZILAGO

**EDUCAÇÃO POPULAR COMO PRÁXIS FORMATIVA NA EMANCIPAÇÃO
DE MULHERES DA VIA CAMPESINA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás, como parte do DINTER em parceria com a Faculdade Serra da Mesa (FASEM) e como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação. Orientador: Professor Dr. Aldimar Jacinto Duarte. Linha de Pesquisa: Educação, Sociedade e Cultura Área de Concentração: Educação e Sociedade.

Catalogação na Fonte - Sistema de Bibliotecas da PUC Goiás

A637e Anzilago, Julciane Inês
Educação popular como práxis formativa na emancipação
de mulheres da via campesina / Julciane Inês Anzilago.
-- 2023.
167 f.: il.

Texto em português, com resumo em inglês.
Tese (doutorado) -- Pontifícia Universidade Católica
de Goiás, Escola de Formação de Professores e Humanidades,
Goiânia, 2023.
Inclui referências: f. 158-165.

1. Movimento de Mulheres Camponesas. 2. Mulheres -
Educação. 3. Educação popular. 4. Camponeses. 5. Trabalhadoras
rurais. I. Duarte, Aldimar Jacinto. II. Pontifícia Universidade
Católica de Goiás - Programa de Pós-Graduação em Educação
- 30/03/2023. III. Título.

CDU: Ed. 2007 -- 376:63-055.2(043)
376:316.334.55(043)



**PUC
GOIÁS**


Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa – PROPE
Coordenação de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – CPQSS
Escola de Formação de Professores e Humanidades – EFPH

EDUCAÇÃO POPULAR COMO PRÁXIS FORMATIVA NA EMANCIPAÇÃO DE MULHERES DA VIA CAMPESINA

Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás,
aprovada em 30 de março de 2023.

JULCIANE INES ANZILAGO

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Aldimar Jacinto Duarte / PUC Goiás (Presidente)



Profa. Dra. Lúcia Helena Rincón Afonso / PUC Goiás



Profa. Dra. Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida / PUC Goiás



Profa. Dra. Amone Inácia Alves /UFG



Prof. Dr. Vinicius Oliveira Seabra Guimarães / Faculdade de Piracanjuba

Profa. Dra. Cláudia Valente Cavalcante / PUC Goiás (Suplente)

Prof. Dr. Claitonei de Siqueira Santos / UFG (Suplente)

Dedicatória

À classe trabalhadora. Em especial, às Mulheres Camponesas.

Aos que ousam dedicar sua vida à revolução.

AGRADECIMENTOS

À Ada e ao Pedro, por me ensinarem os passos da caminhada.

Ao Pedro Ernesto, minha cria, que dá sentido às lutas pela vida!

Ao Movimento de Mulheres Camponesas e à Via Campesina, por plantar a semente da indignação e da rebeldia na causa das mulheres e da classe trabalhadora.

A meu orientador Prof. Dr. Aldimar Jacinto Duarte, que não mediu esforços no acompanhamento das batalhas de construção do conhecimento; quem, várias vezes, pensei que desistiria de mim, assim como os educadores e educadoras que acompanharam o desenvolver do trabalho.

À PUC-GO e à FASEM pela oportunidade única de me permitir fazer o doutoramento.

Às mulheres e famílias que confiam na luta dos trabalhadores e das trabalhadoras e que disponibilizaram um pedaço de seu tempo em função da coleta de dados no trabalho de campo, contribuindo na pesquisa e nas reflexões.

Aos colegas da turma, com quem partilhamos esse momento de construção do conhecimento, por meio do qual, com audácia, ousaremos chamar-nos de doutoras e doutores: impulsionados, porém, pelo espírito transformador, construiremos novos dias.

OBRIGADA!

CONCEIÇÃO PALUDO, PRESENTE!

“Para caminhar rumo à emancipação, um dos aprendizados proporcionados pela luta das camponesas evidencia que não adianta só compreender com razão (inteligência) que se é dominada, discriminada e explorada; é preciso querer (vontade), apaixonar-se (emoção) e inserir-se nos processos de forma efetiva (ação). É preciso, então, reeducar a subjetividade. A razão, a vontade, a emoção e a ação têm que estar integradas, buscar compor um todo coerente, enfrentando as contradições, num movimento de resistência que forja e realimenta, permanentemente, um novo jeito de pensar, de ser e de agir” (PALUDO, 2009, p. 12).

Dia 03 de maio de 2023, compartilhamos de uma triste notícia, que é o falecimento de nossa companheira Conceição Paludo. Partiu deste plano terreno, aos 68 anos de idade, em decorrência de um câncer.

Despedimo-nos, com muita tristeza, no plano terreno, dessa valorosa companheira, que tanto contribuiu para a construção do que somos hoje, enquanto mulheres e Movimento de Mulheres Camponesas.

RESUMO

Este trabalho vincula-se ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, na Linha de Pesquisa: Educação, Sociedade e Cultura. Tem aderência ao grupo de pesquisa Juventude 'Educação' cadastrado no CNPq e se integra ao projeto de pesquisa intitulado: 'Diversidade Cultural e Educação - Juventudes, Participação Política, Organizações e Movimentos Sociais no Século XXI. Tem-se como objetivo geral compreender se, e como as práticas educativas dos movimentos sociais da Via Campesina em seus processos formativos contribuem para a formação das mulheres camponesas como sujeito na sua práxis cotidiana. O estudo partiu do seguinte problema: quais os sentidos atribuídos por um grupo de mulheres camponesas à formação promovida pela Via Campesina, no intuito de contribuir, ou não, para a emancipação e libertação da mulher, tanto nos aspectos políticos e econômicos como sociais e culturais? O estudo orientou-se, teórica e metodologicamente, pelo Materialismo histórico e dialético e, em especial, pelas contribuições de ARROYO, (2008; FREIRE(1987, 1996,1997); BATISTA (2003); BRANDÃO (1984, 2009), CALAÇA E CINELLI (2018) entre outros. A metodologia constitui-se em uma abordagem qualitativa dentro do escopo metodológico das ciências humanas e sociais, em especial no campo educacional, tendo, como seus procedimentos a pesquisa bibliográfica, documental e a pesquisa de campo, com a aplicação de questionários e com a realização de entrevistas com um grupo de mulheres do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), localizado no Município de Quilombo, no estado de Santa Catarina. Conclui-se que os processos formativos no MMC contribuem para a compreensão da realidade dessas mulheres em sua luta pela emancipação feminina e camponesa; que, as mulheres da Via Campesina construíram, a partir da educação popular e das vivências nos movimentos, uma nova visão de mundo, podendo-se dizer portanto que os sentidos atribuídos por elas é de que o MMC contribui de forma efetiva para a emancipação e libertação das mulheres e que a Educação Popular aparece como metodologia central nos processos formativos que se fundamentam na *práxis*, na dialogicidade e na problematização, contribuindo para a construção do 'ser mais' das participantes do Movimento.

Palavras-chave: educação popular, mulheres camponesas, Via Campesina.

ABSTRACT

This research is linked to the stricto sensu Graduate Program in Education at the Pontifical Catholic University of Goiás, in the Research Line: Education, Society and Culture. It adheres to the research group Youth 'Education' registered with CNPq and is part of the research project entitled: 'Cultural Diversity and Education - Youth, Political Participation, Organizations and Social Movements in the 21st Century. The general objective is to understand if and how, the educational practices of the Via Campesina social movements in their formative processes contribute to the formation of peasant women as subjects in their daily praxis. The study started from the following problem: what are the meanings attributed by a group of peasant women in relation to the training promoted by Via Campesina, in order to contribute, or not, to the emancipation and liberation of women, both in political, economic and social aspects and cultural? It was theoretically and methodologically guided by historical and dialectical materialism and, in particular, by the contributions of ARROYO, (2003, 2008); FREIRE(1987, 1996,1997); BATISTA (2003); BRANDÃO (1984, 2009), CALÇA E CINELLI (2018) among others. The methodology consists of a qualitative approach within the methodological scope of the human and social sciences, especially in the educational field, having, in its procedures, bibliographical and documental research, and field research, with the application of questionnaires and with the conducting interviews with a group of women from the Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), located in the municipality of Quilombo, in the state of Santa Catarina. It is concluded that the formative processes in the MMC contribute to the understanding of the reality of these women and in their struggle for female and peasant emancipation. That, the women of Via Campesina built, from popular education and experiences in the movements, a new world view, being able to say, therefore, that the meanings attributed by them are that the MMC effectively contributes to the emancipation and liberation of women. women and, that Popular Education appears as a central methodology in the formative processes that are based on praxis, dialogicity and problematization, contributing to the construction of the 'being more' of the participants of the Movement.

Keywords: popular education, peasant women, Via Campesina.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01- Aproximação por Temas.....	p. 26
Quadro 02 – Dados gerais da Pesquisa.....	p. 94
Quadro 03 – Dados econômicos e Renda.....	p. 96

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Religião	p.97
Gráfico 02- Tempo de participação no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).....	p. 99
Gráfico 03- Participação das Mulheres nos processos formativos.....	p.100
Gráfico 04 - Cursos de que as mulheres participam e participaram.....	p.100
Gráfico 05- Participação nos espaços de decisão do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).....	p.101
Gráfico 06- Mulheres que participam dos espaços de decisão: instâncias de que participam.....	p.102

LISTA DE SIGLAS

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior
CEBS - Comunidades Eclesiais de Base
CEPLAR - Campanha de Educação Popular da Paraíba
CLOC - *Coordenadora Latino-americana de Organizações do Campo*
CLOC/LVC - *Coordenadora Latino-americana de Organizações do Campo/ La Via Campesina Internacional*
CONAMI - Coordenadora Nacional de Mulheres Indígenas
CPT - Comissão Pastoral da Terra
LVC - *La Via Campesina Internacional*
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens
MCP - Movimento de Cultura Popular
MEB - Movimento de Educação de Base
MMA - Movimento de Mulheres Agricultoras
MMC - Movimento de Mulheres Camponesas
MMM - Marcha Mundial das Mulheres
MMTR - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PJ - Pastoral da Juventude
PUC - Pontifícia Universidade Católica de Goiás
SUS - Sistema Único de Saúde
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura
UNESP - Universidade Estadual Paulista
UNMIC - União Nacional de Mulheres Indígenas e Camponesas
UNORCA - Unión Nacional de Organizaciones Regionales Campesinas y Autónomas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I - CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO POPULAR.....	28
1.1 Compreensão Sobre a Educação Popular: Um Olhar Histórico.....	30
1.2 A Educação Popular enquanto Movimento pelo Direito à Educação Escolar.....	41
1.3 Metodologia da Educação Popular: ação dialógica em Paulo Freire.....	46
CAPÍTULO II - O CARÁTER FORMATIVO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS ..	56
2.1 Os novos sujeitos educativos	56
2.2 Os Movimentos Sociais enquanto processos formativos.....	60
2.3 Mulheres e processos formativos dos Movimentos Sociais.....	67
2.3.1 As pautas de lutas das Mulheres do MMC enquanto Campo formativo...74	
CAPÍTULO III: PROCESSOS FORMATIVOS COSTRUIDOS PELAS MULHERES, NO OLHAR DAS MULHERES CAMPONESAS.....	82
3.1 A constituição da Via Campesina e as <i>Escolas de Formação de Mulheres</i>	82
3.2 Processos Educativos de Mulheres na Via Campesina.....	85
3.3 Movimento de Mulheres Camponesas no Brasil.....	88
3.4 Os dados quantitativos da pesquisa.....	93
3.5 Análise qualitativa da pesquisa: entrevistas.....	102
3.5.1 Processos e Metodologias de formação.....	106
3.5.2 A revolução verde: produção agroecológica.....	128
3.5.3 Processo formativo e realidade/experiência na pandemia.....	133

3.5.4	Consciência de classe/consciência de Gênero: Identidade – mulher camponesa.....	136
3.5.5	Liberdade X patriarcalismo e sexismo.....	139
3.5.6	Participação e movimentação das mulheres e conquistas do movimento.....	143
4	É HORA DE COLHER: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	150
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	159
	APÊNDICES	167
	Apêndice 01- Termo de Compromisso Livre Esclarecido	167

INTRODUÇÃO

A presente tese está vinculada ao programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), integrando a área Educação e Sociedade e a linha de pesquisa Educação, Sociedade e Cultura. Dentro dessa vinculação, propôs-se investigar a educação popular como ação formativa na emancipação das mulheres vinculadas à Via Campesina/Movimento de Mulheres Camponesas-Brasil, do município de Quilombo-SC¹, em diversas comunidades rurais, (Santa Terezinha, Santa Lucia, Linha Pinhal, Para Pedro). Consideramos necessário compreender a educação popular como tema importante na construção do caráter pedagógico e educativo das lutas populares das organizações sociais, principalmente, neste caso, das mulheres camponesas. O modelo de sociedade capitalista e patriarcal pautado na busca exacerbada do lucro tem colocado a vida abaixo dos interesses do mercado e as mulheres se constituem como um segmento da sociedade, em especial, as camponesas, em que a exploração de classe e a dominação de gênero são constitutivos e permanentes no cotidiano, expressando-se, inclusive, na violência, na discriminação e na desvalorização, entre outros elementos.

As práticas políticas que se verificam na disputa social dos oprimidos visam à construção de uma nova hegemonia, fundamentada em princípios democráticos e populares, capazes de consolidar um bloco histórico no qual as classes subalternas se constituam como detentoras do poder, a fim de construir uma sociedade nova, baseada em novos valores éticos, políticos, econômicos e sociais, como: justiça, solidariedade, participação e resgate da dignidade humana. Tais princípios constituem-se como um processo político-pedagógico e a finalidade educativa dos movimentos sociais do campo. Nesse sentido, não há como eximir a reflexão das ações e das práticas, perpassando essa a práxis

¹ Quilombo (município)- Os primeiros colonizadores, descendentes de alemães, italianos e poloneses, vindos do Rio Grande do Sul, chegaram em 1940. O local onde está hoje o município de Quilombo já era povoado por um grupo de pessoas que, iludidas por um falso profeta, acreditava estar próximo o fim do mundo, quando seriam elas as únicas sobreviventes. Um soldado do governo, ao encontrar o grupo de fanáticos na mata, às margens do rio Chapecó, afirmou que eles pareciam os sobreviventes do Quilombo dos Palmares – daí o nome da cidade. <https://quilombo.sc.gov.br/pagina-1971/>

e o pensamento dialético na compreensão e significação; caso contrário, ocorreriam ações mecânicas desprovidas de reflexão. Por isso, a prática tem tudo a ver com seu conhecimento, pois de nada adianta o conhecimento sem uma prática reflexiva.

A prática se dá, no entanto, por meio de um processo complexo e integrado por múltiplos aspectos em que se incorporam características que distinguem das ações de outros viventes e das outras esferas do ser. Por isso ela se torna eminentemente práxis (prática eminente a qual, ao intervir na natureza, na sociedade, na cultura, o homem constrói-se a si mesmo). A práxis não é uma atividade puramente técnica contraposta à teoria e sim uma determinação da existência humana como elaboração da realidade. (SEVERINO, 2001 p. 45)

Trata-se de compreender a educação popular como práxis na formação do ser humano como sujeito atuante e comprometido com a transformação da sociedade. Trazer este elemento na contribuição na ação transformadora da vida das mulheres camponesas faz sentido porque a elas historicamente tem sido negada a educação, mesmo a formal, bancária e tradicional. Paulo Freire em *Pedagogia do Oprimido* (1987) trata da formação do sujeito enquanto permanente capaz de reagir à formação dos modelos dominantes. Em outras palavras, os sujeitos se constituem por uma capacidade crítica e reflexiva em relação à realidade em que estão inseridos, tendo condições de transformá-la, por meio da relação dialética entre reflexão-ação-reflexão em um processo de libertação das amarras que os oprimem.

Trazer a educação popular como paradigma da formação das mulheres camponesas faz-se necessário, pois esta permite pensar a realidade desses sujeitos a partir de suas práticas; refletir e apreender sobre a realidade dessas mulheres.

Partimos do pressuposto de que a educação popular tem grande relevância no campo da educação, pois permite pensar a importância do diálogo, da reflexão e da ação na construção de novos sujeitos sociais, pensantes e emancipados, mesmo que em uma sociedade baseada nas relações capitalistas de produção, pois se trata de uma disputa por hegemonia na formação de uma nova moral. É a partir desses pressupostos que definimos o seguinte tema:

Educação popular como práxis formativa na emancipação das mulheres camponesas: a experiência educativa da Via Campesina.

O interesse por este tema foi motivado por minha própria trajetória de vida e militância ancorado no dia a dia de ser camponesa e na vida das mulheres camponesas com as quais eu vivi e onde estão as minhas origens sociais e formativas.

No meu histórico de vida, faz-se presente um percurso de uma infância camponesa regada pelos valores e costumes do campo, do rural, do trabalho na roça, na geração de renda e de alimentos para a família, na troca entre vizinhos e na venda do excedente. O incentivo para o estudo foi um marco importante, pois este seria a única oportunidade de galgar uma vida melhor; era isso o que meus pais diziam, o que escutávamos desde criança.

A escola da comunidade rural foi onde aprendi a ler e a escrever; aprendi as letras e os números, os mapas e as partes do corpo humano; ali fiz o ensino fundamental. Na escola da cidade, fiz o ensino médio, cursado nas noites escuras e chuvosas de inverno em um ônibus caindo aos pedaços, porém sem perder o esperar de me 'formar'. Até aqui, tudo normal para crianças e adolescentes desses territórios. Percebi nesse amadurecer que isso não seria necessário; precisava aprender a 'ler o mundo' com outros olhos e que estes fossem direcionados à vida das mulheres, a partir das inquietudes vividas na família, na escola, na comunidade...era até onde meus olhos iam. Foi na caminhada da militância que compreendi alguns sentidos das realidades vividas.

Minha trajetória na militância se inicia muito cedo, a partir da Igreja Católica, assumindo tarefas como catequese, grupo de liturgia e, mais tarde, compondo e integrando o grupo de jovens da Pastoral da Juventude (PJ), participando da Comissão do Fórum contra a compra e venda de votos, entre outras atividades ligadas à Igreja. Vale ressaltar que a igreja no Município de Quilombo no Estado de Santa Catarina, onde eu atuava, tinha feito uma opção clara pela luta dos camponeses e movimentos sociais, pela justiça e pela vida dos povos.

Em 2002, parcialmente em consequência dessa militância, fui convidada a realizar o curso de Graduação em Administração, em convênio entre a Via

Campesina e a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Campus de Ronda Alta. Com maior compreensão da luta camponesa, minha militância se intensificava a partir da luta das mulheres, na comunidade e no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Já na graduação, o interesse por discutir os temas relacionados à questão das mulheres sempre foram pertinentes; assim, discuti no trabalho final, a produção das mulheres camponesas da comunidade rural de Salto Saudades, Quilombo SC.

Em 2007, desloquei-me de Santa Catarina para o Estado de Goiás, com a proposta de conseguir rearticular - pois já se haviam feito algumas tentativas de organizar as mulheres, tema esse que será tratado maisa diante - o MMC nesse Estado. Permaneço em Goiás até os dias atuais, contribuindo na construção do MMC, lutando para organizar e formar as mulheres, percebendo um potencial grande de transformação das mulheres camponesas e de suas famílias, assim como nos locais onde elas vivem.

Em 2010, iniciou-se a articulação entre a Via Campesina e a Cátedra da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em Educação do Campo² e Desenvolvimento Territorial, para criar um programa de pós-graduação em nível de Especialização.

A trajetória na Pós-Graduação teve vários momentos específicos que caracterizaram a experiência única do curso. Dentre eles, a forma como foram construídos o programa da Universidade Estadual Paulista (UNESP), as disciplinas dos professores e outras atividades acadêmicas em colaboração com os movimentos e a turma. No mestrado, segui trabalhando com o tema das mulheres, abordando na dissertação o tema Mulheres Camponesas em

² Educação do Campo: A concepção de escola do campo nasce e se desenvolve no bojo do movimento da Educação do Campo, a partir das experiências de formação humana desenvolvidas no contexto de luta dos movimentos sociais camponeses por terra e educação. Trata-se, portanto, de uma concepção que emerge das contradições da luta social e das práticas de educação dos trabalhadores do e no campo. Sendo assim, ela se coloca numa relação de antagonismo às concepções de escola hegemônicas e ao projeto de educação proposto para a classe trabalhadora pelo sistema do capital. O movimento histórico de construção da concepção de escola do campo faz parte do mesmo movimento de construção de um projeto de campo e de sociedade pelas forças sociais da classe trabalhadora, mobilizadas agora na disputa contra-hegemônica. Assim, a concepção de escola do campo a ser tratada aqui se enraíza no processo histórico da luta da classe trabalhadora pela superação do sistema do capital. O acesso ao conhecimento e a garantia do direito à escolarização para os sujeitos do campo fazem parte dessa luta. A especificidade desta inserção manifesta-se nas condições concretas em que ocorre a luta de classes no campo brasileiro, tendo em vista o modo de expansão do Agronegócio e suas determinações sobre a luta pela terra e a identidade de classe dos sujeitos coletivos do campo. (MOLINA e SÁ. p. 236. 2012).

Movimento: sua organização e resistência no Assentamento Fernando Silva em Porangatu/Goiás. Nesse momento da construção da bagagem intelectual, é importante a compreensão histórica da trajetória no curso/pesquisa para a vida também do Movimento de Mulheres Camponesas, pois a intenção é ajudar e entender a relação entre a militância, as políticas públicas, a autonomia das mulheres e as estruturas de poder de um dado espaço. Para mim, como estudante, a tarefa é a de compreender a partir do estudo e do trabalho militante essas inter-relações. Ser militante camponês/camponesa e ousar estudar formalmente na universidade é, de toda forma, um desafio para todos nós da classe trabalhadora.

O tema da educação popular como abordagem temática contribui para o conhecimento produzido na universidade, nos programas de pós graduação, em que a realização desta pesquisa poderá contribuir para os movimentos populares de mulheres em seus processos formativos. Trazer para a universidade este tema significa trazer para a discussão a educação popular como método de estudo transformador para os oprimidos, mas, sobretudo, a práxis das mulheres camponesas como ciência na construção de conhecimento. partindo do pressuposto de que as mulheres camponesas sempre foram vistas como inferiores, incapazes. A educação popular, na sua práxis, torna as mulheres sujeitas, capazes, produtivas, protagonistas.

No doutorado, dei sequência a essa perspectiva de estudo, tendo sempre as mulheres camponesas não apenas como objeto de estudo, mas como sujeitos em ação a serem compreendidos no próprio desafio das lutas sociais.

Os fatores que determinaram a escolha deste tema, ou seja *Educação popular como práxis formativa de mulheres camponesas: a experiência educativa da Via Campesina*, perpassa os elementos formativos articulados e estudados na Via campesina-Brasil como elementos que fundamentam o estudo de como a educação popular tem fundamentado as práticas das mulheres no seu cotidiano. Do ponto de vista pessoal, esta abordagem intelectual permite teorizar as práxis vivenciadas e as opções tomadas em relação à luta e à prática militante, instigando o protagonismo das mulheres, visto que minha origem é camponesa, da classe trabalhadora.

No aspecto acadêmico, essa temática tende a contribuir tanto para a universidade como para os movimentos sociais no ponto de vista da reflexão

intelectual, fazendo uma abordagem de como práticas educativas feitas pelos movimentos sociais da Via Campesina em seus processos formativos têm contribuído para a formação das mulheres camponesas como sujeitas na sua práxis cotidiana.

A Via Campesina é uma articulação de movimentos sociais camponeses que se articula em vários continentes, que nasce da necessidade de discutir e criar ações acerca de temas que perpassam esse público, como projeto de agricultura camponesa, agricultura familiar³, agroecologia⁴, visibilidade do campesinato⁵ no mundo.

Esta pesquisa acrescenta ao campo da educação a reflexão sobre o que, de fato, as experiências formativas de educação popular têm influenciado e transformado as práticas das mulheres no seu cotidiano, tendo em vista que os sujeitos pesquisados são integrantes desse movimento. Nesse sentido, quando se pensa nessa temática, discutida no contexto geral da organização, pode-se afirmar que do ponto de vista do discurso há, sim, um avanço significativo, ou seja, é perceptível que a paridade de gênero nas instâncias de decisão contempla a participação das mulheres; por outro lado, percebe-se que alguns debates acerca dos temas ditos 'das mulheres' como, violência contra a mulher, o cuidado, até mesmo a educação fazem parte da discussão dos setores de gênero dos movimentos mistos e dos movimentos autônomos de mulheres da Via Campesina.

A partir de tais motivações definimos a seguinte questão como norteadora de nossa pesquisa: quais os sentidos atribuídos por um grupo de mulheres

³ Agricultura Familiar: modelo de organização da produção agropecuária onde predominam a interação entre gestão e trabalho, a direção do processo produtivo pelos proprietários e o trabalho familiar, complementado pelo trabalho assalariado. (NEVES. p.32. 2012)

⁴ Agroecologia: um conjunto de conhecimentos sistematizados, baseados em técnicas e saberes tradicionais (dos povos originários e camponeses) "que incorporam princípios ecológicos e valores culturais às práticas agrícolas que, com o tempo, foram desescolologizadas e desculturalizadas pela capitalização e tecnificação da agricultura" (Leff, 2002, p. 42 *apud*. GUHUR E TONÁ p.57. 2012).

⁵ Campesinato é o conjunto de famílias camponesas existentes em um território. As famílias camponesas existem em territórios, isto é, no contexto de relações sociais que se expressam em regras de uso (instituições) das disponibilidades naturais (biomas e ecossistemas) e culturais (capacidades difusas internalizadas nas pessoas e aparatos infraestruturais tangíveis e intangíveis) de um dado espaço geográfico politicamente delimitado (COSTA e CARVALHO, p. 115. 2012).

camponesas à formação promovida pela Via Campesina no intuito de contribuir, ou não, para a emancipação e libertação da mulher, tanto nos aspectos políticos e econômicos como sociais e culturais?

A pesquisa tem como objetivo geral compreender se, e como, as práticas educativas dos movimentos sociais da Via Campesina em seus processos formativos contribuem para a formação das mulheres camponesas como sujeito na sua práxis cotidiana. Definimos, então, três objetivos específicos: - compreender os fundamentos teóricos e epistemológicos da educação popular no Brasil; - investigar sobre os movimentos sociais em seu *lato sensu*, e sua especificidade enquanto movimento de mulheres e o movimento da Via Campesina no Brasil; - analisar no processo formativo da Via Campesina Brasil as mulheres e seu fundamento na educação popular como elemento transformador na formação da práxis das mulheres do campo.

O método que orienta o desenvolvimento do estudo compreende o materialismo histórico-dialético⁶. Por tratar-se de um método que permite a interpretação da realidade, visão de mundo e a práxis, caracteriza-se pelo movimento do pensamento através da materialidade histórica da vida dos homens em sociedade, isto é, trata-se de descobrir (pelo movimento do pensamento) as leis fundamentais que definem a forma organizativa dos homens durante a história em sua contradição. Neste estudo, o materialismo histórico e dialético evidencia-se, em especial, ao apreender as contradições de classes inerentes à sociedade capitalista e a luta das classes e sujeitos historicamente excluídos, no sentido de construção de uma nova hegemonia que não tenha a exploração do homem pelo homem como seu fundamento. Além disso, a

⁶ O materialismo dialético é a filosofia do marxismo. Este termo foi utilizado por Plekhanov em 1891, que considerava que Engels, no livro *AntiDühring*, foi quem definiu as bases do materialismo dialético. Para tal, Engels tomou como base o materialismo mecanicista da Revolução Científica e do Iluminismo, e a dialética idealista de Hegel, negando o mecanicismo da primeira corrente e o idealismo da segunda. A combinação entre o materialismo e a dialética modificou ambos. Assim, dialeticamente, o material e o ideal são opostos, mas coexistem dentro de uma unidade, cuja base é material. A realidade concreta, na perspectiva dialética, é contraditória e é este conflito de contrários que provoca o movimento de transformação histórico e progressivo, sendo essas transformações que provocam a novidade qualitativa. Sendo assim, a combinação entre materialismo e dialética resultou em “um corpo de teoria considerado como verdadeiro em relação à realidade concreta como um todo, e concebido, em certo sentido, como científico, como uma espécie de filosofia natural que generaliza as descobertas das ciências específicas (ao mesmo tempo que nelas se sustentam)” (SANTOS *et al.*, 2018).

construção metodológica do presente texto busca evidenciar a estrutura histórica dentro da contextualização social e política, entremeada com a dualidade presente na formação social e política do contexto das mulheres camponesas.

A metodologia se constitui em uma abordagem qualitativa dentro do escopo metodológico das ciências humanas e sociais, em especial no campo educacional, tendo em seus procedimentos a pesquisa bibliográfica, documental e a pesquisa de campo com a aplicação de questionários e com a realização de entrevistas.

A fim de cumprir com os objetivos deste estudo procedeu-se inicialmente a uma pesquisa bibliográfica, a fim de oferecer um suporte teórico epistemológico a partir do levantamento de referências essenciais que discorrem sobre o tema e o objeto de pesquisa em questão. Logo, este tipo de pesquisa é considerado necessário por fundamentar a produção científica a fim de provocar, em especial em assuntos menos explorados, o levantamento de pressupostos que irão calhar como fontes instigáveis e pressupostos para pesquisas futuras.

Como continuidade, realizou-se a pesquisa de campo com investigação qualitativa, visto que o interesse primordial é pesquisar sobre os sentidos atribuídos por um grupo de mulheres ao caráter formativo do Movimento de mulheres Camponesas. Trata-se, ainda, de uma pesquisa de caráter exploratório, em virtude das compreensões teóricas e sua afinidade com a pesquisa prática para o acesso ao campo de estudo.

Para realização dessa pesquisa, foram selecionadas mulheres que participam de um grupo do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), localizado no Município de Quilombo, no estado de Santa Catarina, município este onde o MMC se faz presente desde o início de suas articulações como movimento organizado de caráter camponês, feminista e popular.

O Universo da pesquisa deu-se a partir de 10 mulheres participantes do movimento no município. De início, foi aplicado um questionário semiestruturado para todas as mulheres que participam dos grupos das comunidades que tivessem o interesse de respondê-los. Após o cotejamento dos dados dos questionários, foram selecionadas as 10 mulheres que melhor atendessem aos critérios da pesquisa. Diante desse resultado, seguiu-se para o contato com as mulheres indicadas para a realização de entrevistas .

A partir dessa delimitação tendo os questionários respondidos como instrumento de trabalho, as pesquisadas foram selecionadas a partir dos seguintes critérios fundamentais de inclusão: ser mulher que participa do Movimento de Mulheres Camponesas; ter/estar, participado/participando, de processos formativos oferecidos pelo movimento; morar em unidade camponesa de produção; responder ao questionário aplicado pela pesquisadora; ter disponibilidade para participar da entrevista.

Inicialmente, entramos em contato por telefone e via e-mail com as prováveis participantes da pesquisa, sendo estas selecionadas de forma prévia a partir de levantamento realizado nas direções estaduais do Movimento de Mulheres Camponesas. A partir da triagem inicial e seleção da amostra, como instrumento de coleta de dados, será aplicado/enviado um questionário semiestruturado via *Google Docs*. Posteriormente, ao recebidos os questionários via internet, terão estas suas informações tabuladas a fim de se sistematizarem dados com as informações sobre as participantes da pesquisa na primeira fase.

Quanto ao Questionário Semiestruturado

De acordo com os procedimentos legais relativos à pesquisa com seres humanos, o projeto de pesquisa foi submetido à Plataforma Brasil e aprovado pelo Comitê de Ética. Quanto ao questionário semiestruturado, foram realizados os seguintes procedimentos: contato por telefone para encaminhamentos práticos de retorno dos questionários, em função da Pandemia do Covid 19⁷, foi enviado o Termo de Consentimento Livre Esclarecido e o questionário no *google forms*; na sequência, as mulheres responderam ao questionário semiestruturado e enviado à pesquisadora. No total, foram dez questionários respondidos conforme previsão.

⁷ Covid 19: A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. O SARS-CoV-2 é um betacoronavírus, descoberto em amostras de lavado broncoalveolar obtidas de pacientes com pneumonia de causa desconhecida na cidade de Wuhan, província de Hubei, China, em dezembro de 2019. Pertence ao subgênero Sarbecovírus da família Coronaviridae e é o sétimo coronavírus conhecido a infectar seres humanos. [O que é a Covid-19? — Ministério da Saúde \(www.gov.br\)](http://www.gov.br)

Quanto à Entrevista Semiestruturada

Após a aplicação/envio e recebimento do questionário semiestruturado, as participantes da pesquisa foram entrevistadas por meio remoto ou presencialmente, a depender das orientações sanitárias relativas à pandemia do Covid 19, no momento de sua realização. No caso de realização por meio remoto, utilizaram-se plataformas como *Skype*, *Google Meet*, *Zoom* ou *Teams*, a depender da escolha e possibilidades das participantes. As respostas obtidas subsidiaram e complementaram de forma relevante as análises e as discussões dos dados finais alcançados.

Vale destacar que as entrevistas tiveram a duração máxima de uma hora, na qual o participante pôde discorrer sobre sua trajetória de vida pessoal; atuação no Movimento de Mulheres Camponesas; processos formativos e práticas políticas e sociais em seu cotidiano, conforme delimitado pelo roteiro. Caso não conseguíssemos concluir a entrevista em uma só visita, agendamos um segundo encontro quando e onde fosse favorável à mesma ou conforme salientado anteriormente, por meios digitais.

Nesse sentido, a partir de uma visão qualitativa, a entrevista semiestruturada formalizada, enquanto procedimento de coleta de dados, foi proposta como forma de complementar os dados primários colhidos, pois propiciaria situações que condicionam a composição das respostas de cada um dos participantes. Em outras palavras, permite que o pesquisador possa extrair uma quantidade significativa de informações e sentimentos subjetivos emaranhados em meio às respostas compostas de forma própria e única por cada pesquisado.

Quanto à Pesquisa Documental

A pesquisa documental teve como objetivo levantar o material formativo, a proposta pedagógica dos cursos de formação direcionados aos grupos de mulheres camponesas, assim como o material de divulgação, entre outros que perpassam a formação das mulheres. Nesse sentido, a pesquisa documental

permite recolher, analisar e interpretar as contribuições teóricas produzidas para determinado público, no nosso caso, as mulheres camponesas.

Para se construir o objeto em questão, recorreremos ao levantamento das produções acadêmicas relativas ao tema proposto. Esse levantamento permitiu observar a contribuição da formação nos movimentos sociais, aqui direcionada para a organização das mulheres camponesas em função de sua emancipação. Tal levantamento teve como base de pesquisa as dissertações de mestrado e teses de doutorado realizadas nos últimos dez anos (2009-2019) e depositadas no Banco de Teses e Dissertações da Capes. Buscou-se fazer um levantamento acerca do tema “Educação popular como paradigma nas práxis do Movimento de Mulheres Camponesas”. Nesse sentido, busca-se obter um panorama das elaborações teóricas que vêm sendo discutidas nesse período.

Inicialmente, a partir de pesquisa na plataforma da CAPES, buscou-se identificar produções acadêmicas em âmbito de mestrado e doutorado que contemplassem o tema de pesquisa deste trabalho. A partir desse acesso, surgiram diversas possibilidades de pesquisa: por autor, ano, área e nível. Inicialmente, fez-se uma coleta de trabalhos que contemplassem as categorias previamente selecionadas. No primeiro momento da pesquisa, foram considerados todos os trabalhos que abordavam a temática Educação Popular como Paradigma na Práxis do Movimento de Mulheres Camponesas.

Em um segundo momento, adotou-se o critério da aproximação por temas e, depois, por área. De maneira a filtrar mais, optou-se por selecionar produções elaboradas entre 2009 e 2019. Finda essa parte, adotou-se o critério da aproximação temática e, finalmente, o critério de aproximação por resumo. Nesse momento, houve, também, a separação de trabalhos por tese e dissertação.

Os resultados obtidos expressam-se no quadro a seguir:

Quadro 1- APROXIMAÇÃO POR TEMAS

Aproximação temática por títulos	Quantidade de trabalhos
Educação popular	2420
Mulheres Camponesas	91
Educação popular e mulheres camponesas	4398

Como se pode constatar, há muitos trabalhos que abordam, de forma direta ou indireta, o tema proposto. Nesse sentido, passamos a selecionar os trabalhos que se relacionavam de forma mais direta com nosso objeto de estudo, resumindo-se em um recorte de 17 trabalhos. Após a leitura dos resumos, procedemos a sua sistematização, quando foram incorporados à tese na medida exigida pela análise.

A estrutura organizativa desta tese está dividida em três capítulos. No primeiro, buscamos abordar a concepção de educação popular como elemento central na discussão para embasar o tema acerca de como se faz a práxis das mulheres camponesas. Para isso, Paulo Freire, Carlos Brandão e Conceição Paludo têm centralidade na elaboração deste assunto. Ainda no mesmo capítulo, abordam-se as metodologias da Educação popular, a dialogicidade e a problematização perpassando este conceito o senso um processo transformador dos sujeitos.

No capítulo 2, o desafio foi a discussão do caráter formativo dos movimentos sociais, sendo este fator fundamental e com metodologias que perpassam a educação popular e, sobretudo, a que atua na sociedade organizada, formando e despertando no povo a ação transformadora. Os movimentos sociais, na sua concepção, promovem a emancipação das pessoas; nesse caso estamos tratando de um movimento autônomo de mulheres que pensam a autonomia das mulheres como sujeitos de transformação. Assim, também nessa sessão, buscou-se levantar as escritas sobre os temas centrais desta tese, fazendo-se, nesse sentido, uma análise em relação a seu ineditismo.

No terceiro capítulo, apresenta-se a coleta de dados realizada em campo, estabelecendo-se uma relação com as teorias abordadas nos capítulos anteriores. É, talvez, neste capítulo que aparece com mais evidência a resposta aos objetivos deste trabalho investigativo. O trabalho de campo traz a riqueza da organicidade das lutas e da formação das mulheres organizadas no Movimento de Mulheres Camponesas. As respostas materializam a práxis explicitada por Paulo Freire e discutida nesta tese.

CAPÍTULO I

CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO POPULAR

Neste capítulo, pretende-se analisar o significado de educação popular historicamente construído no Brasil, tendo como centralidade o caráter do aprendizado nos movimentos sociais, principalmente o das mulheres camponesas.

Assim, trabalhamos para discutir, primeiramente, a compreensão que se tem sobre educação popular, a partir de um olhar histórico, embasando-se para avançar no tema da educação popular enquanto movimento pela educação escolar pública como direito inalienável. Avançamos no sentido de compreender que a educação popular, além de sua constituição na luta pelo direito à escola pública, constituiu-se como movimento educativo próprio dos setores populares, quando se formula uma nova pedagogia, a 'Pedagogia do Oprimido'. Sendo assim, o capítulo avança no sentido de se trabalharem as metodologias da educação popular com um olhar mais estreito para a ação dialógica em Paulo Freire. Segundo Batista,

Destaca-se (sic) três dimensões da educação popular vivenciada nos movimentos sociais: 1) As lutas populares que buscam conquistar educação escolar pública; 2) As experiências, os processos e propostas de educação popular desenvolvidos pelos movimentos sociais e organizações da sociedade civil; e 3) o Caráter educativo e pedagógico da participação nos movimentos sociais. (BATISTA, p. 02, 2003)

Compreender essas questões e as relações que se estabelecem entre elas faz-se necessário para, no decorrer do trabalho, assimilar-se como as ações formativas desenvolvidas nos movimentos sociais, em especial o Movimento de Mulheres Camponesas, têm sentido e características muito compatíveis com a educação popular discutida e proposta por Paulo Freire em sua trajetória de educador.

Partimos do pressuposto de que a educação ocorre em todos os momentos em que os sujeitos atuam em suas práticas sociais, como também ocorrem nos momentos de instrução formal e na assimilação tendo como pano

de fundo os saberes compartilhados. De acordo com Brandão (2006), educação é todo conhecimento adquirido como modo de vida no cotidiano, na vivência em sociedade em diversas situações.

Para esse autor a educação é um dos aspectos que perpassa a vida das pessoas. Facilmente lembramos e direcionamos a educação para a escola formal, ou então, para a família na árdua tarefa de educar filhas e filhos. Consideramos que os governos historicamente pouco têm-se preocupado com o acesso à educação para a classe trabalhadora e, muito menos, para as mulheres, em especial para as mulheres do campo.

Entretanto, podemos afirmar que a educação popular nasce fora da escola. Nasce da resistência de mulheres e de homens que acalentavam sonhos de aprender a ler o mundo, construir sua autonomia, participar politicamente. Sujeitos que buscavam ser reconhecidos historicamente, socialmente, culturalmente e economicamente, com nome e voz na sociedade. A educação popular tem sua gênese nas lutas travadas pelos trabalhadores e assim se mantém até os dias atuais. Nesse sentido, podemos afirmar que a educação popular se faz inerente às lutas travadas na sociedade. Assim, podemos elencar a luta dos escravos, a luta dos servos e a luta dos trabalhadores livres no capitalismo, do chamado mundo moderno. Todos esses processos vão desencadeando formas de educação com diversas concepções, mas, em especial, vão se delinear no que Paulo Freire classificou como 'Pedagogia do Oprimido', na qual, os próprios sujeitos, em sua condição de opressão e na luta por libertação constroem suas pedagogias.

A Educação Popular tem suas bases formadas nas lutas de resistência da classe trabalhadora. No Brasil e na América latina constitui-se a partir do debate contra-hegemônico do projeto do capitalismo que se instala e se enraíza usando a classe trabalhadora como mão de obra de sustentação do capital. Este é o cenário em que os trabalhadores se encontram. A tarefa da educação popular é fazer a crítica contundente deste sistema vigente. O desafio está no processo de refletir sobre a realidade a partir do projeto hegemônico do capitalismo, o qual tem a educação como mercadoria, sendo o que marca a refundação da Educação popular. Isso exige dos educadores uma noção crítica desse processo. (Paludo, 2005).

Partindo deste caminho reflexivo que estamos construindo, Paulo Freire, Carlos Brandão e Conceição Paludo são os autores que nos embasam nas teorias acerca da Educação popular, considerando que tal modelo ou metodologia visa a superar os fundamentos ‘bancários’ da educação formal historicamente construídos no mundo ocidental, tendo em vista que, tal modelo teve e ainda tem, em grande medida, como finalidade, a reprodução do modo de produção capitalista em suas desigualdades e na fragmentação dos sujeitos.

1.1 Compreensão sobre a educação popular: um olhar histórico

Esta sessão busca analisar como a compreensão de educação se constitui a partir do movimento histórico sendo que, para tal, suas práticas são assumidas pelas classes populares na tentativa de construir um projeto de educação popular que atenda os trabalhadores e as trabalhadoras. Por outro lado, busca entender a educação como escola formal, como direito dos trabalhadores e trabalhadoras. Nesse sentido, percorremos pelas concepções da educação popular e da luta pela escola pública como temas recorrentes nesse texto.

Partimos da ideia construída por Paulo Freire, autor central, no debate da educação popular. Na sua visão, a educação é feita com o povo, com os oprimidos e com as classes populares. De acordo com Russo (2020, p. 01) “daí a denominação ‘educação popular’, porque traz como concepção uma educação libertadora, que, ao mesmo tempo é a nossa lógica do conhecimento, mas não só. Também é política, é ética, promovendo novas relações sociais”.

Agregada à concepção de Educação Freiriana, Conceição Paludo discorre sobre a Educação Popular;

A educação popular, em sua origem, indica a necessidade de reconhecer o movimento do povo em busca de direitos como formador, e também (sic) de voltar a reconhecer que a vivência organizativa e de luta é formadora. Para a educação popular, o trabalho educativo, tanto na escola quanto nos espaços não formais, visa formar sujeitos que interfiram para transformar a realidade (PALUDO, p. 285. 2012).

Os movimentos sociais comungam desse pensamento freiriano, pois este não apenas é compatível com os processos formativos desenvolvidos pelos movimentos, mas foi gestado no seio dos próprios movimentos populares e sociais na América Latina. Segundo Batista;

a educação vivenciada nos movimentos sociais caracteriza-se por ser um processo de produção, apropriação e partilha de experiências e conhecimentos sobre a realidade social, política, econômica, cultural e ontológica. Nos movimentos e nas lutas empreendidas pelos setores das classes populares são vivenciados processos educativos e propostas de educação, destacando-se as experiências de educação popular em ONGs, associações comunitárias, centros de cultura popular, as práticas de economia solidária em associações, cooperativas, feiras, e as propostas e programas de Educação dos Movimentos sociais (BATISTA. 2023, p.05).

De acordo com Paludo e Daron (2012, p.487) o Movimento de Mulheres Camponesas assume a concepção de Educação Popular na medida em que, para este,

a concepção de educação popular concebe a educação/ formação como processo dialético de socialização, reconstrução e criação do conhecimento em uma sociedade de classes. O processo educativo/formativo, nessa concepção, deve articular a formação com a organização e a luta dos trabalhadores(as).

A educação popular tem suas bases fundamentadas em um pensamento segundo o qual a sociedade só será justa e democrática se as classes oprimidas e discriminadas tomarem consciência da sua condição de vida e tenham uma visão clara dos problemas que as afetam. Tal prática educativa pode ser realizada em espaços formais e informais, sendo resultado de práticas sociais, perspectiva segundo a qual a educação nasce fora da escola, fora da sala de aula, no ambiente das organizações populares com seus princípios e suas metodologias, com bases emancipatórias que permanecem até hoje.

Já nos primeiros escritos de Paulo Freire, a educação popular, uma forma de “prática cultural para a liberdade”, deveria transformar todo o sistema e toda a lógica simbólica da educação tradicional. Trabalhos como os de alfabetização e pós-alfabetização seriam apenas um de seus momentos. Assim, um movimento revolucionário de educadores surgia contra a educação institucionalizada e constituída oficialmente, seja como sistema escolar seriado, seja como educação não-formal de adultos. Emergia como proposta de re-escrever a prática pedagógica do ato de ensinar-e-aprender, e surgia para repensar o sentido político do lugar da educação. (BRANDÃO.2006 p. 48)

Este autor argumenta ainda que, pensar sobre educação popular obriga a uma revisão do sentido da própria educação. Apoiado nas leituras freirianas, compreende que a educação popular se constitui em espaços e campos sociais. Assim, de acordo com seus estudos, “a educação popular emerge como um movimento de trabalho político com as classes populares através da educação. [...] Ela pretende ser uma ‘retotalização’ do projeto educativo, desde um ponto de vista popular” (p. 75)

Brandão (1984) define a trajetória da construção da educação popular, primeiro com a educação permanente, baseada nas experiências europeias em torno da proposta de retotalização da educação, a qual parte de premissas de universalização dos direitos ao saber e de realização plena de todos os homens, através também da educação. De acordo com esse autor, há diferentes formas de entender o que é a Educação Popular. Ela pode ser compreendida como educação para as classes populares, como ensino público. Entretanto, ela também pode ser abarcada como uma das concepções de educação das classes populares, como saber da comunidade/conhecimento popular.

Ao contrário do que tipologias costumam apontar aqui e ali, a educação popular não é uma variante ou um desdobramento da educação de adultos. Frente a um modelo de origem europeia, internacionalizado como paradigma legítimo de trabalho com as classes populares através da educação e, finalmente, rotinizado como instituição de trabalho pedagógico consagrado, a educação popular emerge como um movimento de trabalho político com as classes populares através da educação. Diante de um modelo oficial de educação compensatória, a educação popular não se propõe originalmente como uma forma ‘mais avançada’ de realizar a mesma coisa. Ela pretende ser uma retotalização de todo o projeto educativo, desde um ponto de vista popular. (BRANDÃO, p.42, 1984).

De acordo com o autor, a educação popular tem como centralidade um projeto educativo que emerge das classes populares, que carrega na sua essência o saber popular. Brandão nos ajuda compreender o saber popular;

... a produção de um saber popular se dá, pois, em direção oposta àquela que muitos imaginam ser a verdadeira. Não existiu primeiro um saber científico, tecnológico, artístico ou religioso “sábio e erudito” que, levado a escravos, servos, camponeses e pequenos artesãos, tornou-se, empobrecido, um “saber do povo”. Houve primeiro um saber de todos que, separado e interdito, tornou-se “sábio e erudito”; o saber legítimo que pronuncia a verdade e que, por oposição, estabelece como “popular” o saber

do consenso de onde se originou. A diferença fundamental entre um e outro não está tanto em graus de qualidade. Está no fato de que um, “erudito”, tornou-se uma forma própria, centralizada e legítima de conhecimento associado a diferentes instâncias de poder, enquanto o outro, “popular”, restou difuso – não-centralizado em uma agência de especialistas ou em um polo separado de poder no interior da vida subalterna da sociedade. (Brandão, 1992, p. 14)

Assim, podemos afirmar que a educação praticada pelos movimentos sociais da Via Campesina, agrega, a partir dos saberes populares com base em suas práticas pedagógicas e ações formativas cotidianas, a contribuição da efetividade da educação popular onde agrega a vivência, o pensar sobre, e as ações que transformam a realidade vivida;

Um saber da comunidade torna-se o saber das frações (classes, grupos, povos, tribos) subalternas da sociedade desigual. Em um primeiro longínquo sentido, as formas — imersas ou não em outras práticas sociais —, através das quais o saber das classes populares ou das comunidades sem classes é transferido entre grupos ou pessoas, são a sua educação popular. (BRANDÃO, p. 16, 1984)

Este autor nos ajuda a entender que há uma compreensão reduzida da educação popular, que nega o trabalho político por meio do ofício do educador, dirigido à produção e reprodução de um poder popular através da construção coletiva, no âmbito das classes subalternas, de um saber popular. Nesse sentido, há algum tempo havia uma compreensão de que a educação popular era um modo alternativo de trabalhar com o povo através da educação. No entanto,

as principais características de uma educação popular é justamente a ampliação da sua possibilidade de ser alternativo, erigida a sujeitos, grupos e classes populares em suas comunidades de vida e trabalho e, cada vez mais, um assunto, um trabalho e um sistema de que o povo participe como presença e, no limite, como poder. Que ela seja, portanto: escolar e extraescolar, pública (municipal, estadual e federal) e alternativamente civil. Bem ou mal, o poder de Estado é responsável pela distribuição do saber escolar e esta foi, não esqueçamos, uma conquista democrática. Outra, mais avançada, mais no horizonte à frente de uma nova luta pela educação democrática, é a progressiva conquista do poder de participação popular na decisão dos modos e destinos de realização de uma educação que o poder público dirige ao povo. (BRANDÃO, p.29, 1984)

Quando pensamos no caráter educativo que a educação popular tem em relação à emancipação das mulheres camponesas, não é difícil perceber que esta se faz em sua totalidade pelos grupos de mulheres organizados no

Movimento de Mulheres Camponesas. Isso se materializa quando essas agentes expressam a importância da formação feita nos grupos, até mesmo nas instâncias organizativas do movimento. A mudança de postura das mulheres é perceptível, pois estas se descobrem como sujeitos transformadores da sua realidade. Sobretudo, conseguem compreender sua importância para além dos arredores de suas casas e de suas famílias. As mulheres camponesas assumem a luta de gênero e de classe como elementos centrais na transformação das relações sociais e da proposta da nova sociedade, baseada em novos valores construídos por novos homens e novas mulheres. Parte-se, portanto, dos fundamentos do conceito de emancipação⁸.

A pauta da educação popular é concebida a partir de iniciativas populares de sindicatos, movimentos sociais e movimentos de educação e organizações que veem a possibilidade de que, a partir disso, se dê a formação crítica na compreensão da leitura da realidade.

Há que se destacar que, a despeito de a educação popular, no sentido que abordamos aqui, não ser a educação formal, pública e estatal destinada ao povo, a luta dos movimentos sociais e populares no Brasil sempre se pautaram pela garantia de tal direito, ou seja, o direito à escola pública, gratuita e de qualidade social para todos e todas. Nesse sentido, uma das pautas históricas dos movimentos sociais e populares é a escola pública de qualidade que atenda o povo em suas demandas e especificidades. Tais movimentos reivindicam historicamente que a educação escolar se aproxime metodologicamente das características de uma educação que contribua para a construção de um olhar crítico aos padrões estabelecidos, tendo em vista que a escola seriada, hierárquica e burocrática, classificada por Paulo Freire como *Educação bancária*, não atende os interesses e necessidades do povo.

A luta pela escola pública, as sucessivas campanhas pela erradicação do analfabetismo e as experiências de

⁸ Na obra *A Questão Judaica*, de Karl Marx (2002), no pensamento dele a respeito do conceito de emancipação, diz-se que este seria o processo de superação de uma ordem social, de um sistema consolidado. Seria sair do estado de tutela, libertar-se. O entendimento em relação ao termo emancipação das mulheres, trabalhado nesse estudo, tem uma ligação estreita com a teoria marxista, direcionando-o, porém à compreensão de ser uma ferramenta de combate à desigualdade de gênero, pela libertação das mulheres e da opressão que existe na sociedade

educação de classe entre operários são repertórios de ideias, de propostas e de práticas originadas e conduzidas por movimentos de educação, ou então por setores de movimentos sociais e/ou políticos dedicados à educação, durante as três ou quatro primeiras décadas deste século. (BRANDÃO, p.29,1984)

Na perspectiva dos trabalhadores, a educação para o povo deveria atender às necessidades educacionais e ir ao encontro da conscientização política esperada por todos, e por meio da qual seus filhos entenderiam as contradições existentes em seus espaços vivenciados, e sua contribuição na sociedade. A educação precisaria despertar o senso crítico de leitura de mundo, de sociedade. Os filhos e filhas dos trabalhadores e das trabalhadoras integrados à educação pública deveriam ser compreendidos como seres em transformação e transformadores da sociedade. Mas este princípio dos movimentos sociais e populares, que se constitui historicamente como campo de disputa por hegemonia na educação escolar, não se tendo constituído até então como hegemônico, reduzindo-se a experiências históricas e espaciais localizadas, sem alterar a lógica de todo o sistema educacional do país, o qual permanece como excludente. Tal perspectiva será melhor abordada no tópico 1.2 desta tese.

Ao retornarmos para a especificidade de nosso objeto de estudo, compreendemos que nos espaços dos movimentos sociais e populares a educação popular se constitui como leitura e compreensão do mundo, assinalando o envolvimento dialético entre educador e educando como sujeitos que fazem história, conscientes da importância de sua participação social e política, determinando, assim, a emancipação e a autonomia cidadã.

Despertar essa consciência é, por conseguinte, trabalhar, segundo as concepções freirianas, por meio de um processo permanente de reflexão-ação-reflexão, do qual se extrai essa proposta de educação que enxerga o educando como sujeito que busca ser conhecedor do mundo e da realidade que o cerca.

A educação popular, portanto, como processo de mediação e travessia, possibilita na prática que princípios educativos, como o trabalho, a organização coletiva, o conhecimento popular, a luta social, possam tensionar o contexto socioeconômico, onde atuam os seres (sujeitos) histórico-reais (Schönardie; Ulrich; Andreoli. *apud* COSTA, 2022, p.22)

Nesse sentido, a educação popular compreende o educando como sujeito transformador da realidade, proporcionando as condições de se pensar como sujeito dos processos educativos. Essas práticas de educação popular vão ao encontro da proposta de educação pautada pelos movimentos sociais, que avança no sentido da emancipação das pessoas com práticas pedagógicas que instiguem esse processo, destaca-se parte da entrevista de uma das pesquisadas, que diz:

Mas eu queria destacar muito uma das grandes questões que o movimento foi construindo, foi a necessidade das mulheres de sentirem direção, de assumirem o comando. Porque para as mulheres na sociedade patriarcal machista sempre lhe foram dadas tarefas para executar e no movimento de mulheres a gente busca muito fazer com que as mulheres pensem sobre o seu trabalho sobre sua vida e também elas coordenem, elas né, assumam o comando daquilo que elas precisam. (Alface,2021)

Para Brandão (1984, p. 74), Educação Popular é “em si mesma, um movimento de trabalho pedagógico que se dirige ao povo como um instrumento de conscientização”. De acordo com esse autor, *conscientização* se constitui em importante conceito muito utilizado na obra de Paulo Freire, quando se refere à passagem de uma consciência ingênua para uma consciência política, que instrumentaliza as pessoas para serem livres e emancipadas, autoras das conquistas desejadas. Assim, “a conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual o homem assume uma posição epistemológica” (FREIRE, apud BRANDÃO, 1984, p. 26)

Quando mencionada, a educação popular ela está diretamente ligada à teoria-prática-teoria, compondo, assim, o que compreendemos por *práxis*. Ou seja, uma “concepção de educação popular é uma atividade interventora que ressignifica e reorienta a globalidade das práticas com que os sujeitos educativos e seres sociais se envolvem. Por essa razão, ela implica uma teoria em relação profunda com a vida material e social dos envolvidos” (COSTA. p.18. 2002)

Justamente por essa razão é que a educação popular vai-se constituindo em espaços onde a ação-reflexão dos oprimidos materializam a educação como prática transformadora. Nesse sentido, ela se constrói em lugares estratégicos.

[...] O lugar estratégico que funda a educação popular é o dos movimentos e centros de cultura popular: movimentos de cultura popular, centros populares de cultura, movimentos de educação de base, ação popular. Mesmo quando realizado em serviços de extensão de universidades federais (como a de Pernambuco, onde Paulo Freire começou a descobrir-se em seu método de alfabetização), em setores do Ministério da Educação (desde onde seria desencadeada a Campanha Nacional de Alfabetização), ou em agências criadas por convênios entre a Igreja Católica e o Governo Federal (como o Movimento de Educação de Base), o que tornou historicamente possível a emergência da educação popular foi a Ilconjunção entre períodos de governos populistas, a produção acelerada de uma intelectualidade estudantil, universitária, religiosa e partidariamente militante, e a conquista de espaços de novas formas de organização das classes populares. (BRANDÃO, p.46,1984)

Quando se trata do papel do educador na educação popular, este desempenha a função de mediador e problematizador do conhecimento, é ele que possibilita a dialogicidade, proporcionando o aprendizado coletivo e os educandos exercendo sua autonomia nesse processo.

A educação popular é mais um modo de presença assessora e participante do educador comprometido, do que um projeto próprio de educadores a ser realizado sobre pessoas e comunidades populares. Ela se realiza em todas as situações onde, a partir da reflexão sobre a prática de movimentos sociais e movimentos populares (as “escolas” onde tem sentido uma educação popular “ensinar”), as pessoas trocam experiências, recebem informações, criticam ações e situações, aprendem e se instrumentalizam. A educação popular não é uma atividade pedagógica ..., mas um trabalho coletivo em si mesmo, ou seja, é o momento em que a vivência do saber compartilhado cria a experiência do poder compartilhado (BRANDÃO. p. 50,1984)

A educação popular tem sua marca na formação libertadora e toma como base o pensar do povo; nesse sentido, permite o conhecimento ser voltado para a transformação da realidade pela elevação de consciência da classe trabalhadora a partir da organização popular.

A educação popular é, hoje, a possibilidade da prática regida pela diferença, desde que a sua razão tenha uma mesma direção: o fortalecimento do poder popular, através da construção de um saber de classe. Portanto, mais importante do que pretender defini-la, fixar a verdade de seu ser, é descobrir onde ele se realiza e apontar as tendências através das quais ela transforma a educação na vivência da educação popular. (BRANDÃO, p. 51,1984)

Optar por fazer educação popular de forma que seja uma proposta transformadora de homens e mulheres que educam e são educados a partir da condição de vida significa fazer da educação uma prática de vida, ou seja, todas as ações realizadas no sentido de transformação devem ser comprometidas com a vida das pessoas, dos oprimidos. Há um conjunto de elementos a serem pensados.

Três tendências sucessivas podem ser reconhecidas: 1) a educação popular é, em si mesma, um movimento de trabalho pedagógico que se dirige ao povo como um instrumento de conscientização etc.; 2) a educação popular realiza-se como um trabalho pedagógico de convergência entre educadores e movimentos populares, detendo estes últimos a razão da prática e, os primeiros, uma prática de serviço, sem sentido em si mesma; 3) a educação popular é aquela que o próprio povo realiza, quando pensa o seu trabalho político — em qualquer nível ou modo em que ele seja realizado, de um grupo de mulheres a uma frente armada de luta — e constrói o seu próprio conhecimento. Neste último caso, a educação popular realiza-se independentemente da presença do educador erudito. Ele pode participar aportando, com o seu conhecimento, informações e interpretações que, a partir dos seus problemas colocados pelas e nas situações de trabalho popular, explicitam e fortalecem o saber popular, BRANDÃO, p.52,1984).

A Educação Popular é um movimento político e pedagógico, uma práxis social, e também um campo de saberes e práticas tipicamente latino-americanos. No Brasil, Paulo Freire (1921-1997) foi um dos principais construtores desse método. Embora o movimento por uma educação popular tenha surgido na década de 1950, é na década de 1960 que ele ganha força, com experiências realizadas no Nordeste do Brasil com propostas inovadoras para o terreno educacional daquele momento histórico, com ênfase, em especial, na consciência, considerada requisito fundamental para que o país avançasse em direção ao progresso e tendo como objetivo a transformação das estruturas sociais e a valorização da cultura do povo.

Dentre os movimentos voltados para a alfabetização e promoção da cultura popular que começaram a se organizar no início dos anos de 1960, principalmente no Nordeste brasileiro, podemos destacar como os mais expressivos os seguintes: Movimento de Cultura Popular - MCP (Recife-Maio de 1960); Campanha “De pé no chão também se aprende a ler” (Natal-Fevereiro de 1961); MEB - Movimento de Educação de Base (Março de 1961); CEPLAR -

Campanha de Educação Popular da Paraíba (João Pessoa-Janeiro 1962); Experiência de Alfabetização de Adultos pelo Sistema Paulo Freire, em Angicos, no Rio Grande do Norte (Janeiro de 1963). (Fávero & Junior, 1992)

No Brasil, a maior referência teórica dessa pedagogia é Paulo Freire, que elabora uma crítica ao que ele denominou 'educação bancária', uma forma de educação que pressupõe que alguns detêm o saber e outros não; que as lideranças ou os professores, os que sabem, devem transferir conteúdos aos alunos, os desprovidos de saber.

Dermeval Trigueiro (1968) destaca que, para Paulo Freire, a educação bancária reproduz estratégias de opressão e dominação, de uma classe social sobre outra, da elite sobre os trabalhadores, transformam os humanos em 'seres para outro' e não para si.

Uma primeira experiência de educação com as classes populares a que se deu sucessivamente o nome de educação de base (no MEB, por exemplo), de educação libertadora, ou mais tarde de educação popular surge no Brasil no começo da década de 60. Surge no interior de grupos e movimentos a sociedade civil, alguns deles associados a setores de governos municipais, estaduais, ou da federação. Surge como um movimento de educadores, que trazem, para o seu âmbito de trabalho profissional e militante, teorias e práticas do que então se chamou cultura popular, e se considerou como base simbólico ideológica de processos políticos de organização e mobilização de setores das classes populares, para uma luta de classes dirigida à transformação da ordem social, política, econômica e cultural vigentes." (TRIGUEIRO, 1969, p. 15).

Nesse sentido, pensar a Educação Popular aponta para pensar o legado de Paulo Freire e sua insistência na construção de uma educação do povo e para o povo, que permita uma leitura da realidade na ótica do oprimido (FREIRE 2002, p. 53). Nesse sentido, é que a práxis constitui a razão nova da consciência oprimida e que a revolução, que inaugura o momento histórico desta razão, não possa encontrar viabilidade fora dos níveis da consciência oprimida. Uma educação que proporcione a conscientização e a libertação do oprimido valorizando a cultura popular.

Se a educação popular é uma 'imposição', um 'rebento' da realidade da população trabalhadora, pobre, explorada, admitir a sua necessidade estratégica torna-se um problema ético-político (coletivo) que coloca no horizonte um outro projeto societário. E por ter como fundamento a integração entre ciência-conhecimento (popular), trabalho e cultura, esse tipo de educação (popular), necessariamente acirra contradições e

potencializa mudanças na direção do 'devir histórico-material' almejado (Schönardie; Ulrichi, Liria. *apud* COSTA. 2002, p.24)

Não diferente da totalidade da conjuntura brasileira dos anos de 1960, a educação estava inserida em uma condição política autoritária, obrigando a sociedade subalterna a organizar-se em movimentos populares; dessa organização, surgem duas perspectivas de educação: por um lado, a educação governamental, atrelada às políticas compensatórias chamadas de educação de adultos (reciclagem de saber escolar de adultos carentes) e a educação popular e, depois, educação permanente, como projetos de ressignificação política, social e pedagógica de toda a educação.

Fazendo um link com a conjuntura que movia o campo nos anos de 1960, tínhamos um cenário de afirmação das políticas destinadas ao crescimento da produtividade; é nesse período que se intensifica a implementação do pacote da 'Revolução Verde'⁹ no campo com a adoção das políticas de incentivos fiscais às empresas do ramo de alimentos processados e indústrias agro-farmacêuticas; investimentos públicos e privados em centros de tecnologia e de formação voltados às ciências da agronomia, zootecnia, engenharia florestal e veterinária moldados ideologicamente ao paradigma produtivista; consolidação de um aparelho público de assistência técnica que orienta a transmissão da racionalidade hegemônica aos agricultores; viabilização de grandes

⁹ Pacote da revolução verde- A história da Revolução Verde está atrelada ao contexto econômico e social pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945), momento histórico em que havia grande preocupação com a produção de alimentos em todo o mundo. A fome era reconhecida como ameaça mundial, uma vez que vários países enfrentavam crise de abastecimento e havia um temor muito grande de que, com o passar dos anos, a produção agrícola mundial não fosse suficiente para alimentar toda a população do globo. Sendo assim, diversos pesquisadores e produtores rurais começaram a construir iniciativas para aumento da produção de gêneros agrícolas no mundo. Na visão desses especialistas, a agricultura mundial deveria focar-se em ganhos de produção, ou seja, em maior volume produzido com o menor custo possível. Desse modo, modelos agrícolas concretizaram-se com o emprego de alta tecnologia, elemento primordial na prática da Revolução Verde. Um dos principais expoentes da Revolução Verde foi o agrônomo estadunidense Norman Ernest Borlaug (1914-2009). Ele foi um dos pioneiros em implementar e divulgar técnicas agrícolas modernas de cultivo, sendo conhecido mundialmente como o "pai da Revolução Verde". Seus estudos estavam voltados para o grande objetivo da revolução: aumentar a produção agrícola em nível mundial por meio do emprego de técnicas modernas de cultivo. Ele foi grande defensor dos transgênicos assim como de toda a cadeia produtiva baseada no emprego da tecnologia no campo. Revolução Verde: o que foi, causas, consequências (preparaenem.com)

cooperativas de produtores de monoculturas; e um modelo de crédito rural que fosse favorável aos latifundiários.

1.2 A educação popular como movimento pelo direito à educação escolar

Como já foi destacado acima, a categoria educação popular é polissêmica; assim, muitos autores na História da Educação brasileira, ao recorrerem a tal categoria o fazem referindo-se ao direito do povo à educação escolar, ou, mais precisamente, à massificação da educação escolar, seja com objetivos de manutenção da hegemonia dominante, seja para a construção de outra hegemonia, crítica e democrática.

Paludo (2005) comunga com autores já mencionados no sentido de que a Educação Popular (EP) nasce da e na América Latina e se firma como teoria e práticas educativas alternativas às pedagogias e práticas tradicionais e liberais vigentes em nossos países, que estavam a serviço da manutenção das estruturas de poder político, exploração da força de trabalho e domínio cultural.

A educação popular, compreendida como educação pública, aparece atrelada ao debate e associada aos movimentos civis e lutas pela democratização do ensino brasileiro por meio da definição das relações entre o Estado, sociedade civil e a educação das classes populares no país para atender aos interesses de construção de uma nação. Ou seja, no decorrer da história, agregando os elementos da luta pela universalização da educação escolar, a categoria educação popular se confunde com a escola pública em consequência do grande índice de analfabetismo que caracterizou a história do Brasil, desde seu período colonial, passando por sua fase monárquica, até chegar à Primeira e à Segunda República.

Diversos autores, entre os quais Florestan Fernandes (2008), postulam que, para além da ampliação do acesso da população à educação escolar nos espaços organizados pelo sistema educacional, a educação deveria ter um caráter de transformações na percepção dos sujeitos e de transformação da sociedade, por meio da formação que introjeta o caráter democrático. Para esse autor, a educação deveria constituir-se como fator de integração política, o qual pretenderia romper com um modelo de estado nacional burguês conservantista

que aparelha e dispõe de recursos financeiros e humanos para agir de acordo com os interesses de uma classe, a dominante.

De acordo com Fernandes (2008), desde a Proclamação da República, em 1889, faltou ao Brasil em seus primeiros governos convicção revolucionária de implementação de políticas progressistas e antitradicionalistas no ensino brasileiro a partir de reformas no ensino. Essa instabilidade entre falta de coerência ideológica e de inspirações revolucionárias e, principalmente, sob condições desfavoráveis, criou uma antinomia no regime republicano. Por um lado, a necessidade de educar as massas populares vindas de um regime de escravidão, sem qualquer preparo para ingressar igualmente em uma nova ordem social capitalista e, por outro lado, a incapacidade do governo de atender às demandas desse público. Efeito disso, já o Estado Novo carregou essa insegurança, onde se abriu caminho aos oportunismos políticos que afetam, até hoje, os padrões de educação pública no Brasil. Os educadores tinham essa consciência dos efeitos que esse tipo de 'ensino' iria acarretar à sociedade brasileira, que foram configurados, porém, como fatos irremediáveis.

O que se constata é que, em grande parte da História da Educação brasileira, as questões educacionais, de ensino, não foram consideradas como relevantes na formação da população; os modelos hegemônicos de educação no Brasil não tocaram, em nenhum momento, na importância que deveria ser dada, de forma efetiva, à educação do povo.

A percepção da realidade educacional no Brasil se dava a partir de uma perspectiva do atraso, como incompleta, inconsistente, influenciada pela classe conservadora, que considerava como deveria ser exercida a educação, erguendo-se, então, a bandeira da formação pedagógica de elites. Do ponto de vista do interesse dessas elites, a formação técnico-administrativa e profissional, vai atender às necessidades econômicas do país. Ou seja, vai atender de forma prática ao setor econômico administrativo, com pouco significado quando se pensa um país na esfera de sua integração à comunidade política.

Do ponto de vista sociológico, Fernandes (2008, p. 109) argumenta que a função educativa da escola, no meio social brasileiro – e, em particular, a escola primária - não se restringe à instrução propriamente dita. Ela é muito mais”.

Fernandes continua a reflexão, argumentando que a escola não consegue transmitir certos conhecimentos, sendo estes buscados em outros espaços de formação: grupos, estudos coletivos, adquiridos através de esforços individuais que nem sempre são bem orientados. Nesse sentido, o conhecimento adquirido nem sempre o é, de forma sistemática, na orientação da criação de um senso crítico que conseguisse ter interferências políticas na sociedade brasileira muito menos fosse capaz de transformá-la; fica quase intocado na formação do jovem o papel político dele em uma democracia. (FERNANDES, 2008).

Essa formulação de Florestan Fernandes, mais do que do pai da sociologia crítica no Brasil, mas de um intelectual engajado na compreensão da sua realidade histórica e social, na articulação entre os saberes acadêmicos e as demandas da realidade e dos movimentos sociais e populares, e na luta por transformação social, nos levam a inferir que a educação implementada pelos movimentos sociais, mesmo com sua grande importância de luta por uma nova hegemonia, tinha caráter difuso. Ou seja, a educação pública escolar, em sua finalidade conservantista, passou, ao longo da história a atender uma parcela significativa das novas gerações, enquanto a educação popular, postulada pelos movimentos sociais, restringiu-se a pequenos segmentos, de adultos, em especial.

Isso explica por exemplo, a forma como as questões políticas são recebidas pela juventude, ideias carregadas de pré-conceitos ideológicos e não compreensão da política propriamente dita, do ponto de vista da participação, da formação da democracia e dos direitos sociais não se constituem, historicamente, como finalidade educativa hegemônica da escola pública. Esses elementos contribuem para uma formação política que se torna inócua no que diz respeito aos objetivos de transformação social por parte de uma educação pública que proclamava a construção de uma sociedade democrática.

De acordo com este autor, nos últimos anos, o que se tem feito em relação à educação é ter trabalhado na manutenção de uma formação do ponto de vista conservacionista, cada vez mais forte e com sucesso, não se têm permitido as transformações educacionais necessárias;

seria preciso pensar em soluções que só permitissem o restabelecimento do equilíbrio por meio da libertação das

tendências de transformação do sistema educacional brasileiro. Tal objetivo poderia ser alcançado através de reformas que tomassem os diversos níveis de ensino como unidades de um sistema e procurassem atuar sobre todas elas em conjunto. (FERNANDES, 2008, p.110)

Portanto, a educação deve dar conta de preparar pessoas democráticas para uma ordem social democrática, com consciência e responsabilidade ética de cidadãos democráticos, com capacidades de julgamento autônomo das pessoas, valores e movimentos sociais; portanto,

exige reforma não em setores isolados, mas no sistema educacional como um todo, em sua estrutura, em seu funcionamento e na mentalidade pedagógica que alimenta, predominantemente, as expectativas dos círculos, dentro e fora do ensino. (FERNANDES, 2008, p.111)

O estado democrático deve garantir em todos os níveis a educação às camadas populares, conferindo assim o verdadeiro sentido democrático da educação. Nessa perspectiva, o estado tem o dever de garantir os recursos financeiros que essas condições exigem.

Nesse sentido, a educação tem papel fundamental na constituição da democracia;

os fatores que prejudicam o desenvolvimento da democracia no Brasil são a persistência em uma mentalidade política arcaica, inadequada para promover ajustamentos dinâmicos não só a situações que se alteram socialmente, mas que estão no *fluxo* contínuo no presente. A contribuição que a educação sistemática pode oferecer para alterar semelhante mentalidade exprime, naturalmente, as tarefas políticas que ela pode preencher em uma esfera neutra [...], contudo, ao assinalarmos que a educação pode preencher funções construtivas na vida social, não pretendíamos insinuar que isso se faria independentemente da opção de outros fatores ou acima deles. Apenas acreditávamos que, assim, localizaríamos concretamente as influências criadoras que a educação poderá exercer na elaboração sociocultural de uma ordem social democrática no Brasil. (FERNANDES. 2008, p. 112)

Paludo (2008) nos ajuda a compreender a categoria Educação Popular, a qual estaria intencionalmente vinculada a um processo de transformação social. Seria a partir dessa compreensão que Paulo Freire, segundo a autora, define esta concepção educativa

Como “Educação libertadora”, ou melhor, como “Educação como prática da liberdade”, uma vez que ela, embora esteja sustentada em grandes lineamentos, se faz e refaz continuamente, na experiência dos indivíduos coletivos que a fazem. Não qualquer indivíduo e nem qualquer coletivo, mas os oprimidos e os que com eles se comprometem na perspectiva da transformação social. Não qualquer transformação, mas a transformação radical da sociedade (PALUDO, 2008, p.7).

Assim, a educação popular compreende a análise geral da sociedade no sentido de trazer presente os elementos que constituem essa sociedade da forma e conjuntura social em que se encontra. Para Paludo (2012, p. 282), “estabelece-se, desse modo, o vínculo entre educação e política, educação e classe social, educação e conhecimento, educação e cultura, educação e ética, e entre educação e projeto de sociedade”.

Portanto, a educação popular é definida por Joaquim Gonçalves da Costa, como;

uma concepção de educação que traz em sua proposta pedagógica a compilação formal em conteúdo teórico-histórico o ato de ser, viver e produzir dos sujeitos histórico-reais que vivem do trabalho, e por consequência, que sofrem os múltiplos processos de exploração e expropriação. Assim vemos, que tanto o ponto de partida como o ponto de chegada da perspectiva da educação popular são os seres sociais pobres, trabalhadores. (COSTA, 2002, p.18)

Consideramos que as duas concepções apresentadas acima sobre educação popular se complementam enquanto perspectivas críticas da educação. Seja em uma compreensão da educação popular como prática da liberdade que tem o oprimido enquanto partícipe principal no processo de construção da construção social; seja a educação popular, em seu sentido de educação pública enquanto obrigação do Estado no sentido de garantia do direito inalienável de todos os sujeitos à educação escolar, com qualidade, em seu sentido crítico, sujeitos que contribuem para a compreensão de um pensamento social e educação que têm por objetivo a superação das desigualdades sociais que caracterizam a história do Brasil.

Além disso, consideramos como complementares tais abordagens, tendo em vista que, se, de um lado a educação pública se constitui legitimamente como pauta dos movimentos sociais e populares na história da educação

brasileira, por outro, os mesmos movimentos e os setores democráticos que atuam no sistema de educação formal, não podem eximir-se da responsabilidade de contribuir na construção de novas finalidades educativas e novos currículos escolares no intuito de atender tanto às diversas demandas econômicas, políticas e sociais dos setores populares, como às demandas de raça e de gênero. Tenha-se em vista que, em especial às mulheres: brancas, negras e indígenas, lhes foram e ainda lhes são negados o direito ao acesso, permanência e sucesso à educação escolar, por consequência de uma sociedade machista, racista e patriarcal e conservantista que caracteriza a cultura e a sociedade brasileira.

Tal realidade é expressa na argumentação de Nísia Floresta, que reitera;

crendo-nos incapazes de aperfeiçoar nosso entendimento, os homens nos têm inteiramente privado de todas as vantagens da educação e, por estes meios têm contribuído, tanto quanto lhes é possível, fazer-nos criaturas destituídas de senso tais quais eles nos têm figurado. (FLORESTA, 1931, p. 02).

1.3 Metodologia da Educação Popular: ação dialógica em Paulo Freire

Considerando que a premissa dialógica freiriana é um dos temas centrais de sua teoria, esta sessão tem o intuito de descrever a metodologia usada na educação popular tendo como perspectiva o diálogo como central na construção da consciência humana tendo em vista a libertação do 'oprimido'.

Paulo Freire no livro *Pedagogia do Oprimido*¹⁰ aborda a questão da dialogicidade como a essência da educação como prática de liberdade internalizada pelos oprimidos mas também na perspectiva da libertação do

¹⁰ Paulo Freire, na obra *Pedagogia da Esperança*, esclarece que no livro *Pedagogia do Oprimido*, utilizou-se de uma linguagem de gênero que excluía as mulheres com o que ele chama de marca machista, o que o fez corrigir tal marca no conjunto de sua obra a posteriori. “Começarei exatamente pela linguagem machista que marca todo o livro e de minha dívida a um sem-número de mulheres norte-americanas que, de diferentes partes dos Estados Unidos, me escreveu, entre fins de 1970 e começos de 1971, alguns meses depois que saiu a primeira edição do livro em Nova York. [...] Daquela data até hoje me refiro sempre a *mulher e homem* ou seres humanos. Prefiro, às vezes, enfeiar a frase explicitando, contudo, minha recusa à linguagem machista. (FREIRE, 1992, p. 35)

opressor. Explicita que não há palavra verdadeira que não seja a práxis, ou seja, o diálogo está fundamentado na palavra, vista como fenômeno humano. A práxis se constitui enquanto ato de transformação da sociedade para a libertação de homens e mulheres. Destaca que a existência humana não pode ser muda, silenciosa, mas sim repleta de palavras verdadeiras as quais serão força motriz para o homem/a mulher transformar o mundo e sua posição nele, “o mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciados, a exigir deles novo pronunciar” (FREIRE, 2002, p.50).

A proposta de educação humanista libertadora em Paulo Freire, tem suas bases fundamentadas no diálogo e dialogicidade como duas categorias centrais na construção de uma pedagogia crítica que pensa os sujeitos como transformadores de sua própria realidade. Assim, em sua concepção de diálogo, este é visto como um processo dialético problematizador: “através do diálogo podemos olhar o mundo e a nossa existência em sociedade como processo, algo em construção, como realidade inacabada e em constante transformação” (STRECK, REDIN ZITKOSKI, 2010, p. 206).

Freire anuncia o diálogo, como postura política e ética, estruturante da educação humanizadora, ao proporcionar a conscientização crítica, feita intersubjetivamente com as/os oprimidas/os. Ao tratar da educação dialógica, Freire entende o diálogo como capacidade ontológica humana, que pode ser assumida como práxis, diante de nossa condição humana de sujeitos inacabados, seres da escolha e da história.

É através do diálogo que a realidade vem à tona, a partir dos sujeitos que problematizam sua própria condição no mundo “o diálogo implica uma práxis social, que é o compromisso entre a palavra dita e nossa ação humanizadora” (STRECK, REDIN ZITKOSKI, 2010, p. 206).

Neste sentido, Freire (2002), destaca que o educador é aquele que deve voltar-se às questões não só da esfera teórico-pedagógica, mas, também, àquelas relacionadas à reflexão e à prática cotidiana da vida. Para ele, a educação é ainda um exercício que conduz à libertação e que exige diálogo como estratégia, haja visto que o educador não deve colocar-se como detentor

de todo o saber, porém propiciar condições que emancipem e libertem o educando para que este transforme a sua realidade.

A educação, quando dialógica, fundamenta-se na interação de ideias, de informações, de crenças, de valores e de sentimentos através de linguagens verbais e não-verbais, o que implica um processo de comunicação interdependente entre todos os envolvidos no processo educacional. Para Paulo Freire, tanto os educandos como os educadores são sujeitos na prática educativa e estão em constante processo de formação. Com efeito, não há ninguém que saiba tudo e, tampouco, alguém que ignore e desconheça tudo.

Para esse autor, só há diálogo em uma relação profunda de amor ao mundo, aos homens e às mulheres, com humildade e mediante a fé no poder de criação do homem e da mulher, assim sendo uma ação de criação e recriação, de compromisso e de liberdade. Nessa perspectiva, o diálogo se baseia na confiança entre os sujeitos que transformam, que conscientizam e que têm fundamento no pensamento crítico, relação que, na perspectiva do diálogo, ocorre horizontalmente.

Esta forma de fazer educação tendo como centro a dialogicidade e a problematização começa na forma como é organizado o conteúdo programático, onde educando e educador têm no diálogo a base construtiva do que deve ser estudado; assim, há uma devolução organizada e sistematizada do que antes estava desestruturado. Isso aparece ao povo acrescido de novos elementos. A educação autêntica, nas palavras de Paulo Freire, inicia-se na sua ação na realidade que necessita ser transformada pelos homens e mulheres, porém necessitando conhecer as condições estruturais em que o pensar e a linguagem do povo dialeticamente se constituem.

Nessa forma de fazer educação, a percepção crítica da realidade observada pelo povo tem que ser a base da investigação, da temática, construída por um conjunto de dúvidas de anseios e de esperanças. O papel do educador é, nesse sentido, o de fomentar para que isso se expresse numa ação cultural, procurando os investigadores como objetivo da educação problematizadora centrando-se na consciência máxima possível.

Segundo Paulo Freire (2002), os homens e as mulheres educam-se entre si espalhados pelo mundo através da problematização e do diálogo, que se constituem em 'ferramentas' que os tornam sujeitos do processo e crescem juntos em liberdade, buscando o conhecimento verdadeiro e a cultura pela emergência das consciências para uma inserção crítica da realidade. O diálogo é o encontro dos homens e das mulheres mediados e mediadas pelo mundo. Não se trata de impor ideias ou deliberadamente trocá-las, mas faz parte da significação do homem e da mulher no ambiente que os (as) cerca. Assim deve haver um incentivo à luta pela emancipação no mundo e não uma alienação. Ao contrário dos animais, que apenas adaptam-se à realidade em uma postura inerte, o homem e a mulher tornam-se capazes de mudá-la a partir do seu entendimento das situações-limites que lhes são impostas e tendo o diálogo como elemento fundamental para extrapolar os muros socialmente impostos.

Quanto mais capazes de refletirem sobre sua realidade, maiores serão suas condições de intervirem sobre ela; por conseguinte, transformá-la, pelo simples fato de se sentirem inseridos nesse contexto de forma participativa e produtiva. Assim, a prática educativa expressará a consciência crítica a partir da capacidade humana de diálogo orientado para a práxis.

O diálogo implica uma práxis social, que é o compromisso entre a palavra dita nossa ação humanizadora. Essa possibilidade abre caminhos para repensar a vida em sociedade, discutir sobre nosso ethos cultural, sobre nossa educação, a linguagem que praticamos e a possibilidade de agirmos de outro modo de ser, que transforme o mundo que nos cerca. (STRECK, REDIN ZITKOSKI, 2010, p. 206)

Paulo Freire frisa que o fundamento do diálogo é o amor. A supressão da relação de opressão é necessária para que o amor seja restaurado. Sem um profundo amor pelos sujeitos humanos e uma fé imensa na sua capacidade de Ser-Mais, não é possível o diálogo. "Se não amo o mundo, se não amo a vida, se não amo os homens e as mulheres, não me é possível o diálogo" (FREIRE, 2002, p. 80).

A ação e a reflexão são duas dimensões fundamentais do diálogo, que se materializam na perspectiva freiriana. O diálogo sem reflexão torna-se somente palavras verbalizadas, que ele chama de ocas, alienadas, que alienam; não se

pode esperar que estas resultem em compromissos com a transformação e a liberdade.

Esclarece que, defendendo a 'práxis, a teoria do fazer' ele não está "propondo nenhuma dicotomia de que resultasse que este fazer se dividisse em uma etapa de reflexão e outra, distante, de ação. Ação e reflexão se dão simultaneamente (Freire, 2002, p. 173) e não podem dar-se sem a ação e a reflexão dos outros, se o compromisso da ação dos homens for o da libertação.

Ação e reflexão, de tal forma solidárias, em uma interação tão radical que, sacrificada, ainda que em parte, uma delas, se ressentem, imediatamente, a outra. Não há palavra verdadeira que não seja práxis. Daí que dizer a palavra verdadeira seja transformar o mundo. (FREIRE. 2002 p. 77).

O pensamento de Freire remete à práxis um sentido de atividade questionadora, sugestiva, crítica e prática, pois visualiza a libertação não somente na abstração, mas em sua objetivação, plasmada nas transformações do homem com a realidade e entre si. Supera o estado de alienação e de inércia imposto pelas relações hegemônicas e opressoras do sistema capitalista.

Não há denúncia verdadeira sem compromisso com a transformação, com a superação das relações opressoras, sem o fortalecimento da fé, do amor e da esperança; por, isso não existe diálogo sem a problematização da realidade, dos sujeitos no mundo e da construção de estratégias libertadoras, emancipatórias. No mesmo sentido, se houver somente a ação, a palavra se torna ativismo, vazia, sem sentido, ação pela ação. Por isso a ação dialógica deve ser formulada em palavras autênticas dentro do contexto e não por imposição de alguém que julga saber mais, ter opinião e tentar convencer os demais; "não há palavra verdadeira que não seja práxis" (FREIRE, 2002, p.77). A realidade serve como ponto de partida e vai oportunizar a explicação de conceitos, construindo uma aprendizagem holística, para a mobilização dos conhecimentos historicamente construídos.

Olhar para o diálogo como método e finalidade nos abre os horizontes para criar consciência das situações opressoras em que homens e mulheres se encontram imersos. Homens e mulheres que não conseguem abrir-se para o diálogo não conseguem assumir a educação como prática de liberdade. O

diálogo exige confiança entre os seres humanos envolvidos nesse projeto emancipatório. “A confiança implica o testemunho que um sujeito dá aos outros de suas reais e concretas intenções. [...] Falar, por exemplo, em democracia e silenciar o povo é uma farsa. Falar em humanismo e negar os homens e as mulheres é uma mentira” (FREIRE, 2002, p. 82).

Este autor traz na sua teoria o papel central na constituição de uma educação libertadora. Primeiro, que a palavra diálogo “deve ser entendida como algo que faz parte da própria natureza histórica dos seres humanos. É parte de nosso progresso histórico do caminho para nos tornarmos seres humanos” (FREIRE E SHOR, 1986 p.64), segundo, a reflexão sobre a forma como os seres humanos ao se comunicar se dão conta de saber que sabem, “nós, seres humanos, sabemos que sabemos, e sabemos também que não sabemos. Através do diálogo, refletindo juntos sobre o que sabemos e não sabemos, podemos, a seguir, atuar criticamente para transformar a realidade” (FREIRE E SHOR, 1986 p.64). Nesse sentido, o diálogo não é uma simples tática comunicativa, mas uma ação de reflexão e transformação. Se não for dessa forma, o diálogo serve a um mero verbalismo que apenas torna o professor amigo do aluno.

O diálogo libertador é uma comunicação democrática, que inverte a dominação e reduz a obscuridade, ao armar a liberdade dos participantes de refazer sua cultura. O discurso tradicional convalida as reações sociais dominantes e a forma herdada e oficial do conhecimento. (FREIRE E SHOR, 1986 p.65)

Compreender essa relação de construção de conhecimento, a partir da dialogicidade, remete a colocar educador(a) e educando(a) como dois sujeitos munidos de conhecimento “objeto a ser conhecido é colocado na mesa entre os dois sujeitos do conhecimento” (FREIRE E SHOR, 1986 p.65). O conhecimento do objeto, nesse caso não é exclusividade do(a) educador(a); faz-se, no entanto, numa investigação comum em relação ao objeto.

Entretanto, é necessário mencionar a preparação do(a) educador(a) para tratar do objeto; aquele “já teve certa experiência gnosiológica para escolher este objeto de estudo [...] para descrevê-lo e apresentá-lo para discussão” (FREIRE E SHOR, 1986 p.65), permitindo assim a construção do conhecimento; portanto,

agregando ao objeto, a partir dos(as) envolvidos(as), no caso educador(a) e educando(a).

O diálogo é a confirmação conjunta do professor e dos alunos [ou de educadores(as) e educandos(as)] no ato comum de conhecer e re-conhecer o objeto de estudo. Então, em vez de transferir o conhecimento estaticamente, como se fosse uma posse fixa do professor, o diálogo requer uma aproximação dinâmica na direção do objeto. (FREIRE E SHOR, 1986 p.65)

Essa troca dinâmica de informações em relação ao objeto entre educando(a) e educador(a) precisa necessariamente aglutinar mais conhecimento tanto para o(a) educando(a) como também para o(a) educador(a).

Nesse sentido, a pedagogia situada por trás da intelectualidade dos(a) educadores(as) direciona o conhecimento que se quer produzir com aporte das contribuições dos(as) educandos(as), tendo como base a concretude da realidade vivida, havendo, assim = reflexão sobre tal. Este movimento do conhecimento permite, através do diálogo, construir transformações sobre tais realidades (FREIRE; SHOR,1986).

Cabe ao educador e à educadora na concepção de FREIRE e SHOR (1986), o empoderamento; em outras palavras, “acender algumas lâmpadas” a partir do despertar das práticas criativas dos educandos e das educandas. Freire compreende o empoderamento como algo próximo à conscientização. Trata-se de um processo de conhecimento que se dá por reflexão e ação, a partir da percepção do indivíduo relativa à dialética homem/mulher-mundo. (FREIRE, 1979). A visão freireana vincula nitidamente o empoderamento às relações de classes sociais, à identidade, ao diálogo, ao exercício do poder e ao direito de ter direitos. A proposta é substituir o ‘poder sobre o outro’ pelo ‘poder com o outro’, tendo o sujeito como protagonista de si mesmo.

questão do *empowerment*¹¹ da classe social envolve a questão de como a classe trabalhadora, através de suas próprias

¹¹ *Empowerment*: termo inglês, *empowerment* significa "empoderamento", um neologismo que designa as relações de poder dentro de uma sociedade. O *empowerment* como fenômeno sociológico está muitas vezes relacionado a membros de grupos que são discriminados por sua raça, religião ou sexo. Ele se refere a um aumento de força política e social desse grupo ou de um único indivíduo discriminado, através do fortalecimento de suas próprias capacidades. O *empowerment* é muitas vezes usado como uma metodologia pelo movimento feminista.

experiências, sua própria construção de cultura, se empenha na obtenção do poder político. Isto faz do empowerment muito mais do que um invento individual ou psicológico. Indica um processo político das classes dominadas que buscam a própria liberdade da dominação, um longo processo histórico de que a educação é uma frente de luta. (FREIRE E SHOR, 1986 p.72)

Diante disso este autor apresenta uma pedagogia libertadora direcionada para a classe popular, trabalhadora, que tem suas bases ancoradas em uma educação crítica que dialoga com a cultura do dia-a-dia do povo, tendo como foco central a transformação da sociedade em seus diversos níveis, superando as desigualdades econômicas, políticas e sociais. Nesse sentido, essa forma de educação faz críticas ao que ele chama educação bancária, onde a reflexão, a criatividade, a transformação e o saber têm suas limitações nos processos pedagógico-metodológicos hegemônicos. Essa forma tem como característica a transferência de conhecimento, o depósito de conteúdos que separa quem sabe de quem não sabe. Nesse caso, educador(a) e educando(a) em “um ato de depositar, em que os educandos são depositários e o educado, o depositante” (Freire, 2017, p.80). Na perspectiva freiriana, o aluno deve saber ler o mundo para, então, conseguir intervir nele e transformá-lo, ou seja, a perspectiva da educação baseada nos pressupostos de Freire tem como objetivo maior inquietar o educando ao ponto em que este seja capaz de sair de sua condição de acomodado.

Nesse sentido, e a partir de sua pedagogia libertadora, Paulo Freire (2002) destaca que a educação é uma ação política que promove a edificação do saber e da criação de uma outra sociedade com atributos justos, humanos e solidários. Em outras palavras, uma educação crítica que permaneça a serviço da transformação social. Logo, a busca por uma formação docente e uma prática educativa que vá de encontro à promoção da autonomia do educando e se torne ponto de reflexão relevante.

Contrariamente, a educação bancária nega a educação como processo de busca do conhecimento; educando e educanda são meramente depósito de informações dessa educação autoritária, sujeitos passivos que não têm a opção da reflexão na construção do conhecimento.

Ao propor a educação libertadora, a problematização, Paulo Freire rompe com a concepção bancária, propondo uma alternativa aos educadores e às educadoras; tendo em vista a perspectiva da troca mútua de conhecimento, “o educador já não é o que apenas educa, mas também o que é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa” (Freire, 2017, p.96). A problematização em Freire tem dois sentidos importantes:

um epistemológico e outro antropológico, ou ontológico. No sentido epistemológico, ele fundamenta uma forma de conceber o conhecimento e, de modo especial, de agir com os objetos do conhecimento. Esse modo de agir e conceber os objetos significa que estes não têm um fim instituído em si mesmos e que o conhecimento que deles obtemos é apenas uma dimensão da mediação que se estabelece entre sujeitos que conhecem. (STRECK, REDIN ZITKOSKI, 2010, p 580)

Isso é comprovado na fala do próprio Paulo Freire, quando afirma que

como situação gnosiológica, em que o objeto cognoscível, em lugar de ser o término do ato cognoscente de um sujeito, é mediatizador de sujeitos cognoscentes, educador, de um lado, educandos, de outro, a educação problematizadora coloca, desde logo, a exigência da superação da contradição educador x educando. Sem esta, não é possível a relação dialógica, indispensável à cognoscibilidade dos sujeitos cognoscentes, em torno do mesmo objeto cognoscível. (FREIRE, 2002, p. 68)

Só a prática refletida gera novos seres humanos, sujeitos que só podem aprender efetivamente se forem ativos, se agirem problematizando o que vêem, ouvem, percebem.

Freire propõe uma prática pedagógica problematizadora como condição para a libertação do aluno e para o surgimento de uma nova prática social e política [...]o sujeito do conhecimento que problematiza o que percebe modifica não só a ele, sujeito do conhecimento, mas também o objeto ou a realidade que está conhecendo. Tanto o sujeito que conhece quanto o objeto que é conhecido passam a ter outra configuração e outro sentido” (STRECK, REDIN, ZITKOSKI, 2010, p. 580)

Diante do que foi mencionado, o que consideramos mais importante perceber neste estudo é que uma pedagogia dialógica; no caso dos movimentos sociais, parte da realidade do sujeito problematizando-a a partir da percepção do próprio sujeito, para que este, no processo de conscientização, possa perceber e superar a situação de sua própria realidade.

Duarte (2021) busca em sua análise o que Freire classifica como 'Síntese Cultural' e de humildade do intelectual (liderança/educador) em dialogar de forma libertadora com o povo. De acordo com esse autor, por meio do conceito de 'Síntese Cultural', Paulo Freire nos orienta que o objetivo do diálogo é promover a adesão consciente do povo à luta por libertação e humanização, a partir da compreensão crítica da realidade cada vez mais complexa que os oprime.

Entretanto, Duarte (2021) destaca que na obra 'Pedagogia do Oprimido', Paulo Freire demonstra que apenas a adesão consciente do povo ainda não se faz suficiente para o processo de libertação. Argumenta que, para Freire, faz-se necessário que o intelectual se coloque no esforço incansável de contribuir para a união dos oprimidos, sendo que

tal união deve superar o caráter espontâneo e chegar à fase de organização, que proporciona a ação coletiva do povo, assumindo a sua condição consciente de sujeito histórico. Nesse momento, a liderança/educador já não diz a sua palavra de forma isolada e como *slogan* (em itálico no original), mas passa a dizer a sua palavra com o povo, negando assim o autoritarismo antidialógico e o silenciamento dos oprimidos. (DUARTE, 2021, p. 15)

Ou seja, a teoria da ação dialógica em Freire, a organização que, implicando-se em autoridade, não pode constituir-se ou se confundir com autoritarismo. Aliás, ela deve dar-se absolutamente ao contrário; constitui-se em um momento pedagógico em que a "liderança e o povo fazem juntos o aprendizado da autoridade e da liberdade verdadeiras que ambos, como um só corpo, buscam instaurar, com a transformação da realidade que os mediatiza". (FREIRE, apud. DUARTE, 2021, p, 15).

CAPÍTULO II

O CARÁTER FORMATIVO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

O capítulo a seguir pretende tratar, primeiramente, de como os movimentos sociais têm contribuído para a formação do povo, no sentido de trazer as lutas e a organização social como base formativa. É a partir da realidade vivida pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores que os processos formativos se constituem como práxis e se materializam em ações concretas transformadoras.

É em meio a este debate transformador que a educação popular dialógica e problematizadora é ferramenta de transformação na vida cotidiana das mulheres. Os movimentos sociais têm desempenhado papel fundamental nos processos formativos individuais/coletivos e nos processos organizativos. Por isso, discutir os novos sujeitos educativos e os movimentos sociais enquanto campo formativo no cotidiano das mulheres, faz-se necessário, para explicitar a importância destes na emancipação das mulheres.

2.1 Os novos sujeitos educativos

Quando abordamos o papel formativo dos movimentos sociais um dos autores centrais para tal análise é o professor Miguel Arroyo, cuja trajetória intelectual pautou-se por investigar e desenvolver estudos acerca de tais movimentos e sua contribuição para o processo de transformação social. Este autor constrói uma definição de 'novos sujeitos educativos' que nos ajudam a compreender alguns aspectos que permeiam a constituição de nosso tema.

Assim sendo, com as ideias educacionais de Miguel Arroyo (2003) assumimos os processos educacionais problematizadores, e trazemos como pressupostos políticos e pedagógicos a capacidade do ser humano de refletir e atuar, um ser que se constitui de práxis, "sujeito de sua própria educação" (FREIRE, p.14, 1979). Este pensamento se expressa em Arroyo à luz de Paulo Freire. Nesse sentido, apropriamo-nos das propostas educativas na perspectiva da educação popular, de modo a valorizar a cultura e as iniciativas dos movimentos populares na construção de projetos políticos pedagógicos. Nos

diversos espaços sociais formativos que têm como fundamentação a educação popular, o objetivo central é o de resgatar a humanização negada aos sujeitos.

Nos espaços escolares fundamentados na Pedagogia problematizadora destaca-se a educação como direito inalienável juntamente com todos os outros direitos dos cidadãos, bem como que tal direito deve ser garantido pelo Estado. Os sistemas educacionais, nesta compreensão, têm a função de educar os cidadãos a partir dos valores da cidadania (ARROYO, 2018). Em outras palavras, o papel do estado é importante no desenvolvimento de políticas de educação integral que permitam aos indivíduos transformarem-se em sujeitos no sentido dos protagonismos a partir de sua práxis. Além disso, ao considerar o papel público da educação escolar, os movimentos sociais deixam claro que os processos formativos em seus espaços não visam a substituir a função social da escola; pelo contrário, lutam para garantir o direitos de todas e todos ao acesso, à permanência e ao sucesso na vida escolar.

Os movimentos sociais brasileiros ganharam mais importância a partir da década de 1960, quando surgiram movimentos de luta contra a política vigente, ou seja, a população insatisfeita com as transformações ocorridas tanto no campo econômico como no social. Mas, antes, na década de 1950, os movimentos nos espaços rural e urbano adquiriram visibilidade.

Assim as organizações e movimentos sociais não fazem a luta somente por um fato isolado, no caso a educação ou a conquista da terra. As lutas sociais estão articuladas com o todo do contexto social, por terem consciência de que só pela escola não se chegará à formação da cidadania e que, só pela conquista da terra ou do teto, não estará garantido o direito à renda, ao trabalho, à moradia digna e ao reconhecimento social.

Ou seja, a educação escolar sem a percepção da realidade não garante a construção da democracia, de uma sociedade igualitária, a participação popular. Essa é uma grande lição formativa que vem dos movimentos sociais. Enquanto não houver o direito à terra, ao teto, ao trabalho, à renda, não haverá cidadania efetiva.

Isso significa que os movimentos sociais colocam o tema da educação no âmbito da luta dos direitos sociais em seu conjunto e esse processo de busca de construção dos direitos a partir da ação dos movimentos sociais constitui-se em ato educativo, em práxis formativa. Esse processo é compreendido como

pedagógico, a formação a partir da luta pelos direitos, casa, terra, saúde, educação, trabalho entre outros e se dá de modo formal e informal (ARROYO, 2003)

Miguel Arroyo, que comunga da ideia de que é possível construir novos sujeitos sociais também fora da escola, afirma: “se dizia (sic) que fora da igreja não há salvação, depois se dizia (sic) que fora da escola não há salvação, e isso não é verdade” (ARROYO, p.22. 2003). O próprio processo de democratização da educação se constitui, historicamente, como ação social, como prática dos diversos movimentos sociais na luta não apenas pela garantia do acesso de todos e todas à educação escolar, mas ao próprio sentido atribuído à escola em relação à sua função social.

O próprio processo de construção da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases de 1996 confirma a importância dos movimentos sociais na definição do direito público à educação. Se pensamos a democracia como luta dos segregados, dos excluídos, oprimidos por se afirmarem como humanos com direito a ter direitos, perceberemos que a educação tem sido colocada pelos próprios oprimidos como um dos caminhos.

Miguel Arroyo (2008) analisa a postura dos movimentos sociais do campo frente ao tema da educação em relação à institucionalização desses espaços. Para este autor, os movimentos “descobrem-se vítimas privilegiadas do convívio espúrio entre a defesa da gestão democrática e a permanência intocada de rituais, lógicas e estruturas seletivas, segregadoras, antidemocráticas” (ARROYO, 2008, p. 54). Percebe que os movimentos sociais desenvolvem uma percepção crítica de como a educação institucionalizada se porta, com formas autoritárias de gestão, com um caráter generalista pautado em princípios gerais da gestão democrática, que geram contradições entre a possibilidade de mudança e a manutenção da estrutura seletiva e excludente. Nesse sentido o papel dos movimentos sociais assume a tarefa de romper esse papel institucionalizado educativo.

Aprendem, assim, que existem “princípios progressistas e generalistas, ideias abstratas de direito, de igualdade, de justiça, de cidadania, democracia” (ARROYO, 2008, p. 55-56) que legitimam a exclusão. Aprendem a focalizar, a orientar suas lutas. Essas aprendizagens construídas nos movimentos sociais estão, em grande medida, associadas à luta por direitos, ao aprendizado de

direitos. Por serem desenvolvidas no mundo da vida, constituem-se a partir de estratégias por eles elaboradas, que marcam de forma contundente seus posicionamentos.

A luta pela sobrevivência, que pauta suas ações e a relação com o trabalho, apresenta o princípio educativo e com efeito formador na vida das pessoas. Assim, os movimentos sociais desempenham o princípio da práxis, a partir do aprendizado com a prática cotidiana, com o trabalho, com ação na própria luta do movimento.

Para Arroyo (2003, p. 31), “a formação humana é inseparável da produção humana mais básica da existência, do trabalho, das lutas por condições materiais de moradia, saúde, terra, transporte, por tempos e espaços de cuidado, de alimentação, de segurança”.

A organização da sociedade, pautada pelas relações de produção excludente, tem tirado do cenário geral os setores populares, rurais e urbanos dos serviços públicos. Esse motivador tem impulsionado as mobilizações sociais pela inserção social, o que exigiu dos movimentos enfatizarem suas formas de ação.

Segundo Arroyo (2003), os movimentos sociais implementam uma didática própria que faz a reação com o cotidiano e insere questões humanas como centrais, colocando o sujeito como protagonista da ação, aparecendo assim a preocupação com a formação integral do ser humano.

Ganha ênfase a percepção de colocar em destaque os sujeitos em ação como sujeitos coletivos, respeitados na sua individualidade e subjetividade. No conjunto desta coletividade pensando as ações coletivas, reconhecem-se como sujeitos transformadores, que compreendem a opressão histórica de dominação, assim como a exclusão dos direitos públicos. inclusive a educação.

Os sujeitos da ação social entram com tudo como sujeitos políticos, cognitivos, éticos, sociais, culturais, emocionais, de memória coletiva, de vivências, de indignação, sujeitos de presente e de futuro... Os movimentos sociais mexem com tudo porque neles os coletivos arriscam tudo. (ARROYO, 2003, p. 34).

Essa organização coletiva dos movimentos sociais, que tem como centralidade a transformação da sociedade, a partir dos sujeitos coletivos traz

uma caracterização política que, em larga medida, se distancia da formação acrítica organizada para atender às necessidades do sistema capitalista de produção. Entre estas, o atendimento às particularidades, à competição, ao engessamento das ações pelas regras e normatizações, o desprezo pelo espaço público, entre tantas outras características, naturalizam-se e dão o tom da pedagogia em curso, projetando vivências parcializadas em que a fragmentação está presente e se faz necessária em tudo.

Essas vivências totalizantes revelam à pedagogia o ser humano como totalidade existencial. Revelam e repõem dimensões perdidas na pesquisa, reflexão e ação pedagógica, tão centrada em formar o sujeito parcelado instrumental, competente e hábil nos conhecimentos úteis, fechados. Revelam e repõem a educação como formação de sujeitos totais, sociais, culturais, históricos. Recuperar essa concepção mais alargada de educação como formação e humanização plena pode ser uma das contribuições mais relevantes da pedagogia dos movimentos para a educação formal e não formal. Para o pensar e agir pedagógicos (ARROYO, 2003, p. 37).

2.2 Os movimentos sociais enquanto processos formativos

O estudo atual pretende contextualizar os sujeitos da pesquisa no processo histórico de organização dos movimentos sociais e como estes atuam no caráter formativo das mulheres camponesas organizadas no MMC.

Nesse sentido, faz um recorte no processo de concepção histórico dos movimentos sociais e, em seguida, aborda a educação popular como instrumento educativo formativo dos sujeitos envolvidos nesse processo. Assim, pode-se afirmar a educação popular como instrumento formativo compatível com as práticas dos Movimentos Sociais.

Antes de se compreender como a formação se dá nos movimentos sociais, é necessário entender e caracterizar esses movimentos. Compreendemos que estes são grupos sociais que se organizam em função de um objetivo comum e se identificam como agentes sociais de transformação. Nesse sentido, há, no Brasil, inúmeros grupos que se identificam como tal: trata-se de experiências no campo da saúde, da educação, da luta pela terra, na luta

pela habitação, por emprego e renda, direitos de populações negras, indígenas, mulheres, LGBTQIAP+, entre outros.

Maria da Gloria Gohn (2002, p.251) define Movimentos Sociais como;

[...] ações sociopolíticas construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais articulados em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações estruturam-se a partir de repertórios sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciadas pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Essa identidade é amalgamada pelas forças do princípio da solidariedade e construída da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas públicas (estatal e não estatal) e privada.

Angela Cristina Bélem Mascarenhas (2004 p.19) agrupa os pensamentos dos autores Lojkin, (1981), (Touraine (1977) onde esses autores comungam que a caracterização dos movimentos sociais é

a existência de ações coletivas e a prática de ações coletivas, a luta por interesses comuns, a problematização e a politização de situações vividas e a possibilidade de renovação e o revigoramento do cenário sociopolítico e cultural. Esses movimentos podem trazer uma crescente politização da vida social, ampliando a visão da esfera política, que deixa de ser um espaço restrito aos canais representativos instituídos. Também determinam a dimensão da capacidade de os grupos organizarem-se, se fazerem ouvir, mobilizarem-se. Por meio deles, podemos perceber a efervescência da vida social e política. Ao observarmos atores em movimento, colocamo-nos diante da dinamicidade e multiplicidade da vida social, visto que ela é estática, heterogênea, pois é constituída de variados e distintos interesses, atores e situações. Os movimentos sociais são uma demonstração de toda essa complexidade e diversidade [...]

A autora ajuda a compreender como os movimentos se vão articulando nos contextos sociais a partir dos conflitos e das lutas sociais emergentes na sociedade com vistas à resolução dos problemas e conflitos inerentes a uma sociedade desigual. Por isso há uma diversidade de caráter ativo, passivo e reativo. Gohn (2004), ignora a ideia de divisão entre novos e velhos movimentos sociais, preferindo agrupá-los de forma diferente em categorias independentes da contemporaneidade, a saber:

- 1ª categoria: movimentos construídos a partir da origem social da instituição que apoia ou obriga seus mandatários;
- 2ª categoria: movimentos sociais construídos a partir das características da natureza humana: sexo, idade, raça e cor;
- 3ª categoria: movimentos sociais construídos a partir de determinados problemas sociais;
- 4ª categoria: movimentos sociais construídos em função de questões da conjuntura das políticas de uma nação (social, econômica, cultural etc.);
- 5ª categoria: movimentos sociais construídos a partir de ideologias. (Gohn, 2004, p. 268-271)

É importante ressaltar que, antes de 1960, os movimentos hoje denominados de Velhos Movimentos Sociais, enquanto vanguarda das lutas de classes na sociedade brasileira, atuavam na disputa política e social nesse período, no intuito de se construir uma sociedade igualitária. A educação popular nesse período era o instrumento formador da classe trabalhadora.

Nos períodos da sociedade brasileira pós-1960, há um conflito em relação ao conceito de lutas de classe, em função do perfil e dos paradigmas da sociedade contemporânea. De acordo com Laclau (1986, p. 42) "o conceito de 'luta de classes' não é correto nem incorreto ele é, simplesmente, totalmente insuficiente para descrever os conflitos sociais contemporâneos."

Pessoa (2004) argumenta que os Novos Movimentos Sociais, pós-década de 1970, esgotam o conceito de classe e, nesse cenário, o conceito bourdieusiano de campo social e o *habitus* do processo educativo encontram sua forma própria de se manifestar.

Os novos movimentos sociais, chamados também de identitários, produziram novas formas de aliança e de organização política. Uma de suas características é formar contextos para articulação entre pessoas. Seja a classe econômica, a orientação sexual, o gênero, a raça ou a etnia, essas são identificações que podem aglutinar pessoas.

Nesse contexto, os movimentos de caráter reivindicatório, as ações são voltadas para o Estado, no sentido de reparação e cobrança dos direitos sociais que devem ser garantidos pelo Estado, são estes encaminhados pelos representantes políticos dos grupos ou organizações. Já os movimentos políticos têm caráter organizativo coletivo, ou seja, as pessoas são motivadas a se mobilizarem e participarem conjuntamente das transformações. Enquanto os movimentos de classe são organizações que buscam transformar as relações entre as diferentes categorias sociais, geralmente marcadas pela desigualdade

social. Nesse sentido, no caso brasileiro as organizações de classe se juntam nos temas comuns que permeiam a conjuntura ou a estrutura social. Por exemplo, os movimentos do campo comungam do tema da reforma agrária; os movimentos urbanos comungam do tema da moradia. Em muitos momentos, porém, esses dois tipos se juntam em temas estruturais políticos de mudança de sociedade.

Em sua maioria, os movimentos sociais têm suas raízes ligadas aos direitos sociais e emancipatórios, como por exemplo: o direito à previdência social e solidária, que se materializa na luta das mulheres pelo salário maternidade, auxílio doença, aposentadoria aos 55 anos para as mulheres e 60 anos para os homens do campo; reconhecimento da profissão de trabalhadoras rurais; a luta dos indígenas pela demarcação de suas terras, entre outros. Outros movimentos buscam condições de garantia de vida nos seus espaços de atuação, como: a reforma agrária que intenta a garantia da terra e políticas públicas como meio de se viver no campo, com a implementação de assentamentos de reforma agrária entre outros.

Nesse contexto de organização dos movimentos sociais, o fazer pensar desenvolve uma práxis social. As ações práticas realizadas em função da busca da emancipação das pessoas e seus grupos exige compreender a realidade para transformá-la. Nesse sentido, a educação popular tem seu caráter mais dinâmico na materialidade da vida dos movimentos sociais.

Na compreensão dos movimentos sociais, todas as ações, sejam elas de caráter produtivo, de organização ou de lutas, contribuem para o processo formativo individual e coletivo, tendo como central a busca da cidadania. Nesse sentido, a tomada de consciência política, social, educacional que ocorre nesses processos materializa-se no pensar sobre as práticas realizadas em benefício da coletividade. Assim, nesses processos de luta, os movimentos desenvolvem um processo formativo em várias dimensões.

GONH (1999) nos ajuda a compreender as dimensões do processo formativo nos movimentos sociais, que se dá na dimensão política organizativa, quando os militantes tomam consciência dos direitos e deveres em relação ao processo organizativo do grupo. Uma segunda dimensão é a da cultura política que se expressa no acúmulo de experiências vivenciadas com a negação dos direitos e na opressão, que fornecem bagagem histórica e leitura

da realidade para projetar o presente e o futuro a partir dos próprios agentes, proporcionando que estes façam a leitura da realidade e do mundo a partir do já vivenciado historicamente para que, na práxis, possam dar os próximos passos rumo a novas conquistas. A dimensão espacial-temporal, a consciência gerada no processo de participação no movimento social leva ao conhecimento e reconhecimento das condições de vida de parcelas da população no presente e no passado. A ocupação dos espaços públicos pelos grupos deve ser para tomada de consciência da cidadania em relação ao sentido atribuído à esfera pública.

Diante dessas questões abordadas não há como não assimilar a forte relação do caráter formativo dos movimentos sociais com as práticas e abordagens da educação popular:

Nesses movimentos, a educação é autoconstruída no processo e o saber popular é politizado, condensado em práticas participativas. Esse processo altera as relações entre os agentes envolvidos. Não se trata apenas de uma aprendizagem individual, é uma politização dos participantes desse processo, desenvolvendo-se uma conscientização coletiva. (MASCARENHAS, 2004 p.24)

Esta conscientização coletiva é presente na ação organizada dos movimentos sociais em que, para estes, o caráter educativo se identifica em suas várias dimensões, social, cultural, política. Essa autora considera, ainda, que

Educação para além da escola, o caráter educativo dos movimentos sociais, que reflete sobre a perspectiva educativa desses movimentos iniciados pela relação educação e cultura: “não é muito comum, nos cursos de formação de professores nas pós-graduações em educação, discutirmos os processos educacionais que se dão em outros espaços sociais” (MASCARENHAS, 2004, p. 15).

Isso demonstra a necessidade da realização de pesquisas que abordem a ação formativa de movimentos sociais, e nos casos mais específicos, de mulheres do campo. Demonstra, ainda, que a formação dos sujeitos não se dá apenas nos espaços formais, como a escola ou outras instituições formativas, mas que os espaços não formais ou informais cumprem papel importante na

formação de concepções de mundo, na construção de uma cultura política democrática ou autoritária.

No campo específico da construção de uma cultura política democrática e participativa, que nos interessa de forma direta neste estudo, a educação popular é o fundamento norteador das concepções de formação de tais movimentos sociais. Nesse sentido, recorrendo a Brandão (apud MASCARENHAS, 2004 p.24) a autora destaca:

considero como sendo educação popular diferentes modalidades agenciadas de práticas pedagógicas, escolares, extraescolares, convencionais ou não-convencionais que comprometem profissionais mediadores (educadores, promotores sociais, cientistas sociais, técnicos de comunicação, agentes de pastoral etc.), como sujeitos das classes populares (camponeses, operários, subempregados e, por extensão, povos indígenas); envolvente relações de trocas de significados de parte a parte, com um teor político manifesto; desenvolvem situações pedagógicas de transferência mútua de saber, significados, valores, instrumentos de reflexão e de capacitação; estabelecem como seus objetivos a participação no processo de conscientização, politização e mobilização política de grupos e movimentos populares.

Os movimentos sociais populares dos anos 1980 representam, segundo Gohn (1992), formas renovadas de educação popular, pois eles não ocorrem através de um programa previamente organizado, mas através de princípios que fundamentaram programas de educação formulados por agentes institucionais determinados, tais como grupos de assessorias ligados à igreja, a partidos políticos, a universidades, a instituições governamentais nacionais e internacionais, a sindicatos entre outros.

Este modelo de educação se dá, majoritariamente, nos espaços não formais ou informais; entre eles, os movimentos sociais. Entretanto, no contexto educacional ofertado pelo Estado brasileiro para a maioria das pessoas, trata-se, majoritariamente uma educação formal padronizada dentro dos parâmetros educacionais do ministério da educação. A educação formal é adquirida ao longo do tempo,

Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais. Seus objetivos não são dados a priori, eles se constroem no processo interativo, gerando um processo educativo. Um modo de educar é construído como resultado do processo voltado para os

interesses e as necessidades dos que participam. A construção de relações sociais baseadas em princípios de igualdade e justiça social, quando presentes num dado grupo social fortalece o exercício da cidadania. A transmissão de informação e =formação política e sociocultural é uma meta na educação não formal. (GOHN, 2006, p.29)

No entanto, quando nos referimos à educação não formal realizada pelos movimentos sociais, constatamos sua importância na construção de novas pautas de novos saberes e práxis. Gonh (2012) menciona os movimentos populares ocorridos no Brasil na década de 1980 os quais obtiveram uma atribuição indispensável em relação à evolução democrática que a sociedade civil alcançou no determinado lapso temporal, acarretando uma mudança de ordem constitucional. Entretanto,

a qualidade e o sentido das relações sociais transformadas nos processos de interação movimento-poder governamental são múltiplos. Isto porque o processo é permeado por lutas constantes, divergências de grupos com interesses conflitantes. Assim sendo, os efeitos educativos nas massas e nos dirigentes defensores das classes dominantes são também diversos. O efeito educativo para estes traduziu-se num conhecimento dos sentimentos e das aspirações populares, conhecimento este que serviu de base para a rearticulação da hegemonia das classes dominantes, em crise desde o final dos anos 1970 (GOHN, 2012, p. 59)

Os movimentos sociais do campo avançam para uma dimensão educativa para além das formalidades educacionais. De acordo com Pessoa (apud GONH. 1994.p.17), “uma concepção de educação que não se restringe ao aprendizado de conteúdos específicos transmitidos através de técnicas e instrumentos do processo pedagógico”. Nesse sentido, Gonh (1994) compreende duas dimensões nesse processo educativo: a dimensão que diz respeito ao quanto os produtos são realimentadores de novos processos e à importância estar vinculada ao produto das ações. A dimensão pedagógica diz respeito aos instrumentos utilizados no processo; sua importância não depende do produto.

A educação não formal age sobre a subjetividade, laborando e construindo uma cultura politizada desenvolvendo ligações de pertencimento e fortalecimento de uma identidade coletiva, causando a consolidação de um grupo. A autora define o conceito de educação não formal como

um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, entendendo o político como a formação do indivíduo para interagir com o outro em sociedade. Ela designa um conjunto de práticas socioculturais de aprendizagens e produção de saberes que envolve organizações/instituições, atividades, meios e formas variadas, assim como uma multiplicidade de programas e projetos sociais (GOHN, 2010, p. 33).

Para Gohn (2012), o que define o caráter educativo dos movimentos sociais é a circunstância de serem eles uma expansão das atuações desenvolvidas pelos programas de educação popular revolucionários, onde a educação “é autoconstruída no processo e o educativo surge de diferentes fontes (p. 57). Dentre as maneiras de manifestação do caráter educativo dos movimentos sociais, destacam-se as práticas do cotidiano que irão interferir diretamente nas relações sociais.

A consciência política individual desenvolvida nos sujeitos participantes de um movimento social é uma das figuras mais notórias nesse processo; entretanto, é no plano coletivo que se observa maior transformação, tendo em vista que surgem na sociedade forças políticas que buscam mudar uma determinada construção social e cultural; por exemplo, as críticas feitas pelo movimento feminista ao modelo de sociedade patriarcal opressora (Gohn, 2012).

Portanto, embora a escola e os movimentos sociais eduquem de forma específica, ambos têm em comum o sentido político da educação. Cabe, portanto, ressaltar o caráter educativo manifesto nessas experiências, assim como constatar os espaços das práticas sociais como lugares adequados ao desenvolvimento de uma educação crítica e emancipatória. Isto é, são os Movimentos Sociais que podem ser vistos como espaços de educação e construção coletiva de ação e reflexão, problematização e dialogicidade.

2.3 Mulheres e processos formativos dos movimentos sociais

Como vimos acima, historicamente, a educação é um dos temas pautados pelos movimentos de mulheres, compreendendo inclusive, que o acesso à educação formal como direito das pessoas e, principalmente, das mulheres é uma pauta segundo a qual o Estado e o sistema patriarcal e machista excluem

as mulheres dos processos formativos. Por isso, as autoras a seguir afirmam partir de

uma concepção de feminismo classista, [...] entendendo que a libertação das mulheres (2018), só é possível com a superação do capitalismo, do patriarcado e do racismo. Isso não significa ter que esperar a superação das classes para, posteriormente, lutar pela liberdade das mulheres e de tantos outros setores oprimidos. (CALAÇA , CONTE E CINELLI. p. 05. 2018.)

Pinto e Montenegro (2015), partindo do pressuposto de que a educação é um dos temas assumidos como direito pelos movimentos de mulheres, consideram importante ressaltar que esse tema demandou uma intensa militância das participantes organizadas. Toda a conjuntura política e social que permitiu o início da escolarização das mulheres no Brasil está associada inexoravelmente à ação de muitas agentes que lutaram para efetivar o direito à educação para garantia do acesso das mulheres à educação no país.

A educação formal faz parte dos direitos exigidos pelas mulheres. Mesmo a luta pela educação formal, colocada como pauta de direitos nesse processo, faz parte luta por reconhecê-las como sujeito social e compreender seus direitos. Porém, esse processo de luta pela escolarização esbarrava na cultura patriarcal, de uma elite branca que considerava as mulheres intelectualmente inferiores. O que era ofertado inicialmente era uma educação voltada para o cuidado dos filhos, o cuidado do lar.

Longe de ser uma educação que promovesse a autonomia e o empoderamento, mesmo com a propagação das ideias patriarcais, racistas e machistas, as mulheres adentram nesse espaço (PINTO e MONTENEGRO , 2015).

Diante desse contexto, essas agentes sentem a necessidade de um processo formativo; as autoras dizem que

faz-se necessário refletir sobre o papel da instituição escolar na reprodução das desigualdades de gênero e perpetuação do patriarcado. Tal instituição, que não se constitui numa instância neutra e imparcial, contribui em certa medida, para legitimação e manutenção das desigualdades de gênero na medida em que reproduz em sua prática cotidiana, padrões estereotipados de comportamentos masculinos e femininos pré-existentes na sociedade (PINTO e MONTENEGRO, 2015 p. 5,)

Nesse sentido, uma educação que fortaleça a autonomia das mulheres foi preocupação de diversas feministas ao longo do tempo. Surgiu no âmbito das organizações sociais e nos movimentos de mulheres, o desenvolvimento de um trabalho educativo para contribuir com a ação política das mulheres em uma perspectiva transformadora e emancipatória.

Parafraseando Pinto e Montenegro (2015), para além da educação formal, a formação em seu sentido geral sempre fez parte do processo de auto-organização das mulheres e de constituição do movimento feminista. Já na década de 1980, as mulheres se organizavam através de grupos de reflexão, rodas de diálogo, debates, oficinas e seminários, num constante processo de formação política ancorada numa perspectiva de fazer processos formativos tendo como perspectiva a emancipação e libertação das mulheres.

Essas autoras consideram as mulheres como sujeitos autônomos, críticos e reflexivos capazes de promover a transformação da sociedade e que a formação faz parte da própria experiência dessas agentes, afirmando o caráter político da educação. Assim, a participação das mulheres nos processos organizativos, de luta e de formação e em todo o processo de 'vida' do movimento social, denota uma relação pedagógica horizontal e dialógica.

Em se tratando dos movimentos sociais, principalmente dos movimentos autônomos de mulheres, a formação visa a contribuir para a reflexão crítica dessas agentes sobre suas próprias experiências e realidades, de forma a criar alternativas para suas vidas e para sua atuação no sentido de transformação da sociedade. Assim, as transformações precisam ocorrer entre homens e mulheres e entre estas/es e a natureza.

Podemos afirmar que os movimentos sociais possuem uma prática educacional própria e específica, de maneira muito distinta em relação à educação formal, visto que nos movimentos, encontra-se presente uma concepção de educação bastante ampla e democrática, fora dos padrões da instituição escolar voltada para a transmissão conteudista de conhecimentos.

Essa comparação entre a educação formal e a proposta de formação dos movimentos sociais causa um efeito proposital: a educação nos movimentos sociais ocorre de maneira mais coletiva e democrática, afetando e influenciando sobremaneira o modelo de educação formal. Conforme aponta Arroyo (2003, p.30) "de alguma forma os movimentos sociais reeducam o pensamento

educacional, a teoria pedagógica, a reconstrução da história da educação básica (...)". Assim, esses movimentos acabam por influenciar e repensar a educação formal.

Dessa forma, os movimentos sociais configuram-se com propostas de escolas de formação de lideranças sociais e populares e como espaços coletivos de aprendizagem de direitos. O foco central da ação educativa e pedagógica é a formação e empoderamento de sujeitos sociais. É pertinente ressaltar que a intervenção pedagógica dos movimentos sociais é distinta ou peculiar, pois encontra-se fundamentada e baseada na realidade e na experiência concreta dos sujeitos.

Lusa (2018) nos ajuda a compreender que a ação coletiva das mulheres nos movimentos faz com que a luta tenha um propósito para além da emancipação individual, pois o coletivo pensa em lutas comuns com temas relacionados à vida das mulheres e no conjunto da sociedade, sem impedir, porém, que cada um construa sua própria identidade a partir daquilo que almeja; principalmente, para aqueles que cresceram no ambiente de luta, é preciso manter o desejo de viver no coletivo.

Dessa forma, as mulheres camponesas organizadas nos movimentos da Via Campesina, em seus coletivos nos movimentos mistos ou em movimentos autônomos, como é o caso do MMC, possuem muitos propósitos e, por meio da organização e das lutas coletivas e da cultura camponesa, popular, feminista estabelecem uma "relação íntima do movimento com a educação, faz-se necessário que, de alguma forma, aconteça um processo de formação dentro do movimento, para que os conhecimentos sejam compartilhados." (OLDIGES, 2013. p. 7) .

O processo formativo coletivo vivenciado pelas mulheres é construído com base na cultura dos movimentos sociais, debatendo as questões dessas agentes, da comunicação, da educação, do trabalho, do projeto de agricultura camponesa, além de ser espaço de articulação e troca de experiências entre as próprias mulheres, lutando pela garantia de sua autonomia e libertação; dessa maneira, reforçam sua participação nas lideranças do movimento, onde têm uma postura definida contra o modelo capitalista e patriarcal.

Nos movimentos mistos, essa relação de paridade de gênero na participação das instâncias de decisão dos movimentos ganha força a partir da

compreensão das próprias militantes da importância de serem sujeitos nesses processos. Pode-se dizer que nesses últimos anos, essa questão está sendo tratada com mais rigor a partir do enfrentamento dentro dos próprios movimentos.

O movimento feminista desencadeia a participação da mulher em outros movimentos sociais, fazendo com que as experiências feministas se perpetuem e não atuem apenas na discussão de gênero, mas também na discussão de classe, raça, etnia, geração, envolvendo a totalidade social em que as mulheres se inserem e participam. (LUSA. p. 06, 2017)

Os movimentos sociais, em especial o Movimento de Mulheres Camponesas, têm grande preocupação com a educação, fazendo das atividades realizadas em seus cotidianos parte do processo educativo dos que vivem nas comunidades, nos grupos de mulheres. A partir da perspectiva da educação popular, as ações visam a contribuir para a libertação das mulheres, organização e protagonismo das camponesas (PINTO e MONTENEGRO, 2015) Assim, a educação popular é considerada uma educação que parte do princípio ser 'dos sujeitos' e não 'para os sujeitos' populares.

Promover discussões e estudos permanentes com mulheres dos grupos de base e das comunidades (não negando o espaço amplo da sociedade com o qual nos articulamos) para nos darmos conta das ações do patriarcado capitalista e machista no cotidiano. O cuidado compartilhado entre mulheres e homens que propomos não pode significar tolhimento do prazer das mulheres nem que a carga de responsabilidade caia nos ombros delas somente. O saber cuidar deverá proporcionar relações que não sejam de descarte nem de uso do outro como objeto. Consideramos que há muito por construir e que a construção se dá no momento em que as mulheres assumem que são exploradas pelo sistema, mas que há possibilidade de mudança, na qual os homens podem e devem ser companheiros. (CONTE, p.1 2007)

A proposta de educação popular assumida pelos movimentos sociais, aqui tratando do Movimento de Mulheres Camponesas, cumpre com o propósito da práxis; essa formação que é inerente ao contexto da vida das mulheres, o desejo de mudança dentro e fora da vida no coletivo, uma educação que contribua para a prática de libertação, que a difira do modelo de educação utilizado no processo de escolarização convencional, onde ainda se encontram

traços de uma educação bancária, projetada de modo que as pessoas não enxerguem sua realidade, invertendo valores, escondendo as contradições sociais e a luta de classes e de gênero (PINTO e MONTENEGRO, 2015).

Paludo e Daron (2012, p 487) referem-se ao MMC como

- a educação popular enquanto processo coletivo e permanente de socialização, reconstrução e produção de conhecimentos que capacita os(as) participantes a perceberem criticamente a realidade socioeconômica, política e cultural com a intenção de transformá-la;
- processo que permite a apropriação crítica dos fenômenos socioculturais e a compreensão de suas raízes e contradições, o que ajuda no entendimento dos momentos e de todo o processo da luta de classes;
- viabilizadora da consciência crítica, que contribui para a superação de diferentes formas de alienação, permitindo a análise/descoberta do real, assim como as possibilidades de criação de estratégias de intervenção; e
- possibilitadora da qualificação das mulheres para que se tornem sujeitos protagonistas do seu próprio processo de construção humana e de outro projeto de sociedade.

Isso ganha sentido quando se parte do pressuposto de que todos sabem, e todos os saberes são importantes, o que o modelo educacional convencional despreza. A educação popular traz para dentro do espaço de formação todos os saberes populares, de modo que valorize todas as suas experiências e conhecimentos, possibilitando que os sujeitos discutam sobre sua realidade e atuem sobre ela.

A partir desses aspectos, o Movimento de Mulheres Camponesas procura construir uma educação do povo e para o povo, das mulheres para as mulheres; uma educação que reforce os objetivos da luta de classes, das lutas das mulheres onde as lutas, a organização e a própria formação sejam um espaço de aprendizado de sua própria realidade. A educação popular possui papel fundamental de transformação social, cabendo aos movimentos sociais fazerem seus espaços de formação contínuos, com valores, princípios, ou seja, uma educação emancipadora. Como efeito da formação e da prática, as mulheres organizadas assumem que o feminismo camponês popular, segundo o MMC (2018, p. 35) , “é a expressão da história construída e vivenciada pelas mulheres camponesas, pois é nele que as mulheres do campo se percebem como sujeitos, portadoras de direitos e capazes de transformar a realidade”.

Os grupos são um espaço vivido pelas próprias mulheres. Faz parte do cotidiano dessas agentes reunirem-se para estudar, para fazer atividades práticas como artesanato, remédios caseiros, troca de sementes entre outros. Nesses momentos, realizam suas atividades no contexto do coletivo construindo o grupo para as discussões políticas, organização dos momentos formativos e de luta, organização da mística entre outros, debate por novas relações entre homens e mulheres e estes, contra o modelo de sociedade capitalista, passam pela organização e autonomia das mulheres (MMC, 2018). Assim, assume a identidade de um movimento feminista, camponês e popular o Movimento de Mulheres Camponesas.

Nos processos de reflexão e formação realizados pelas mulheres organizadas no Movimento de Mulheres Camponesas, as participantes compreendem a importância de se identificarem como feministas e avançam na compreensão do termo feminismo quando escrevem sua missão:

libertação de todas as mulheres, construindo novas relações entre as pessoas e com a natureza, muito forte o debate da construção do projeto de agricultura camponesa, sementes crioulas, plantas medicinais, alimentação saudável. Vem toda a questão dos transgênicos por volta de 2000-2001, 'ressignificação do que restou pra nós mulheres camponesas', como fazer com isso a luta política contra o modelo. Aí vem a discussão e luta pelo Crédito Especial para as Mulheres, diferenciado para a produção de alimentos, importância para a autonomia econômica, política, luta pelo fim da violência contra as mulheres, muitos dados entre 2000-2005, como a violência doméstica nos afeta (MEZADRI, 2014, p. 5)

A Missão do MMC expressa em sua gênese as opções feitas pelas mulheres organizadas. É a partir da reflexão da realidade que a teoria se torna prática.

Ademais, a materialidade da identidade coletiva camponesa feminista e popular do MMC se dá na práxis do dia a dia realizada pelas mulheres, sejam elas por ações individuais nas unidades camponesas de produção, como, por exemplo, a prática da agroecologia, ou pelas ações coletivas como, por exemplo, as mobilizações que buscam reivindicar os direitos das mulheres e da classe trabalhadora. Assim as lutas, a formação e as organizações são eixos que se entrelaçam como práticas transformadoras na vida das mulheres.

2.3.1 As pautas de lutas das Mulheres do MMC enquanto campo formativo

Em se tratando das lutas coletivas do MMC e em conjunto com a Via Campesina e outros movimentos e organizações do campo popular, as mulheres têm como pautas “a continuidade e ampliação dos direitos previdenciários, a saúde pública, novo projeto popular de agricultura, reforma agrária, campanha de documentação” (<https://mmcbrasil.org/home/historia/> disponível em 27/02/2023).

É preciso entender que as formas de enfrentamento e luta, a partir da ótica do MMC, são diversas e se materializam em mobilizações e enfrentamentos massivos, mas também em ações de resistência e enfrentamento cotidianos. Neste último caso, trata-se de uma árdua luta dentro do espaço produtivo e reprodutivo com as pessoas com as quais se convive. Trava-se uma luta permanente por visibilidade, consideração pessoal e do trabalho realizado, e por espaços de poder, de decisão, de autonomia. (CONTE, MARTINS, DARON, 2009, p. 120 - 121)

A efetividade dessas lutas coletivas se dá em datas significativas para a luta das mulheres, como é o caso do 08 de março - Dia Internacional da Mulher; 28 de maio - Dia Internacional de Luta pela saúde da Mulher; 12 de agosto - dia Nacional de luta das Mulheres Trabalhadoras Rurais contra violência no campo e por Reforma Agrária (Assassinato de Margarida Alves), entre outras datas comemorativas e de luta que as mulheres, em coletivo, realizam.

As bandeiras de luta pautadas pelo Movimento de Mulheres Camponesas no cotidiano são o Projeto de Agricultura Camponesa em suas variadas dimensões e instâncias, a ampliação dos direitos sociais, o Projeto Popular para o Brasil¹², Participação da Mulher na sociedade.

O exercício prático nas decisões e na participação nas instâncias dos movimentos vai ganhando força e espaço, o que se amplia para além dos espaços familiares, para a comunidade, para os grupos de mulheres, onde essas agentes vão avançando no processo de protagonismo, mas, sobretudo, na forma como desempenham a experiência organizativa, seja ela nas instâncias dos

¹² O MMC tem como objetivo central lutar pela soberania nacional, proteção, conservação e preservação da biodiversidade (não deixar vender terra e água), recuperando, valorizando a cultura brasileira, fortalecendo as iniciativas de poder popular que reafirmam a busca da dignidade e autonomia da mulher e do povo brasileiro. Por isso, lutamos: contra as políticas impostas pelo FMI (Fundo Monetário Internacional) e Organização Mundial do Comércio (OMC).

grupos de base seja nas direções. Essas ações instigam as mulheres a assumir o comando da organização a partir das decisões tomadas coletivamente que têm como base as lutas coletivas. espaços formativos

É na formação que se efetiva a práxis, o estudo sobre as práticas realizadas e vice-versa. Os temas estudados e as abordagens realizadas no MMC são justamente sobre as temas das lutas.

Esses processos formativos ocorrem desde os grupos de base até as instâncias da direção nacional. Além disso, as mulheres participam de outros espaços formativos, como outras organizações feministas, de movimentos mistos, entre outros. O estudo formal (escola formal), também é realidade na vida das mulheres do MMC, pois sua importância se entende para sua vida e, sobretudo, porque a escola formal é uma bandeira de luta do Movimento. Nesse sentido, várias são as mulheres incentivadas a ocupar os bancos das universidades para qualificação profissional; ou seja, as mulheres camponesas são incentivadas a avançar em sua educação formal, para o ensino médio, a graduação, o mestrado e o doutorado.

Pode-se inferir que, a partir de uma práxis forjada nos processos políticos organizativos, de formação política e de lutas concretas, de resistência e enfrentamento, que buscam transformar a vida social, econômica e política das mulheres, do campesinato e da classe trabalhadora, resulta a formulação de um pensamento e prática feminista das mulheres camponesas, o feminismo camponês popular. Este desconstrói formas tradicionais de compreender a construção de teoria política e de conhecimento, enfrentando o patriarcado e colocando as mulheres no centro da produção de teoria política e da transformação da sociedade.

Constata-se que essas dimensões de organização e de luta aparecem nos processos assumidos pelas próprias mulheres, materializados na luta pelos direitos e nos processos de formação, quando as integrantes do MMC assumem que, “a libertação das mulheres é obra das próprias mulheres” (BENVOIR, apud CONTE 2007, p.02), processo em que estão intrínsecos os processos de formação, de organização, de lutas para cada tema assumido por elas: produção, relação entre as pessoas e a natureza, políticas públicas, valorização e participação das mulheres entre outros.

O caráter formativo fomentado nas lutas do MMC aparece centralmente quando as mulheres percebem no dia a dia a exploração de classe e dominação de gênero. Nesse sentido, elas afirmam a 'luta contra o modelo capitalista e patriarcal e pela construção de uma nova sociedade com igualdade de direitos' (Movimento de Mulheres Camponesas - MMC, Organização e Lutas - disponível 13/02/2023).

Nesse sentido, as mulheres organizadas no MMC materializam essa prática quando dizem: “assumimos como principal bandeira de luta o Projeto de Agricultura Camponesa Agroecológica, com uma prática feminista, fundamentada na defesa da vida, na mudança das relações humanas e sociais e na conquista de direitos” (Movimento de Mulheres Camponesas, Idem). Assim, a prática do “aprender fazer fazendo” transparece no cotidiano das mulheres, na produção de alimentos saudáveis, na luta pelos direitos das mulheres e dos trabalhadores, nas novas relações familiares, entre outros.

Não desvinculado do processo de lutas, o estudo direcionado que chamamos de 'formação', a vida das mulheres se faz presente no estudo sistemático desses temas que fazem parte da vida das mulheres; assim, também o processo organizativo do movimento é considerado processo formativo, pois este exige, além do trabalho de contribuir na organização prática e sistemática das mulheres, a prática cotidiana dos temas estudados, pelo conjunto das mulheres.

Portanto, pode-se afirmar que os três pilares que sustentam o MMC-Brasil, que são a as lutas, a organização e a formação são processos que têm caráter formativo emancipatório para as mulheres camponesas. Esses processos são desenvolvidos a partir da práxis que tem o diálogo e a problematização como centrais. A isso podemos chamar Educação Popular, pois o processo formativo do MMC tem despertado processos transformadores na vida das mulheres.

Os movimentos sociais, portanto, educam-se internamente ao se ordenarem de acordo com suas necessidades e demandas, utilizando-se de suas estratégias e táticas para educar seus adeptos, bem como seus oponentes, que entram em contato e buscam compreender o conflito no qual estão inseridos.

Faria, ao se referenciar em Mascarenhas (2004) considera que

educar(-se) depende das relações sociais. A autenticidade envolve a humanização, criatividade e a solidariedade e ocorre de modo histórico-social e culturalmente. É vivência, (re)criação, movimentos e interações, organização de grupos sociais consolidados por ações conjuntas, criando suas representações e se inserindo de modo ativo na sociedade, o que representa um processo educacional rico e diversificado, os movimentos sociais são imbuídos desse processo de modo significativo. (FARIA. 2001, p. 105)

Esses processos formativos, que contemplam várias dimensões da vida das mulheres e têm caráter reflexivo, problematizador e dialógico são próprios da educação popular, como diz Carlos Brandão:

o princípio básico da educação popular foi o do desenvolvimento de uma ação pedagógica conscientizadora, que deveria atuar sobre o nível cultural das camadas populares, em termos explícitos dos interesses delas. O ponto de partida deveria ser a análise determinante do estado atual da cultura do povo, da reformulação de projetos populares de atualização social.(BRANDÃO. 2009, p.40)

Diante do exposto, a análise que se faz em relação aos processos formativos das mulheres para as mulheres, principalmente as que participam do Movimento de Mulheres Camponesas, tem grande contribuição no processo emancipatório delas e destas com as famílias e com a sociedade. Daí a missão que se atribui o MMC:

A libertação das mulheres trabalhadoras de qualquer tipo de opressão e discriminação”. Isso se concretiza na organização, formação e implementação de experiências de resistência popular nas quais as mulheres sejam protagonistas de sua história. Nossa luta é pela construção de uma sociedade baseada em novas relações sociais entre os seres humanos, e destes com a natureza. (CONTE, p.1, 2007)

Do ponto de vista individual, a partir dos processos formativos coletivos, estabelece-se a tomada de consciência do reconhecer-se como mulher, como protagonista de sua própria história, estabelecendo em si a afirmação de suas capacidades como ser humano, colocando-se como igual com os homens. Sobretudo, propondo novas relações humanas e sociais. Isso se materializa desde a divisão das tarefas da casa até o debate da renda, das relações de trabalho e da ‘posse’, do dinheiro na família. É necessária a valorização e a valoração do trabalho das mulheres como fundamental e importante na vida familiar.

Construir espaços autônomos de mulheres, nos quais possam falar e debater sobre assuntos que lhes dizem respeito: suas vidas e reapropriação do poder que lhes foi roubado. Por isso, nem todos os debates devem e podem ser feitos junto com os companheiros homens, pois há uma relação de poder desigual há milhares de anos. O papel do MMC é contribuir para que sejam possíveis novas ações de não aceitação da inferioridade por parte das mulheres. Elas necessitam também de reeducação para a superação da condição de “vítima”. Precisam saber do seu valor para exigir valorização de si mesmas, da palavra que dizem, do trabalho que fazem, de sua condição de ser humano. (CONTE, p.1, 2007)

Ao se colocarem e se identificarem como coletivo de mulheres, elas percebem as questões que vão para além do individual, ou seja compreendem que a luta das mulheres é coletiva pois estas assumem coletivamente a reivindicação dos direitos das mulheres, bem como propõem para a sociedade novas relações humanas, com o meio ambiente e o cuidado com a vida. Segundo CONTE,

A perspectiva do MMC é ajudar as mulheres camponesas a sair da condição de vítimas e a se apropriar do poder que lhes foi “roubado”. Para que junto com os homens, elas possam marchar pela transformação integral da sociedade. (CONTE, p.1 2007)

Para tanto, os processos formativos construídos pelas mulheres camponesas se fundamentam e se enraízam na prática do dia a dia. Não há dissociação da prática com a teoria. Os desafios enfrentados pelas mulheres camponesas são cotidianos e são o impulsionador das lutas concretizadas. Segundo Paludo e Daron,

A práxis do Movimento de Mulheres Camponesas, embora sujeita às contradições, revela-se portadora de uma dinâmica educativa e de uma mística libertadora/emancipatória, ambas imbricadas no eixo gênero, classe, projeto de agricultura camponesa e projeto popular, que se constitui na própria identidade do MMC. Assim, com base assentada em princípios e valores comprometidos com a mística do projeto popular, libertador e emancipatório das mulheres e das classes populares, elas buscam enfrentar a realidade de forma organizada para transformá-la. As mulheres camponesas do MMC desenvolvem processos educativos de cuidado com as várias formas de vida, centrados no acolhimento, na constituição de vínculos também afetivos, na escuta e no respeito, no diálogo e na conscientização, como base das novas relações. (PALUDO e DAROM, 2012, p. 488)

Em conjunto com a organização e as lutas do MMC, a formação tem a finalidade transformadora na vida das mulheres e da sociedade. A libertação das mulheres como ação das próprias mulheres é o objetivo do Movimento como coletivo, “A intenção do MMC, em todo e qualquer espaço de atuação, é levar as mulheres a serem sujeitos” (CONTE (2007. p. 01).

Ao se colocar como movimento autônomo de mulheres camponesas, os movimentos mistos também começam a pensar esses processos em relação aos coletivos de mulheres. No entanto, em sua maioria, são os processos formativos entre os movimentos de mulheres autônomos e as mulheres que participam dos movimentos mistos que vão forçando a participação das mulheres nas tomadas de decisão desses movimentos. Assim como as mulheres assumem a postura de estar nas direções em paridade com os homens e a discutir os temas que são “pautas das mulheres”, como é o caso do tema da violência contra as mulheres e a produção de alimentos saudáveis entre outros. Nesses processos, a formação na Via Campesina tem papel central para que as mulheres assumam essa postura de empoderamento diante da organização dos movimentos mistos.

Ademais, quando se trata de identificar as evidências relacionadas ao efeito dos processos formativos em relação às práticas agrícolas assumidas pelas mulheres camponesas, é fácil identificar a opção pelo Projeto de Agricultura Camponesa¹³. Processo esse assumido como um modo de vida

¹³ Pela viabilização de políticas públicas para a agricultura que garantam a permanência no campo, a produção de alimentos saudáveis, crédito especial para mulheres etc;
Pela defesa, preservação, multiplicação e conservação da biodiversidade, patrimônio da humanidade a serviço dos povos, garantindo soberania alimentar;
Cuidado, respeito e preservação do ambiente, garantindo a continuidade de todas as formas de vida, respeitando o ciclo da natureza;
Uso sustentável dos recursos naturais, de forma justa e equilibrada, bem como a garantia de energias renováveis para o ser humano (energia eólica/ventos; solar e biomassa/bagaços, esterco e outros), construindo um novo modelo energético;
Preservação das nascentes de águas, rios e fontes, aproveitando a água da chuva através da utilização de cisternas;
Recuperação, preservação e multiplicação das plantas medicinais e sementes crioulas;
Pelo direito e acesso à terra através da Reforma Agrária e fim do latifúndio e estabelecendo os limites de propriedade de terras no Brasil;
Produção agroecológica de alimentos, com o uso de formas alternativas de energia e com acesso e controle dos meios de produção pelas famílias camponesas;
Garantia de geração de renda e autonomia das famílias camponesas, fortalecendo a capacidade de criar e recriar formas de sustentabilidade no campo através de redes populares e solidárias de consumo e comercialização de alimentos e outros produtos;
Valorização e valoração do trabalho e renda gerada pelas mulheres, garantindo sua autonomia;

que tem em sua base o cuidado da vida e da natureza, negando o pacote da Revolução Verde¹⁴ que mata o meio ambiente.

Segundo OLDIGES (2013, p.06)

o MMC, em sua trajetória de luta e organização, as mulheres camponesas foram construindo uma mística feminina, feminista e libertadora, cujo conteúdo se expressa no Projeto Popular com Organização e Lutas - Organização e Lutas - que o Movimento está comprometido que articula a transformação das relações sociais de classe com a mudança nas relações com a natureza e a construção de novas relações sociais de gênero. Essa mística se expressa em símbolos do movimento e, ao mesmo tempo, na práxis coletiva do movimento, quanto das mulheres camponesas inseridas nele.

Cinelli e Conte (2010, p. 05) ajudam a sistematizar como ocorre a formação no MMC;

A formação se dá, tanto de maneira individual, quanto coletiva, onde cada mulher é desafiada a elaborar e produzir conhecimentos, desenvolvendo alguma atividade teórica e prática. Parte-se de elaborações de textos e coordenação de atividades, como seminários, reuniões, oficinas em suas regionais, município e grupo de base e, no decorrer do tempo, percebe-se qualificação, ou seja, progresso na construção e sistematização de saberes. Esses saberes são socializados, problematizados e debatidos e, assim, constroem-se novos, em que as formadoras ou educadoras populares do MMC monitoram o trabalho, para que haja a construção do conhecimento coletivamente.

Incentivar e fortalecer a concretização de formas de entreatajuda, associativas e de cooperação solidária entre as pessoas;

Que as tecnologias desenvolvidas pelas trabalhadoras e trabalhadores com o auxílio da ciência possam ser voltadas aos interesses das camponesas e camponeses, facilitando a produção de alimentos saudáveis;

Organização coletiva do grupo familiar na construção de novas formas de vivência e convivência de maneira a superar as relações da família patriarcal e machista;

Construção coletiva de espaços de poder partilhado de mulheres e homens (decisão e implementação) tanto nos espaços privados quanto nos públicos;

Mudança nas relações humanas, construindo uma visão ampla e integral da vida, do ser humano e de desenvolvimento sustentável do planeta;

Respeito à diversidade étnico-racial, de gênero, econômica, cultural, ecológica e de espiritualidade;

Fortalecimento da arte e da cultura camponesa através de crenças, rezas, rituais, visitas, pratos típicos, mutirões de trabalho, danças, rodas de viola, literatura de cordel, repentes, festas típicas e outras;

Valorização e reconhecimento do saber popular, fruto da herança e do conhecimento da vida camponesa;

Garantia da autonomia de camponesas e camponeses sobre o processo de trabalho, o corpo e sobre o seu modo próprio de vida.

¹⁴ A Revolução Verde consistiu na modernização da agricultura em escala global, efetivada por meio da incorporação de inovações tecnológicas na produção. Teve como base as sementes geneticamente modificadas, os maquinários agrícolas e os insumos químicos, como fertilizantes e agrotóxicos.

Para tanto, pode-se afirmar com segurança que a educação popular é prática das mulheres camponesas, no seu sentido dialógico e problematizador. A prática e a teoria caminham juntas na perspectiva transformadora na formação de mulheres e homens transformadores da sociedade.

CAPÍTULO III

PROCESSOS FORMATIVOS COSTRUIDOS PELAS MULHERES, NO OLHAR DAS MULHERES CAMPONESAS

Este capítulo tem a intenção de trazer presente a esta tese o processo histórico vivido e construído pela Via Campesina nos processos formativos, sobretudo os processos construídos pelas mulheres em sua especificidade. Ainda direcionado pelas coletas de dados realizadas em campo traz os resultados colhidos, materializando uma análise que irá responder aos objetivos da pesquisa para além da conceituação teórica do estudo. Identificar no processo formativo da Via Campesina Brasil/mulheres onde aparece a educação popular como elemento transformador na formação do pensamento delas como sujeitas protagonistas e entender em que medida a prática da educação popular como princípio formativo tem impactado a formação do pensamento das mulheres da Via Campesina Brasil são centrais para a análise.

3.1 A constituição da Via Campesina e as 'Escolas de Formação de Mulheres'

Segundo o documento de *La Via Campesina Internacional (LVC)* (2006), essa organização foi constituída em 1993 em Mons, na Bélgica, em um encontro global. Trata-se da Conferência Internacional de organizações sociais de camponeses, povos indígenas, afrodescendentes, pescadores, sem terras, pequenos agricultores, mulheres e jovens que compreenderam que a única forma de enfrentar os desafios para a continuidade da existência dessas populações e de seus modos de vida e de produção, seria através da união em nível global.

Um dos objetivos principais do movimento em seu nascimento era deter as políticas neoliberais que ganhavam escala global no início da década de 1990 e que assolavam os camponeses. O que se propunha era confrontar as políticas neoliberais e apresentar ao mundo o trabalho e a importância dos povos do campo, das águas e das florestas na produção de alimentos saudáveis, na

preservação ambiental e a necessidade de garantir os direitos e a justiça para essas populações. *La Via Campesina* era entendida como a única via para dar voz aos que não tinham voz e a única via para alimentar o mundo e salvar o planeta.

La Via Campesina é um movimento social e popular, autónomo, pluralista, multicultural e político na perspectiva de construção de justiça social para os povos do campo do mundo. Os principais temas de trabalho, reivindicação e luta pelas organizações membros da Via Campesina são: a) o direito ao acesso à terra e ao território. No caso de povos indígenas, afrodescendentes e populações tradicionais, trata-se do direito ao reconhecimento pelo Estado e pela sociedade dos territórios dessas populações e de seus modos de vida e de produção ancestrais. No caso das populações expulsas de seus territórios, trata-se do direito à terra através de processos de reforma agrária integral e popular; b) defesa da soberania alimentar, da agroecologia e da preservação das sementes crioulas nas mãos dos camponeses, estes elementos fundamentais para garantia da produção de alimentos saudáveis e de autonomia dos povos do campo sobre o processo produtivo; c) defesa dos direitos dos camponeses, das mulheres e da juventude, no sentido do reconhecimento pelos Estados da garantia de políticas para essas populações e da ruptura de relações patriarcais e de exclusão da juventude dos espaços de decisão para pensar o campo.

Ao longo dos anos, *La Via Campesina* foi assumindo vários temas de discussão e um papel central em nível global e nos países em lutas por políticas públicas para o campo, alcançando assim, novos territórios, organizações e membros. Na atualidade, LVC é composta por 182 organizações sociais camponesas de nível local e nacionais, que estão distribuídas em 81 países da África, Ásia, Europa e América, articulando em torno de 200 milhões de camponeses e camponesas.

Na América Latina, *La Via Campesina* está articulada regionalmente por meio da “Coordenadoria Latino-americana de Organizações do Campo (CLOC)”, constituída oficialmente em seu I Congresso Continental na cidade de Lima, no Peru, no ano de 1994. Esse congresso foi o resultado de mais de quatro

anos de encontros e lutas no continente no marco das comemorações oficiais dos 500 anos de “descobrimento do continente”. Esse processo contou, em contraposição às comemorações oficiais, com ampla presença de organizações populares e de organizações sociais do campo, que organizaram a Campanha Continental de Resistência Indígena, Negra e Popular, que se iniciou em 1989 e culminou em 1992 (CLOC, 2010).

Deste acúmulo de encontros, as organizações do campo (populações indígenas, negras, de mulheres e jovens) definiram a necessidade de se articular e se encontrar periodicamente para analisar as estratégias dos governos neoliberais no continente e construir ações de enfrentamento conjuntas para barrar suas políticas que afetavam os povos do campo. No tempo presente, a CLOC está presente em 18 países da América Latina e Caribe, com 84 organizações.

A CLOC foi pioneira em tratar do tema da participação das mulheres no interior do movimento campesino, segundo SEIBERT e RODRIGUES (2019), por meio da auto-organização das mulheres participantes do I Congresso, se levantaram os temas do enfrentamento à violência contra as mulheres, a discriminação e a condição de desigualdade entre homens e mulheres para a participação política. Dessa forma, elas reivindicaram a necessidade de que todos os temas trabalhados pelo movimento campesino passassem pela transversalidade da igualdade de gênero e que em todas as instâncias diretas a paridade de gênero fosse obrigatoriedade.

Nessa luta por igualdade de gênero, deu-se a constituição da comissão de mulheres, que futuramente transformou-se na ‘Articulação Continental de Mulheres’, com atividades autônomas, específicas e com a organização de assembleias de mulheres como prévias ao Congresso Continental. Tal organização das mulheres em assembleia prévia teve início no II Congresso Continental realizado em Brasília no Brasil em 1997 (FORÉS, 2013). Uma das frentes de ação para o fortalecimento da organização das mulheres constituiu-se dos processos de formação específico dessas agentes.

3.2 Processos Educativos de Mulheres na Via Campesina

Um dos eixos fundamentais da CLOC/LVC é a formação política ideológica, entendida como ferramenta que qualifica e fortalece as lutas organizativas e políticas necessárias para a transformação dessa sociedade. Unindo prática-teoria-prática, pode-se ampliar a capacidade de internalizar as lutas e alcançar vitórias das organizações sociais populares do campo.

A partir dessa perspectiva, a formação para a CLOC/LVC está baseada em alguns princípios orientadores, que são:

- Estar ligada a um projeto político, estratégico e de transformação da sociedade;
- Estar ligado a um método de organização política e de trabalho;
- Seu ponto de partida deve ser a prática social, a unidade prática-teoria-prática;
- Ser instrumento de organizar o povo; os processos organizativos também são processos formativos;
- As lutas são parteiras de processos formativos. É nelas que se apreendem lições pedagógicas e aprendizagens históricas. As lutas da classe trabalhadora são uma importante escola de formação;
- Preparar e implementarem-se em todos os níveis de organização: base, militantes, dirigentes/as, tomando em consideração os objetivos e demandas de cada organização social;
- Cada nível de organização requer uma formação adequada, com metodologias, conteúdos e linguagens adequados. A formação deve ser permanente em cada nível;
- Os métodos de formação devem ser criativos, coletivos, alegres, abertos, não autoritários; devem possibilitar a participação e fortalecer a autonomia da organização e necessitam incorporar diferentes linguagens;
- Formações específicas que contemplem as diversidades de opressão da sociedade capitalista: gênero e feminismo, juventude, lutas antirracistas e de diversidade sexual;
- Estudo da organização social da sociedade de classes, contradições e processos vitoriosos dos/das trabalhadores/as e camponeses/as.

Inseridas nesse processo de organização política, as mulheres da CLOC/LVC definiram-se pela constituição de processos formativos específicos, com os objetivos de: fortalecer a organização das mulheres no interior da CLOC/LVC e, também, nas organizações de base nacional; formar mulheres dirigentes políticas; preparar e qualificar a intervenção das mulheres nas discussões políticas nos espaços mistos; ampliar e disseminar a compreensão das desigualdades de gênero na vida cotidiana das mulheres e na militância política; e construir ações conjuntas para avançar na igualdade de participação das mulheres na organização política. (CLOC/VIA CAMPESINA, 2020)

Nesse sentido, foram constituídas as ‘Escolas de Formação Política das Mulheres’ em nível regional e continental. As Escolas regionais aconteceram nas regiões Cone sul, Andina (ambas na parte da região sul-americana), América Central e Caribe. E, finalmente, a escola de formação continental, com a participação de mulheres de todas as organizações membros da CLOC/LVC de todo o continente latino-americano e das ilhas do Caribe.

A ‘I Escola Continental de Mulheres’ foi realizada em Santiago, no Chile, a ‘II Escola’ foi realizada em Bogotá, na Colômbia e a ‘III Escola Continental’ foi realizada em Manágua, na Nicarágua no ano de 2016 e a ‘IV Escola’ foi realizada na Comuna de Auquenco, no Chile em 2018. Com a participação média de 60 a 80 mulheres, essas escolas estão planejadas para ocorrer a cada 2 anos. As limitações financeiras, logísticas e organizativas, porém, nem sempre permitem o cumprimento desta definição. Cada escola tem uma duração média de entre 15 e 20 dias. (CLOC/VIA CAMPESINA 2020)

As Escolas se iniciaram com um conteúdo programático voltado e orientado para as discussões de gênero, que eram o acúmulo coletivo a que se havia chegado entre as mulheres da CLOC/LVC naquele momento. Dessa forma, as primeiras ‘Escolas’ se dedicavam ao estudo e compreensão dos seguintes temas: conceito de gênero; relações de gênero no campo; a participação das mulheres nas lutas políticas e sociais rumo a sociedades socialistas; estudo da biografia de mulheres pioneiras nas lutas políticas; a luta das mulheres pelos direitos femininos e diferentes correntes do feminismo; organização social da sociedade de classes; capitalismo no campo e papel das

mulheres na agricultura; mulheres, soberania alimentar e agroecologia; diferentes formas de violência contra as mulheres e participação política das mulheres. (CLOC/VIA CAMPESSINA 2020)

Com o aprofundamento das discussões políticas e dos processos formativos, as mulheres da CLOC/LVC foram reconhecendo-se nas ações e lutas feministas, passando desta forma, a incorporar nas escolas de formação novos temas e perspectivas como: patriarcado, patriarcado e capitalismo no campo; divisão sexual do trabalho; lutas feministas no campo e uma nova denominação da luta feminista, a partir da experiência e acúmulos políticos organizativos das mulheres da CLOC/LVC, o 'Feminismo Camponês Popular'.

Segundo Caro (2010), Forés (2013) e Seibert (2019), pode-se afirmar que os processos formativos, por meio das 'Escolas' de formação foram fundamentais para a construção de uma consciência feminista das mulheres do campo da CLOC/LVC. A formação propiciou a compreensão da existência de várias vertentes e perspectivas da luta feminista, e de que esta não era um divisor ou um antagonista das lutas de classe e do campesinato, mas uma ampliação e aprofundamento dessas lutas. Permitiu, ainda, a construção de uma perspectiva própria das mulheres do campo a partir de suas ações cotidianas historicamente nos territórios e sua compreensão da necessidade de transformação das relações de classe, mas também de gênero e raça. Vinculando, estreitamente, a luta feminista com a luta por uma sociedade socialista, dois temas também incorporados nas escolas de formação de mulheres.

De acordo com os documentos investigados, a metodologia de trabalho nas 'Escolas de Formação de Mulheres', estão baseadas nos princípios da educação popular, construindo espaços que promovem a participação de todas as participantes, espaços horizontais de respeito às diversidades e dialogicidade. Partindo da compreensão da construção coletiva do conhecimento em que se reconhece, se valoriza e se coloca em evidência e se coloca em evidência o conhecimento que cada sujeito traz de suas experiências e vivências individuais, que se colocam em partilha no coletivo e que constroem conhecimento coletivo. (CLOC/VIA CAMPESSINA 2020)

A *Escolas* contam com a participação de mulheres camponesas, pescadoras, indígenas, negras, extrativistas, assalariadas rurais, sem-terra e jovens de diferentes latitudes e longitudes do continente, de diferentes origens étnicas, raciais e que trazem diferentes acúmulos de histórias de vida, de organização e participação política, de modos de produção e relação com a terra de diferentes culturas. Ou seja, propõe-se um verdadeiro e profundo encontro de diversidades, promovendo um intercâmbio de histórias, de conhecimentos e de saberes. Estes aspectos são considerados elementos educativos e formadores fundamentais das *Escolas de Mulheres*.(CLOC/VIA CAMPESINA 2020)

Os processos educativos são ações em permanente movimento e constituem uma transformação que leva à transformação das mulheres individualmente, transformação coletiva e possibilidade de transformação do mundo, é um ciclo de mudanças que pode levar a avanços significativos na conquista de libertação e autonomia na vida concreta das mulheres do campo.

3.3 Movimento de Mulheres Camponesas no Brasil

Faz-se necessário analisar a formação do Movimento de Mulheres Camponesas no Brasil para compreendermos o processo que este segmento tem vivido no decorrer de nossa história, em especial a partir dos anos de 1980. Nesse sentido, segue uma breve descrição, na qual aparecem indícios da realidade brasileira e a justificativa da necessidade da formação de um movimento de mulheres assim como seu processo organizativo.

A conjuntura que movia o campo brasileiro no período de 1980 era constituída dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, os quais foram suspensos. Caracterizava-se pelo plano safra, com a expansão da agricultura; pelo desenvolvimento das forças produtivas destinadas à exportação; pela modernização agrícola baseada na mecanização; pela elevação da produtividade, pela infraestrutura básica de transportes; por novas tecnologias; máquinas e financiamento para a aquisição de insumos agrícolas produzidas; pelos grandes complexos industriais, incentivadas pelo Estado brasileiro.

Esse momento instigou no Brasil as organizações dos camponeses e das camponesas, que se organizaram em movimentos. Articularam-se várias organizações de trabalhadores e trabalhadoras entre elas, grupos de mulheres, sendo que em alguns estados contaram com colaboração da Comissão Pastoral da Terra¹⁵, comissão organizada pela igreja com a função de contribuir na formação e na luta pela terra. Tal comissão partia do pressuposto que a igreja católica, tendo como opção a defesa dos pobres e dos humildes, tinha a tarefa de organizar os trabalhadores e trabalhadoras do campo. (CLOC/VIA CAMPESINA 2020).

Nesse contexto, surgem vários movimentos sociais no campo no Brasil, entre eles o MST(Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), sendo que, entre eles surgirão também as organizações de mulheres que se identificam por buscar melhores condições de vida no campo, motivadas por reivindicações que reafirmam esses, buscando seus direitos. O reconhecimento das trabalhadoras rurais desencadeou lutas como a libertação das mulheres, a sindicalização, direitos previdenciários, participação política na sociedade etc., o que ajudou a motivar as mulheres a se organizarem (CLOC/VIA CAMPESINA 2020).

A organização de mulheres foi-se constituindo também com a intencionalidade de discutir o endividamento dos homens/maridos nos bancos, fruto do descaso do modelo desenvolvimentista no campo, que priorizava processos produtivos que beneficiavam os grandes proprietários, tais como, implementação do Pacote Tecnológico da Revolução Verde com agroquímicos, sementes selecionadas/híbridas, adubos químicos e outros. Segundo Conte (apud PALUDO, 2009, p.89),

Como consequência do modelo imposto, a agricultura dita de pequena escala, ou agricultura familiar, estava passando por uma grande crise: muitas famílias estavam endividadas por causa dos altos juros dos financiamentos agrícolas e outras tantas já sem-terra, porque nunca tiveram posse alguma, porque o pouco que tinham lhes foi tomado por causa das dívidas nos bancos. Nesse período houve a expansão da mecanização e uma grande concentração de terras, além do êxodo rural.

¹⁵ Comissão Pastoral da Terra (CPT) é uma pastoral articulada e ligada à Igreja católica no Brasil.

Além disso, as mulheres perceberam que havia outros elementos a serem discutidos que extrapolavam o aspecto econômico, tais como: a opressão das mulheres, a discriminação, o não reconhecimento da profissão feminina, a falta de políticas públicas etc., considerando-se necessária uma organização de mulheres para lutas mais abrangentes e específicas. Um exemplo é o caso da organização das mulheres camponesas que iniciaram uma luta pela Previdência Social e Solidária, quando foram a Brasília reivindicar que houvesse o reconhecimento de camponeses e camponesas a serem seguradas e segurados de forma Especial na Previdência, onde se exigia a diminuição da idade de aposentadoria de 65 para 60 anos para os homens e de 60 para 55 anos para as mulheres; quatro meses de salário maternidade para as mulheres camponesas; auxílio reclusão, entre outros.

Vale ressaltar que, em alguns períodos da história, as mulheres não tinham direito de se aposentar ou recebiam metade do valor que os homens. A luta foi intensa e longa, muitas idas e vindas a Brasília com comissões, acompanhamento nos ministérios desde os anos de 1980 e até hoje, as mulheres se mobilizam para manter essas conquistas.

Nesse período, as mulheres iniciam também a luta pelo reconhecimento da profissão de agricultoras, que, até então, estava alinhado com as questões de direitos da previdência, ou seja, só quem poderia acessar os direitos eram aquelas reconhecidas como agricultoras; entretanto, na maioria dos casos os documentos das mulheres as denominavam como "do lar". A partir de então, as organizações de mulheres passaram a pautar a necessidade de exigência pelas mulheres do bloco de notas de produtor rural, incluindo o nome das mulheres, assim como nos registros das crianças e documentos em geral. As mulheres começam a se denominar como trabalhadoras rurais. As bandeiras de luta das mulheres camponesas começam a se desenhar no cenário da constituição de um Movimento de Mulheres Camponesas no Brasil.

Esse processo de percepção da busca pelos direitos das mulheres acontece em vários Estados do Brasil, alguns desde o início dos anos de 1980, com suas primeiras experiências de constituição de grupos de mulheres

organizados. Em Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Acre, Alagoas, e em outros estados mais tardiamente, inicia-se o processo de formação dos grupos de mulheres camponesas. Em cada localidade, tais movimentos se identificavam de formas distintas: Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), em Santa Catarina; Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), no Rio Grande do Sul. No caso do estado de Goiás, esse movimento se constitui posteriormente em sua articulação.

No decorrer dos anos, esses grupos de mulheres, articulados em seus estados, vão ganhando corpo organizativo. Vão sendo percebidos pelos movimentos já existentes no campo como um Movimento que surge para discutir as questões relacionadas, principalmente, aos direitos das mulheres, mas também na discussão de temas relacionados ao projeto de agricultura camponesa para o Brasil. Se, por um lado, isso aparece como uma questão importante no 'setor' do campo, por outro, causa certa estranheza em outros segmentos as mulheres quererem discutir questões mais gerais do campo brasileiro. Apesar de tais contradições, as mulheres articuladas em grupos, vão firmando um espaço no campo brasileiro, também sendo percebidas pelas forças já existentes.

Diante de todas essas circunstâncias vividas na constituição do Movimento de Mulheres Camponesas, é em 2003 que esse movimento se constitui como movimento unificado em nível nacional, com nome, princípios, valores e bandeiras de luta comuns. Tais princípios foram assumidos pelas representações de 17 estados brasileiros participantes do Encontro Nacional que ocorreu em Brasília, com mais de 3 mil mulheres. A partir desse encontro, reafirma-se a marca feminista, camponesa e classista (classe trabalhadora) do Movimento de Mulheres Camponesas (arquivos MMC Brasil).

Em relação às questões organizativas, o Movimento de Mulheres Camponesas tem como essência a formação de grupos de base, seja nas comunidades tradicionais, seja em assentamentos, acampamentos ou onde as mulheres camponesas desejassem assumir as bandeiras comuns de luta e se identificassem com o MMC. Esses grupos se articulam, nos municípios, com outros grupos, por região e no estado, e, por último, em nível nacional, instância na qual existe uma coordenação nacional representada pelas coordenadoras

estaduais e, destas, uma direção nacional que comanda as questões mais gerais das lutas, da formação, da organização, das finanças e da articulação com os movimentos parceiros e outros setores da sociedade.

Desde os grupos de base, há a escolha da coordenação e assim segue em todas as instâncias organizativas. Esse processo organizativo não é absoluto e estático, ou seja, os estados têm autonomia organizativa, sendo importante, porém, estar atentos aos princípios organizativos das coordenações, da organização.

Grupo de base – é o espaço de formação, organização e preparação para as lutas que garantirão os direitos das mulheres, possibilitando o exercício da libertação. Será coordenado por duas dirigentes do grupo.

Direções municipais – têm a responsabilidade de articular e coordenar as atividades do MMC no seu município e fazer a relação com as demais instâncias do MMC. Será composta por uma dirigente de cada grupo de base.

Direções regionais - têm a responsabilidade de articular e coordenar as atividades do MMC nas Regionais dos Estados. Compõem a direção regional duas dirigentes de cada município.

Direções estaduais - têm a responsabilidade de articular e coordenar as atividades do MMC no Estado. Será composta por duas dirigentes de cada regional.

Coordenação nacional – responsável por dar as linhas políticas ao MMC nacional, articular e coordenar as atividades e fazer a relação garantindo os encaminhamentos com seus Estados. Será composta por duas companheiras de cada Estado.

Direção executiva - implementa e viabiliza as decisões da Coordenação Nacional. Será composta por 10 pessoas da coordenação nacional e reunirá as coordenadoras das equipes de trabalho. (MMC Brasil, 2020, p. 1)

A partir dessa constituição do movimento em nível nacional, os grupos em níveis estaduais e municipais se inserem nas discussões que permeiam o campo brasileiro, enquanto membros integrantes da Via Campesina Brasil. Tais organizações passam a estabelecer também relações com os movimentos de mulheres da América Latina e outros movimentos de mulheres camponesas do Brasil. Desses movimentos, muitos são, também, membros da Via Campesina

na América Latina e outros são articulações pontuais em temas comuns com movimentos de mulheres urbanas.

Mediante o exposto, é perceptível a contribuição do Movimento de Mulheres Camponesas, desde sua constituição, na luta do campo brasileiro, sobretudo nas discussões que permeiam os temas relacionados às questões das mulheres.

3.4 Os dados quantitativos da pesquisa

Conforme estabelecido no projeto, os grupos de mulheres participantes da pesquisa são integrantes do Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina, no município de Quilombo, sendo que 10 questionários foram aplicados através do *google forms*, tendo, antes disso, realizado, o previsto no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que se encontra no Anexo A, mantendo o sigilo dos dados pessoais e compondo o conjunto de informações apresentadas no estudo. Desse modo, após observação na busca de informações sobre o Movimento de Mulheres Camponesas, bem como a forma de organização das mulheres que fazem parte deste movimento no Brasil, foi possível construir os dados empíricos para o presente estudo.

A organização local do Movimento de Mulheres Camponesas mostrou-se disposta a direcionar a pesquisa para um grupo de mulheres que atua no MMC há mais tempo. A busca de informações sobre a origem dessa instituição popular, feminista e Camponesa, oferece boas informações sobre a organização, cabendo à pesquisadora a busca e seleção das participantes que preenchessem os critérios de inclusão proposto pelo projeto inicial. A busca das pesquisadas ocorreu, por meio de contatos prévios, pelo conhecimento que se tinha em relação à atuação das mulheres bem como o conhecimento em relação à atuação do movimento naquele local, onde já haviam desenvolvido trabalhos de acompanhamento e formação das Mulheres desde 2002. Vale destacar que neste local trabalhei como voluntária em projetos, atividades, oficinas, cursos anteriores e contava com os contatos das mulheres.

Depois de articulações por telefone, contatos pessoais e reuniões, a coleta de dados ocorreu a partir de questionários disponibilizados no *google*

forms em função do momento da pandemia do Covid 19, que se fazia presente no momento de forma ainda drástica. Essa ferramenta permitiu que as mulheres respondessem ao questionário sem o contato físico com a pesquisadora. O processo de respostas ao questionário ocorreu em seguida ao contato telefônico para orientação, leitura do TCLE através do link enviado para as mulheres e resposta ao questionário disponibilizado. O questionário abordava a história de vida e trajetória formativa na luta pelos direitos das mulheres camponesas. Assim, trata-se de pessoas que relatam suas experiências, memórias e trajetórias de vida em busca de seus direitos e participação política nas suas respectivas famílias e comunidades, estabelecendo vínculos com a identidade dessas mulheres, produzindo documentos sobre o espaço, tempo e a vida dessa população e de seu grupo social. Optou-se por colher 10 mulheres que responderam aos questionários e devolveram ao ambiente, dentro dos critérios de inclusão da pesquisa, considerando-se o projeto inicial,.

Segue a apresentação do Quadro 1, conforme dados presentes nos 10 questionários colhidos no *google forms*, correspondentes aos descritores, com os seguintes indicadores: número de Sujeitos e enumeração, Cor, Estado Civil, Naturalidade, com quem mora, com quantas pessoas mora na casa, permitindo a construção da Quadro 1. Perfil socioeconômico e cultural das participantes da pesquisa, para melhor compreensão por parte do leitor.

Quadro 2 – Dados gerais da pesquisa

Classificação	Descrição							
Sujeitos	10 mulheres participantes do Movimento de Mulheres Camponesas em Quilombo SC							
Cor	Branca (80%)	Parda (20%)	Preta (0%)	Amarela (0%)	Indígena (0%)			
Estado Civil	Solteira (10%)	Casada (60%)	Separada divorciada desquitada (0%)	Viúva (0%)	União estável (30%)			
Naturalidade	Quilombo SC (60%)	Padre Bernardo (GO) (0%)	Sananduva RS (10%)	Veranópolis RS (10%)	Nova Araçá RS (10%)	Coronel Freitas SC (10%)		

Com quem Mora	Sozinha (0%)	Pai e mãe (10%)	Esposo(a) Marido Companheiro(a) (60%)	Filhos (10%)	Irmãos (0%)	Amigos ou Colegas (0%)	Marido Pais (10%)	Companheiro Sogra (10%)
Quantas pessoas mora na casa	Duas (20%)	Três (20%)	Quatro (20%)	Cinco (10%)	Seis (10%)	Mais de seis (10%)	Mora sozinha (10%)	

Fonte: Dados coletados e tabulados pela pesquisadora, 2022.

De acordo com o Quadro 1, as mulheres que participaram dessa pesquisa, considerando 10 como 100%, as mulheres pesquisadas, 80% se autodeclararam como brancas, 24% e 20%, como pardas. Este último dado nos chama a atenção. Por se tratar da região do sul do país, onde tipicamente se instalaram colônias de países europeus, em especial alemães e italianos, é compreensível que a maioria tenha se autodeclarado como branca. Entretanto, sentimos falta de autodeclarações como negras, tendo em vista que, por vezes, as autodeclarações como parda, podem, em alguns casos, camuflar a condição de negra.

Quanto ao estado civil das participantes, 60% declaram ser casadas; 30% declararam União Estável, 10% solteiras, 0% separadas-divorciadas; desquitada e 0% viúvas. Quanto ao Indicador de local de nascimento, em sua maioria, são de origem do local da pesquisa ou seja, 60% nasceram em Quilombo SC, 10% Sananduva RS, 10% Veranópolis RS, 10% Nova Araçá-RS. No indicador 'com quem mora' a pesquisa revela que 60% das mulheres moram com esposo, marido ou companheiro, 10% pai e mãe, 10% pai e companheiro, 10% companheiro e sogra, 10% filhos, 0% amigos e colegas. Quando a pergunta é em relação à composição da família, acerca do grupo com quem moram as pesquisadas, os dados revelam o seguinte: 20% das pesquisadas moram em casa com duas pessoas, 20%, com três pessoas, 20%, quatro pessoas, 10%, com seis pessoas, 10% com mais de seis pessoas e 10% moram sozinhas.

De modo geral, numa análise superficial, as mulheres pesquisadas são, na sua grande maioria, brancas, casadas e nascidas em Quilombo SC.

Quadro 03 – DADOS ECONÔMICOS E RENDA

Classificação	Descrição					
Sujeitos	10 mulheres do Movimento de Mulheres Camponesas em Quilombo SC					
Renda (em SM)	(0%)	2 (10) (10%)	Até 3 (60%)	3 a 5 (20%)	Benef . Govern. (10%)	> 8 (0%)
Atividade remunerada	Responsável pelo sustento da família (40%)	Independência financeira (30%)	Aposentada independente (10%)	Sem independência financeira (10%)	Ajuda no sustento da família (10%)	

Fonte: Dados coletados e tabulados pela pesquisadora, 2022.

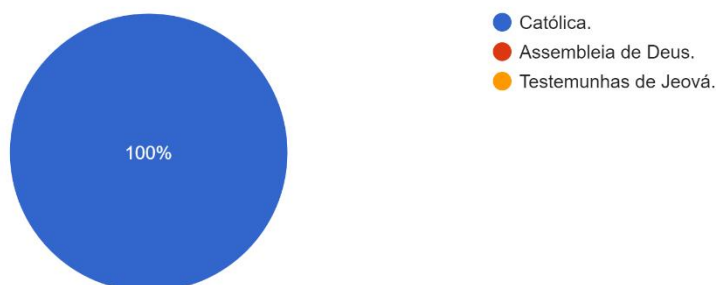
Os dados das pesquisas que aparecem a partir das entrevistas é relevante quando se pergunta sobre a renda das pessoas, considerando aqui não só a renda da mulher mas a renda da família, onde 60% é de até 3 salários-mínimos. Na sequência, aparecem 20%, com 3 a 5 salários-mínimos, e com 2 salários-mínimos e benefício governamental com 10% cada. Considerando que a média salarial no Brasil no ano de 2021 foi de R\$ 2.787,00, o que representa 2.53 salários-mínimos, tendo em vista que o valor do salário-mínimo no mesmo ano perfazia R\$ 1.100,00, podemos afirmar que a renda da família dessas mulheres se encontra um pouco acima da média nacional. Além disso, estes dados revelam estritamente os recursos financeiros auferidos pelas mulheres e suas famílias; entretanto, nas entrevistas é perceptível a produção de alimentos para consumo familiar, os quais fazem parte da composição da renda mas não aparecem como dinheiro efetivo.

O outro ponto a ser destacado na análise do quadro 02 é em relação à participação econômica da mulher, compreendendo aqui a atividade remunerada. Na sua maioria, as mulheres se reconhecem como trabalhadoras. Trabalha como responsável pelo sustento da família (40%); trabalha e é independente financeiramente (30%); trabalha mas não é independente financeiramente (10%); professora aposentada independente (10%). Se somarmos os dados, trabalham como responsável pelo sustento da família (40%), trabalham e são independentes financeiramente (30%) teremos um resultado de 70%, mostrando que as mulheres têm uma postura de responsabilidade e independência financeira na família.

Gráfico 01 – Religião

8-Você participa de alguma religião?

10 respostas



Fonte: Dados coletados e tabulados pela pesquisadora, 2022.

Em se tratando da participação na religião, a pergunta feita às participantes da pesquisa revela que 100% delas participam da religião católica, fato este que tem suas bases fundamentas na organização tradicional das comunidades em que essas mulheres moram. Na sua maioria, a comunidade é constituída pela estrutura física de uma igreja católica, um salão de festas e bailes, uma venda (bodega) de produtos em geral (bebidas, comida, ração....).

A igreja católica nos anos de 1970 fez uma opção clara pela defesa dos pobres e oprimidos; neste contexto a teologia da libertação teve um papel central na constituição dos movimentos sociais do campo, principalmente em se tratando do Movimento de Mulheres Camponesas. Faz-se justa a referência desta construção, que se materializa, ora na organização das mulheres, ora dos pobres para ocupação das terras nos acampamentos para reforma agrária, ora na Comissão Pastoral da Terra, fazendo o debate dos direitos concretos para as pessoas como proposta do reino de Deus. Nesse sentido, podemos compreender e justificar a grande porcentagem de mulheres católicas que participam do MMC.

As famílias que pertencem a essa comunidade participam ativamente, em sua maioria, da comunidade/igreja católica, ou seja, Conselho de pastoral, catequese, liturgia (cultos e missas), festividades. A paróquia com seus padres têm a função de manter viva a mística religiosa nas comunidades.

Nas bodegas ou pequenos comércios de bebidas, quase com exclusividade, os homens se reúnem para jogar baralho, jogar bocha (em alguns lugares) aos sábados à tarde e domingos.

No entanto, há nas comunidades outras formas de organizações como grupo do sindicato de trabalhadores na agricultura familiar, grupo de Mulheres do MMC, grupo do Clube de mães, entre outros grupos. Na sua maioria, estes são organizados a partir do contexto religioso, ou seja, os chamados à participação nesses grupos aparecem sempre posteriormente a um culto, missa, reunião....Pode-se dizer que a religião católica predomina quase que com exclusividade na vida e organização das comunidades e das famílias camponesas que residem nas comunidades rurais. Esta é uma realidade muito comum encontrada nos municípios da região oeste de Santa Catarina. Nas comunidades onde residem as mulheres que responderam ao questionário não há, na sua maioria, influência de outras religiões.

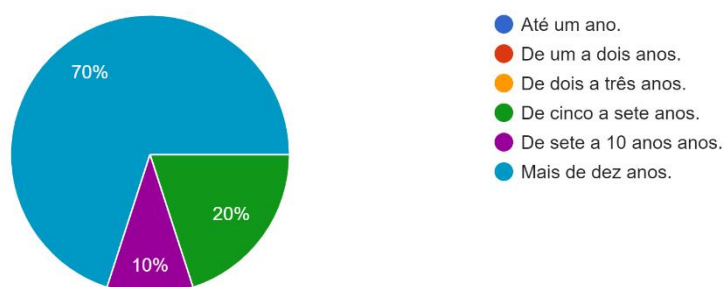
Em se tratando do tema da participação das mulheres pesquisadas no Movimento de Mulheres Camponesas, 100% das entrevistadas relatam que participa positivamente. Pode-se considerar que este envolvimento das mulheres das comunidades tem uma relação direta com a organização da igreja, fato este perceptível, pois as organizações sociais progressistas das comunidades e município surgem nos anos 1980 com as Comunidade Eclesiais de Base (CEBS), com o objetivo de organizar o povo, as famílias para, em grupos, associações, sindicatos, movimentos sociais camponeses, principalmente visando ao acesso à terra, aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. Os padres e as freiras tinham papel fundamental no município de Quilombo, que era fomentar a luta dos trabalhadores e organizar o povo na perspectiva da teologia da libertação e a opção pelos pobres.

Na conjuntura que movia o campo brasileiro no período de 1980, eram fundamentais os Planos Nacionais de Desenvolvimento, com a expansão da agricultura, desenvolvimento das forças produtivas destinadas à exportação, à modernização agrícola baseada na mecanização, elevação da produtividade, infraestrutura básica, transportes, novas tecnologias, máquinas e financiamento para a aquisição de insumos agrícolas produzidas pelos grandes complexos industriais, incentivados pelo Estado brasileiro.

Esse momento instigou no Brasil, as organizações dos/as camponeses e camponesas, que se organizaram em movimentos. Articularam-se várias organizações de trabalhadores e trabalhadoras, entre eles, grupos de mulheres, em alguns estados com a influência da Comissão Pastoral da Terra¹⁶, comissão organizada pela igreja com a função de contribuir na formação e na luta pela terra. A igreja mediante a opção pelos pobres em defesa dos humildes tinha essa tarefa de organizar trabalhadores e trabalhadoras.

Gráfico 02- Tempo de participação no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)

10- Se sim pra a questão 9, por quanto tempo?
10 respostas



Fonte: Dados coletados e tabulados pela pesquisadora, 2022.

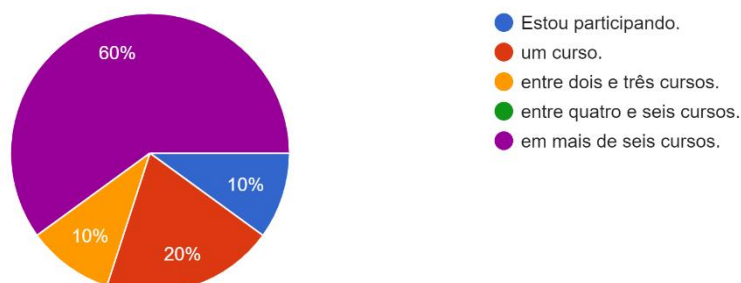
O gráfico 02 tem relação direta com o citado acima, pois este detalha a quantidade de tempo que as mulheres estão inseridas no MMC. O que chama muita atenção é que 70% das mulheres participam há mais de 10 anos, o que justifica a análise que se faz do tempo de luta das mulheres neste lugar. A história de luta das mulheres organizadas no MMC é de longa data, mais de 30 anos, pois muitas mulheres antecederam estas que foram entrevistadas, como já foi relatado no capítulo anterior que trata da luta das mulheres em Santa Catarina.

Quando perguntadas sobre a Participação das mulheres entrevistadas nos processos formativos do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), os dados revelam que 100% das entrevistadas participam dos processos formativos do Movimento de Mulheres camponesas.

¹⁶ Comissão Pastoral da Terra (CPT) é uma comissão pastoral da igreja católica.

Gráfico 03- Participação das Mulheres nos processos formativos (quantidade)

12- Se sim para questão 11, quando?
10 respostas



Fonte: Dados coletados e tabulados pela pesquisadora, 2022.

A análise do Gráfico 3 tem relação direta com o comentário acima, pois neste está relatado que todas já participaram dos processos formativos e o gráfico anterior detalha por quantidades, que 60% das mulheres que responderam o questionário relatam que participaram de mais de seis cursos, 20% de um curso, 10% entre dois e três cursos e 10% estão participando de cursos.

Gráfico 04 - Cursos de que as mulheres participam e participaram

13- Quais cursos?
10 respostas



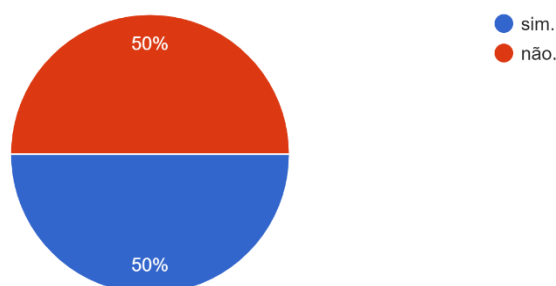
Fonte: Dados coletados e tabulados pela pesquisadora, 2022.

Nos indicadores do gráfico 04, aparecem os tipos de atividades formativas de que as mulheres participam; 20% das mulheres que responderam ao questionário dizem que participam das Oficinas das sementes crioulas, 20% participam de reuniões, 10% dos encontros dos grupos de base, 10% de oficinas

das sementes crioulas e encontros municipais, 10% de Curso Nacional Diálogos pedagógicos, 10% participaram de encontros municipais, 10% disseram que participaram de todos os citados anteriormente.

Gráfico 05- Participação dos espaços de decisão do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)

14-Você participa dos fóruns de decisão do movimento?
10 respostas

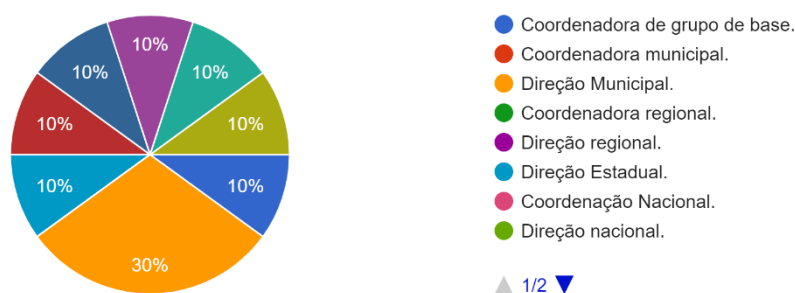


Fonte: Dados coletados e tabulados pela pesquisadora, 2022.

Em se tratando dos espaços de decisão do Movimento e Mulheres Camponesa 50% das mulheres que responderam ao questionário reportaram que participam dos espaços de decisão e 50% não participam.

Gráfico 06- das mulheres que participam dos espaços de decisão: estâncias de que participam

15-Se participa, em qual instancia de decisão você faz parte no Movimento de mulheres Camponesas?
10 respostas



Fonte: Dados coletados e tabulados pela pesquisadora, 2022.

O Gráfico anterior (06) quando se trata dos espaços de decisão do Movimento de Mulheres Camponesas, 50% das mulheres que responderam ao questionário relataram que participam dos espaços de decisão e 50% não participam. Das que participam dos espaços de decisão, 30% dizem que fazem parte da direção municipal do Movimento de Mulheres Camponesas, 10% como coordenadora de grupo de base, 10% coordenadora municipal, 10% direção regional, 10% direção estadual, 10% direção Nacional, 10 % coordenação Nacional e 10% direção regional.

A lógica do processo organizativo do Movimento de Mulheres Camponesas inicia-se a partir da formação de grupos de base. Cada um desses grupos de base tem duas coordenadoras, que compõem a coordenação municipal. Da Coordenação municipal cada município elege duas participantes para compor a coordenação regional. A coordenação regional elege duas de cada regional do estado para formar a coordenação estadual; destas são formados os coletivos (organização, formação e lutas), duas mulheres da direção estadual compõem a coordenação Nacional. Cada estado do Brasil onde há organização do MMC tem representatividade na coordenação Nacional. Da coordenação nacional é formada a direção Nacional com um número reduzido de mulheres mas com tarefas estabelecidas. Assim também se organizam os coletivos para articular temas a respeito dos seus coletivos, organização, formação, lutas, finanças, comunicação entre outros.

Pose-se sintetizar que as mulheres que responderam ao questionário fazem parte do MMC, têm uma história de caminhada e lutas pelos direitos das mulheres e da classe trabalhadora e que o processo formativo tem contribuído no despertar das mesmas e de seus grupos.

3.5 Análise qualitativa da pesquisa: entrevistas

A presente seção apresenta o campo da pesquisa, com parte dos resultados, cuja finalidade é apreender os aspectos que compõem a práxis da educação popular no que tange à emancipação das mulheres camponesas participantes da pesquisa. Traz informações registradas nas entrevistas gravadas num universo de 07 mulheres que responderam a roteiro

semiestruturado. Neste momento são apresentados os resultados dos relatos, por meio de descrição e análise das entrevistas realizadas junto às mulheres camponesas investigadas.

A pesquisa, em sua temática central, propõe investigar a experiência formativa de um grupo de mulheres da via camponesa, visando a compreender como os processos formativos têm contribuído na emancipação dessas mulheres pesquisadas.

O estudo foi ao encontro das agentes desse processo que participam do movimento social de mulheres que deram origem à coleta de dados. As visitas para a entrevista foram realizadas em um momento muito difícil quando o Brasil e o mundo vivenciavam o auge de uma pandemia, o Novo Corona Vírus, que provoca a doença COVID-19, realidade esta que impactou também as populações onde foram realizadas as entrevistas. Nesse sentido, foram necessários todos os cuidados de biossegurança; o medo da contaminação, porém, estava presente em todos os momentos.

A despeito de tal realidade, a entrevista foi um reencontro da pesquisadora com a mulheres entrevistadas, visto que as conhecia de outros momentos das lutas e organização das mulheres em Santa Catarina. As entrevistas foram momentos de interação e de confiança, quando as mulheres trouxeram presentes suas histórias de vida.

Buscou-se abordar a luta das mulheres no contexto global dos antigos movimentos sociais. Buscou-se destacar a presença da educação popular que permeia os grupos em suas lutas a partir dos direitos das mulheres camponesas pelo reconhecimento de trabalhadoras rurais como ponto central de onde parte a luta por demais direitos como a libertação da mulher, sindicalização, documentação, direitos previdenciários (salário maternidade, aposentadoria..) participação política entre outros.

O fato é que o papel dessas mulheres é de guardiãs da vida em meio à luta por direitos, onde de fato ocorrem os embates por cuidados diretos com o grupo familiar, com a comunidade e, de modo geral, com o todo da sociedade no que tange à luta e à organização pelos direitos das mulheres.

A mensuração dos dados qualitativos das entrevistas abordada em cada fala considera sete eixos relevantes na compreensão desse processo do lugar de fala deste grupo de mulheres. Na análise do conteúdo das entrevistas, a partir das narrativas registradas, considerou-se o lugar de fala das mulheres, destacando nos relatos a compreensão sobre o processo formativo, bem como sobre o lugar ocupado pela educação escolar na luta por direitos e na construção do sujeito político e social dessa população. Destacou-se, ainda o poder de participação nas tomadas de decisões nos assuntos relacionados à vida das mulheres camponesas.

Para melhor compreensão, o capítulo foi dividido em seções, sendo as primeiras voltadas para a compreensão das participantes, por considerar que essas agentes deveriam ser apresentadas em sua individualidade, considerando-se a ordem das entrevistas e aspectos de sua subjetividade, de modo que todas permanecem com codinome para preservar o sigilo proposto e, ainda, a categorização presente em cada entrevista.

Na análise das falas das participantes estas foram agrupadas nos seguintes eixos temáticos:

- Processos e Metodologias de formação;
- A revolução verde: produção agroecológica;
- Processo formativo e realidade/experiência na pandemia;
- Consciência de classe/ consciência de Gênero: Identidade – mulher camponesa;
- Liberdade da mulher;
- Participação e movimentação das mulheres e conquistas do movimento;
- Patriarcalismos e sexismo - Relação mulher/homem em casa, no trabalho, no movimento e na sociedade.

A seguir, optamos por caracterizar as mulheres pesquisadas de forma pontual para que, no decorrer do texto os leitores tenham condições de reconhecer o perfil de cada uma. Optamos também por adotar pseudônimos que consideramos carinhosos para essas mulheres, vinculados à hortaliça, tendo em vista que, o cotidiano dessas mulheres é marcado pelo trabalho no campo, como também em casa cuidando de seus quintais e hortalças.

Dona Alface - Na ocasião, em 2021, a entrevistada Dona Alface residente em uma comunidade Rural do município de Quilombo SC, tinha 65 anos. Sempre foi agricultora; os pais eram pequenos agricultores. A trajetória na infância, na adolescência e juventude, segundo relata, foram marcadas por uma vida de muita pobreza e de muita dificuldade financeira. Ela é liderança do Movimento de Mulheres Camponesas há muitos anos. Ousa até dizer que contribuiu na formação do MMC desde seu início; desde sempre, trabalha na roça e mora em seu pequeno espaço de terra. Tem estudo; fez a graduação (educação formal) neste último período, quando terminou o curso de graduação em pedagogia.

Dona Salsa - Dona Salsa, uma mulher com 57 anos em 2021, que se identifica como camponesa, é moradora de um bairro da cidade de Quilombo Santa Catarina. Sua unidade camponesa, porém, diferencia-se das outras pelo fato de ser um espaço grande, onde a mesma e sua família produzem muitos alimentos de muitas variedades. Assume também a tarefa de docente em uma escola estadual do município. Atua no movimento de mulheres camponesas há muitos anos, dedicando parte do tempo a contribuir nas elaborações de materiais no coletivo de formação. É uma das lideranças do MMC desde seu início no município, na regional e no estado de Santa Catarina.

Dona Cenoura - é uma mulher camponesa que mora no interior do município de Quilombo-SC, na roça. Hoje mora só com o esposo, tem 3 filhos, que hoje são empregados. Não convivem diretamente com a família na roça; eles estudaram e estão fazendo a vida deles estão fazendo a vida deles na cidade. A família trabalha na lavoura e produz o autossustento, que considera as grandezas e saúde da família. Como parte do autossustento, cria gado; para ter a carne, porco e galinhas caipiras. Os dois são aposentados como trabalhadores rurais de onde provém uma renda que contribui economicamente na família. Têm apreço muito grande pelo lugar onde vivem e dizem que a roça é muito bom de viver; considera a roça um espaço mais tranquilo e saudável para viver.

Dona Rúcula - É uma mulher camponesa, moradora de uma comunidade do município de Quilombo, que dedica seu tempo e sua vida à organização familiar; tem 60 anos; é casada e a composição do grupo familiar consiste, além

dela, do marido e da sogra. Não tem filhos e relata a luta para ter seu lugar, sua terra, sua casa, o espaço onde vive e o espaço da produção de alimentos. Frisa com muito entusiasmo a participação nas lutas e organizações populares, principalmente, a partir da igreja e da organização do movimento de mulheres camponesas no município. Traz presente a dureza da vida da roça, do trabalho pesado e da responsabilidade de produzir para o autossustento.

Dona Capuchinha - tem 17 anos, mora em uma comunidade rural, filha única de um casal de camponeses que sempre morou no campo. Tem uma vida intensa de estudo e de muito trabalho na roça. Desde muito cedo, assume várias atividades no que diz respeito à vida camponesa, a cuidar dos animais, da lavoura, da casa, entre as atividades escolares e a dedicação à comunidade, onde a família é engajada na igreja e no esporte.

Dona Cebola - vive em uma comunidade rural, meio em que trabalhou desde cedo. Participa há muitos anos da organização e das atividades da comunidade, especialmente da igreja, do esporte e do Movimento de Mulheres Camponesas. Com 51 anos, tendo sempre morado na roça, esta mulher trabalha muito e assume praticamente todas as atividades da propriedade rural. Além disso, desenvolve diversas habilidades como o artesanato (crochê, pintura, entre outros). Algumas coisas, elementos relevantes a que se dedica, dizem respeito ao cuidado e embelezamento da unidade produtiva, assim também como o cuidado com a vida das pessoas; ela e o marido cuidaram dos seus sogros até o falecimento.

Dona Beterraba - tem 56 anos, mora em Cuma, comunidade rural do município de Quilombo SC. É mãe de 4 filhos (dois homens e duas mulheres), todos já casados; assume todas as tarefas da casa e, desde muito cedo, contribui tanto para a organização da comunidade quanto para a luta das mulheres camponesas no município e no estado. Tem uma bagagem histórica relacionada às lutas da classe trabalhadora e, principalmente, das mulheres camponesas de modo geral.

3.5.1 Processos e Metodologias de formação

Neste eixo, procurou-se identificar nas falas das mulheres a questão do trabalho como princípio educativo; a articulação entre a aprendizagem prática e

teórica (práxis); a organização da vida individual e coletiva que o trabalho formativo revela no cotidiano das mulheres; perceber, enfim, a concepção de educação, formação, educador que perpassa o MMC. Perceber como aparece a participação dos sujeitos integrantes no processo de formação que o MMC fomenta na organização das mulheres; compreender, enfim, as experiências formativas e trocas de experiências, temas e conteúdos estudados e praticados no MMC. A percepção sobre a importância da formação na vida das mulheres e como estas percebem a realidade em que vivem. A intenção é compreender a realidade prática das mulheres - práxis - e articular com reflexões teóricas que dão fundamentação às práticas pedagógicas realizadas pelas mulheres entrevistadas. Nesse contexto, é perceptível na fala das mulheres o uso de meios didáticos para os processos formativos pedagógicos como cartilha, jornal, rádio; o lúdico como estratégia formativa; trocas de experiências como prática formativa.

A base teórica que abarca o tema da formação comunga com Paulo Freire, que aborda na obra *Pedagogia do Oprimido* a compreensão de que a formação pressupõe que o educador e o educando se compreendam como seres em construção, sendo essa uma condição humana que impele o homem a enveredar-se, curiosamente, na busca pelo conhecimento de si e do mundo. Freire considera essa uma vocação ontológica e que, ao perceberem que o destino não está dado, os sujeitos podem, cada vez mais, ser capazes de (re) escrever suas histórias, contribuindo para a mudança da ordem social injusta que desumaniza e oprime (Freire, 1993). Acrescenta, ainda, que o diálogo (Freire, 1987), é uma exigência existencial, o encontro em que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado.

Compartilhando a teoria freiriana, a formação no e do Movimento de Mulheres Camponesas abarca a reflexão sobre as prática e realidades vivenciadas pelas mulheres. As lutas, a organização e a formação são o tripé que sustenta o MMC; assim, a formação é um processo reflexivo em relação às lutas e à organização, não havendo como separar esse elo da existência do movimento (CONTE, MARTINS e DAROM, 2009, p.123);

No decorrer da caminhada se faz necessário discutir com maior profundidade a realidade de vida das mulheres camponesas, os rumos das lutas [...] as reflexões mais profundas implicam discutir, desconstruir, reconstruir conceitos e construir conceitos novos, forjando também, novas práticas.[...] que precisam da adesão dos oprimidos e oprimidas para que estes questionem a “ordem estabelecida” (CONTE, MARTINS e DAROM. p.123, 2009).

Compartilhando essa construção formativa do MMC, a participante da entrevista, membro integrante do Movimento, Dona Alface cita elementos centrais da formação na construção da educação popular como resultado formativo do MMC:

no movimento de mulheres camponesas, trabalhamos muito para desmistificar a figura da professora e da aluna. Nós fomos construindo que, conforme Paulo Freire nos ensinou “a gente ensina e aprende e ensina”, e aprendemos que nós não somos o que somos [...] a gente se constrói em comunidade, em coletivo então, nesse sentido, a relação que nós construímos na formação é uma relação de troca de saberes então, toda e qualquer mulher tem os seus conhecimentos, os seus saberes, o seu acúmulo e a gente busca valorizar isso e aprender muito umas com as outras, mas sempre incentivamos o estudo, a leitura. (ALFACE, 2021)

Ao refletir sobre essa temática da relação da construção do saber popular como prática vivenciada, é notável a forma entusiasmada que Dona Alface comenta. Ela se coloca como parte integrante e sujeito desta construção coletiva do saber. O que se pode aprender, é que o movimento é um espaço de estudo, mas sobretudo um processo de formação contínua que tem no arcabouço a valorização do saber das mulheres e a transformação da sociedade. Paulo Freire em seu livro *Pedagogia da Autonomia* (1996), comenta que os ciclos de formação são sempre construídos de forma a permitir que pessoas possam se assumir como ser social e histórico, pensante, comunicante, transformador, criador e realizador de sonhos.

Os processos de formação relatados por Dona Alface trazem presente a proposta de formação desenvolvida pelo MMC, para e com as mulheres, estas como agentes na construção dos processos emancipatórios individual e coletivamente, tendo como base a realidade das mulheres e destas com a ordem social. No mesmo contexto em se tratando da educação, traz exemplo da importância da educação formal no processo da emancipação das mulheres camponesas, porém com uma nova roupagem, a ressignificação da educação, que tem como base o sentido dos “educandos” como sujeitos. Paulo Freire

menciona “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.” (2005. p. 96)

Aos meus 65 anos, as mulheres da minha geração foram excluídas da escola e a mulher agricultora praticamente não estudava, o movimento foi incentivando e motivando que além da formação popular também era fundamental buscar ocupar os espaços do ensino regular, do ensino na escola e hoje muitas mulheres que foram lesadas, que não tiveram esse direito na idade ideal, elas passaram exatamente com esse incentivo buscando o seu espaço no ensino formal. Então, essa é um pouco a ideia, eu acho, que é de reforçar aqui o processo de formação, de capacitação, ele precisa ter mais uma vez esse olhar de que não existe professor e não existe aluno; professor como o Iluminado e o aluno como um ser sem luz né, que concretamente no latim significa isso né, então nós somos educandas educadoras populares. (Alface,2021)

Dona Alface faz menção a como as mulheres, principalmente as camponesas, não tiveram acesso à educação formal (escola formal), processo este que se aplica também à classe trabalhadora no que diz respeito à educação. Como vimos nos capítulos anteriores, é notória a exclusão da população pobre brasileira da educação formal na História da Educação brasileira, em especial, quando se trata de mulheres e, em específico, do meio rural.

Adentrando o tema da formação assumida pelo MMC, estabelece-se uma metodologia de trabalho formativo. Assim, a formação é um processo pensado pelas mulheres:

primeiro reforçar o planejamento e o direcionamento da formação. Então, essa direção coletiva seja ela direção nacional, direção estadual, direção municipal, tem também uma tarefa coletiva de pensar sobre a realidade a conjuntura, as necessidades, os problemas e propor, por outro lado né? Vem a participação das mulheres, naquilo. E sempre na metodologia é buscado anterior ao planejamento, buscado saber por parte das mulheres o que que elas gostariam que fosse trabalhado enquanto formação, quais as lutas que elas acham fundamental e se constrói um processo participativo e coletivo. (Alface,2021)

Mas eu queria destacar muito uma das grandes questões que o movimento foi construindo, foi a necessidade das mulheres de sentirem direção, de assumirem o comando. Porque para as mulheres na sociedade patriarcal machista sempre lhe foram dadas tarefas para executar e no movimento de mulheres a gente busca muito fazer com que as mulheres pensem sobre seu trabalho, sobre sua vida e também elas coordenem, elas né, assumam o comando daquilo que elas precisam. (Alface, 2021)

As formas de organização e metodologias, trazidas por Dona Alface, deixam transparecer a forma como a organização pensa os processos educativos de formação praticados nesse movimento. Assim, estas mulheres organizadas em movimento praticam a educação popular compreendida como, para Brandão (1984 p. 74), Educação Popular “em si mesma, um movimento de trabalho pedagógico que se dirige ao povo como instrumento de conscientização”, com uma pedagogia freiriana para exercitar a formação FREIRE (1996) onde, frente ao conhecimento somos todos iguais, nascemos incompletas/os, completamo-nos na relação com a/o outra/o, mudamos o mundo e somos mudados por ele - como sujeitos, mudamos o mundo e, ao intervir nele, mudamos também.

Batista (2003, p. 02) sistematiza as dimensões da educação popular assumidas pelos movimentos sociais;

- 1) As lutas populares que buscam conquistar educação escolar pública;
- 2) As experiências, os processos e propostas de educação popular desenvolvidos pelos movimentos sociais e organizações da sociedade civil; e
- 3) o caráter educativo e pedagógico da participação nos movimentos sociais .

De acordo com a entrevistada, nos momentos de formação, as mulheres camponesas têm a possibilidade de trocar experiências. Essas trocas são partes importantes no processo de formação, possibilitando a vivência da teoria e da prática realizada pelas mulheres camponesas.

Então, a nossa formação ela é muito, vamos dizer assim, muito consorciada. É da roça, se faz consórcio de plantas. E no caso da formação no movimento de mulheres, a gente procura contemplar tanto a parte teórica que se avalia fundamental que as mulheres estudem, teorizem, escrevam e por aí, mas também sempre dentro dessa formação há o espaço da troca das experiências, a troca de sementes, a troca de receitas, a troca. Há, então, um equilíbrio entre a formação da troca e das questões do cotidiano das mulheres, então, inclusive é muito interessante, por exemplo, assim o movimento de mulheres camponesas. Historicamente, teve a luta pela saúde pública em defesa do SUS, muito forte para que as mulheres e suas famílias tenham direito ao acesso, por outro lado, não é discutirmos a questão da saúde integral e dentro da saúde integral então vem todo o conhecimento das plantas medicinais, da manipulação, da homeopatia [...]. Sempre buscamos esse equilíbrio entre fazer com que o papel do estado seja cumprido e, mas também, que a vida das camponesas e de suas famílias tenha uma certa autonomia e possa também trabalhar essas questões. (Alface,2021)

De acordo com a entrevistada, é perceptível a práxis efetivada nas ações realizadas pelas mulheres em relação aos processos formativos, quando ela diz que Dona Alface (2021) “formação no movimento de mulheres a gente procura contemplar tanto a parte teórica [...] que as mulheres estudem, teorizem escrevam e por aí, mas também sempre dentro desta formação há o espaço da troca das experiências, a troca de sementes, a troca de receitas [...]” é o estudo da realidade que se estabelece nessa relação.

Aliada a essa troca de experiência abordada por Doa Alface, na condição de liderança do movimento, ela relata também os métodos usados nessas trocas, no momento da formação onde transparece a participação das mulheres como protagonistas dos temas e das formas de organização das lutas e da formação. Talvez seja um dos temas centrais na configuração da luta das mulheres camponesas.

Então, eu acho que tem vários elementos importantes que eu admiro muito no processo do movimento de mulheres camponesas, uma é a que nós chamamos da mística, mística revolucionária, a mística da vida. Enfim, são momentos que vão trabalhar e envolver as mulheres e essa mística, ela é parte muito das próprias mulheres dos grupos, é motivar, é incentivar, a outra questão que é muito forte no movimento, [que] é a questão cultural, então a música, as poesias, a dança, as confraternizações fazem parte dos processos coletivos. A troca de presentes, a troca de sementes, enfim, então por último, assim sempre se procura fazer com que a formação que nós participamos, que nós construímos, ela procura ser dentro de uma metodologia popular que ela envolva o máximo as pessoas, então no movimento de mulheres camponesas é do grupo que a gente as pessoas se colocam para relatar o curso fazer a relatoria para bater as fotos, para fazer um lanche para servir, um cafezinho, chimarrão. Todo o envolvimento das mulheres para serem parte, se busca sempre levantar as expectativas do encontro e uma breve avaliação do realizado para que se possa fazer em outros momentos. A melhora daquilo que não conseguimos acertar, mas a tentativa, a metodologia e aquilo que o movimento de mulheres camponesas busca incessantemente é uma educação popular é uma educação libertadora crítica né, mas que ela seja, que ela cative as mulheres para a continuidade. (Alface, 2021)

A partir da fala da entrevistada enquanto liderança do movimento, podemos apreender que existe uma intencionalidade de as participantes dos processos formativos desempenharem algum papel que contribua no todo. Todas são consideradas importantes, independente de qual tarefa é desempenhada. No

momento da entrevista de Dona Alface, deixa-se transparecer a satisfação de estar nos processos formativos. O que se pode compreender na fala dessa líder é que o movimento se propõe ser um espaço de trabalho coletivo na construção de processos formativos que contribuam na emancipação das mulheres.

Dona Salsa também atua no movimento na condição de liderança. Há muitos anos dedica parte do tempo em contribuir nas elaborações de materiais no coletivo de formação. Ela faz uma relação muito próxima da entrevistada citada acima, porém identifica com mais precisão como a formação do Movimento de Mulheres Camponesas tem sido significativa no exercício das práticas nos diferentes espaços de atuação. Faz a relação da importância da formação mas, sobretudo, como esta se materializa na prática cotidiana.

Tem o nosso quintal aqui que a gente produz então toda alimentação praticamente é do autossustento, é desde hortaliça até fruta ou pequenos animais. Então assim é de manhã cedo no sol mais fresco normalmente eu vou pra, pro quintal por ganhar ver o que precisa ser feito, não é? Aí em cada época tem alguma coisa para a gente fazer e depois dos períodos mais de sol quente então faço as minhas tarefas na casa e estudo e nessa questão do estudar eu também contribuo então com o movimento de mulheres no coletivo de formação. (Salsa, 2021).

No momento da entrevista, Dona Salsa apresenta-nos a produção colhida na unidade de produção camponesa. É perceptível a diversidade de frutas, verduras, animais que estão em volta da casa. Ela também partilha a produção como doces e mudas de plantas e materiais trabalhados no MMC, ação esta que agrega o espírito da partilha e da solidariedade. Dona Salsa deixa transparecer como a ação educativa tem forte influência na sua identidade, quando diz:

De profissão sou professora né, mas eu me identifico como camponesa, educadora popular e assim com a vida das mulheres camponesas e toda a luta pelos direitos, pela emancipação, pela produção de alimentos saudáveis me identifica então por isso que escolhi esse movimento para militar e contribuir. (Salsa, 2021)

A partir dessa fala, podemos entender que Dona Salsa além de ser professora ela também assume outras tarefas que julga importantes para a vida das mulheres camponesas; o MMC é o espaço com que ela se identifica nessa ação. É notório no relato da entrevistada como o movimento passou a constituir sua identidade social mais do que a sua condição profissional de professora. A entrevistada, demonstra também clareza quanto aos processos de formação do movimento quando diz:

[...] formação, sempre a gente trabalha quatro pontos [...], é o processo de estudo né, estudo do tema, aprofundamento teórico, a questão a partir disso a luta porque não adianta eu estudar para não [...] fazer assim eu sair de uma situação de submissão, de repartir os trabalhos da casa, é uma luta porque a luta não se dá só quando eu vou para a rua, mas ela se dá no cotidiano da casa, da roça né, então é a questão da luta, né, que ela tem uma dimensão bem ampla da organização porque eu sozinha eu posso ir até a um ponto, mas tem momentos que eu preciso do apoio do coletivo então eu preciso estar organizado porque se não me organizo eu acabo empobrecendo, né, e a gente não vai salvar o mundo sozinho por isso que é importante a troca de experiência, organização, coletivo e a questão da comunicação que é a gente mostrar aquilo de bom que a gente faz, divulgar né, divulgar, mostrar e essa questão da comunicação, da divulgação e do contar que também a gente fala assim da troca de experiências muitas formas que a gente é uma forma, assim, também de chamar atenção de motivar “opa tem gente que faz diferente né? Como é que eu posso fazer?” Então é de articular esses aspectos né. (Salsa, 2021)

A entrevistada, enquanto professora e educadora popular, compreende o estudo como um direito das pessoas, mas sobretudo um despertar para transformar a realidade vivida e, a partir do estudo é que as mulheres compreendem a situação vivida e a querem transformar. Segundo Gadotti,

A educação deve permitir uma leitura crítica do mundo. O mundo que nos rodeia é um mundo inacabado e isso implica a denúncia da realidade opressiva, da realidade injusta, inacabada, e, conseqüentemente, a crítica transformadora, portanto, o anúncio de outra realidade. O anúncio é a necessidade de criar uma realidade. (GADDOTI, 1996, p. 81).

Este relato vai ao encontro das concepções de Freire (2005, p. 42), onde se considera a práxis como “reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo... Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimido”. Concordando com o autor, a entrevistada menciona o processo de luta coletiva, como processo transformador individual e coletivamente.

[...] Assim, o que me chama, assim, bastante atenção no movimento é que o processo formativo ele é um espaço que contribui com as mulheres para elas se conhecerem e perceberem como mulher nessa sociedade, na família e nesse perceber também se ver como que são às vezes suprimidas, às vezes sofrem situações de violência e nesse espaço uma vai dando apoio para outra para também fazer o processo de superação. (Salsa, 2021)

Dona Salsa relata como o coletivo de formação tem atuado em consonância aos princípios do Movimento de Mulheres Camponesas no sentido da práxis do movimento, onde são desempenhadas várias atividades que caracterizam a elaboração da prática, a partilha de conhecimentos, diz;

Tem a questão da formação né que daí é a parte mais do debate, da reflexão, da produção, de material enfim e outras coisas a articulação entre as entidades. Então, nesse processo, à medida em que a gente vai participando, cada uma vai se encontrando em algumas dessas demandas do movimento, por exemplo, dentro do projeto de agricultura nós temos, assim, as nossas Guardiães da Semente que estão mais, assim, se dedicam mais para cuidar da semente e outras são mais das plantas medicinais, outras estão mais na produção de alimento. Então, cada uma de acordo com a sua realidade, com a sua condição, elas vão com seus gostos também pessoais, elas vão né vão se encontrando né então eu faço parte do coletivo de formação. [...] eu contribuo mais nessa parte de organização, dos planejamentos, da gente de organizar as tarefas e nas elaborações, então essa é a minha tarefa né e daí no coletivo de formação nós temos o trabalho com as crianças com a Juventude com as mulheres e há momentos que a gente faz tudo junto e outros momentos a gente faz assim mais específico né então essa e daí assim algumas mulheres e contribui então para articular as crianças e outras estão junto com as jovens e assim a gente vai fazendo então assim há uma organização, não é um espontaneísmo porque é uma forma que as mulheres vão se organizando, vão se encontrando ali e ali eu posso contribuir a partir da realidade né isso vai mudando também com o tempo, com as condições. (Salsa, 2021)

Na fala de Dona Salsa aparece a atuação do coletivo de formação do Movimento em seus diferentes espaços, com as crianças, com a juventude e com as mulheres, quando menciona “nós temos o trabalho com as crianças com a Juventude com as mulheres”, espaço este importante para a compreensão do ser mulher e construir possibilidades de transformação. Essa perspectiva é corroborada com a afirmação de Betto e Piccim (p. 07, 2017) quando afirmam que:

[...] as jovens [...] desde cedo, o contato prévio com o universo da militância política, principalmente através das mulheres (mães/irmãs), permitindo às jovens o contato com outras opiniões e explicações sobre a condição de vida da mulher, baseadas em experiências de militância. Assim, ver a vida e sua condição de forma crítica é algo que marca toda a trajetória de vida das jovens.

Dona Capuchinha, uma jovem camponesa, exemplifica a fala de Dona Salsa, relatando na entrevista a forma como o Movimento de mulheres camponesas trabalha com as jovens do MMC, onde este desperta, a partir das

lutas das mulheres que já fizeram história, os desafios das mulheres jovens na conquista e manutenção dos direitos das mulheres.

a gente participava lá, lá tinha gincanas, tinha palestras sobre milhares de coisas até em uma das palestras foi contada a história desde o início do movimento de mulheres camponesas, foi algo assim que nós - era só meninas jovens - nós estávamos em umas 60 meninas de toda a regional então é legal é, é bom porque a gente aprendeu coisas que a gente não fazia ideia e lá tinha meninas que a vó começou com o movimento e as meninas agora as netas estavam lá participando; então é algo que chama bastante atenção. Até tipo de como a mulher teve que lidar com o preconceito da sociedade como o não era o machismo, mas também enfim tudo isso como que ela teve que conseguir os seus próprios direitos tudo isso era muito legal. Então até por isso que eu pretendo voltar até eu vou ter mais tempo então é legal voltar porque a gente aprende coisas que a gente não imagina e com isso a gente pode estar passando para outras pessoas que não fazem ideia de como que começou, de como que aconteceu. (Capuchinha, 2022)

Ainda relata a forma como as atividades de formação são realizadas e como as “meninas” ajudam no desenvolvimento dos encontros, em especial fala da sua experiência individual com os encontros;

Lá um dos encontros que a gente teve eu ajudei a organizar, fiz parte da organização então ali a gente tinha que fazer um pouquinho de tudo. Aí quando que vai nas gincanas sempre tem aquela menina mais tímida e aquela que fala então ali a gente a quando que a gente não estava organizando o que a gente participava das gincanas tinha que falar e tinha que puxar as meninas tímidas, digamos assim, para o meio do grupo então não sei se é nesse sentido a pergunta, mas a gente tinha que tá puxando tinha que envolver mais as pessoas tipo numa forma de, como é que eu vou dizer, de ajudar tipo a pessoa não ser tão tímida e tão insegura no que que ela vai fazer no que que ela vai falar. (Capuchinha, 2022).

Ou seja, a fala de uma jovem participante do movimento corrobora os depoimentos das duas lideranças anteriores quanto ao compromisso do MMC em contribuir na formação das mulheres, desde a juventude, para a construção dos processos de emancipação.

Dona Salsa explicita a forma como o coletivo de formação e os processos de formação acontecem no município e no estado, sendo um elo organizativo junto com as lutas e a organização do Movimento de Mulheres Camponesas, quando perguntada sobre os encontros de formação, relata

[...] antes da pandemia num encontro, a gente se encontrava a cada 60 e 70 dias de acordo também com a demanda, como era a conjuntura. Então não era, assim, exatamente isso então às vezes tinha momentos que precisava entender a luta da reforma da previdência então nós precisaria encontros mais frequentes né e outros momentos do projeto então quando a gente for, nós tinha as oficinas de semente então nós tinha 3 oficinas por ano nos municípios aí anteriormente a gente se encontrava com as monitoras estudava o conteúdo, organizava então ali era 3 por ano né aí tinha junto com isso tinha a demanda das plantas medicinais daí era um outro público então a gente se encontrava com esse. As jovens nós tinha dois encontros por ano, normalmente no período de férias, que facilitava assim próximas férias um pouquinho ou no início das aulas então era pois enquanto por ano então de acordo com o público agora com a pandemia daí mudou bastante e aí assim teve momentos que a gente teve um intensivo maior né, teve momento que a gente foi mais espaçado, mas assim as jovens se encontraram uma vez por mês durante a pandemia depois que a gente conseguiu se articular né é... as crianças também este ano passado a gente conseguiu se encontrar uma vez por mês e as mulheres então de acordo com o ... com a realidade aí tinha grupos que também se encontrava. Nós fizemos um encontro ali de formação que teve 6 enquanto no ano com as turmas né agora nós temos planejado também 6 encontros em 5 grupos que nós vamos fazer até na metade do ano. Então de acordo com o planejamento né, mas assim, a gente pode dizer que a gente se encontra frequentemente. (Salsa, 2021)

Tais ações estão em consonância com as concepções teóricas formuladas acerca do papel formativo dos movimentos sociais. Nessa perspectiva, os momentos de formação são espaços de troca de experiência entre educandos e educadores, espaço de estudo e também de práticas realizadas pelas mulheres nos grupos e nas suas famílias, casas, etc. De acordo com Batista (2003, p. 5), “a educação vivenciada nos movimentos sociais caracteriza-se por ser um processo de produção, apropriação e partilha de experiências e conhecimentos sobre a realidade social, política, econômica, cultural e ontológica”. A fala de Dona Salsa é carregada de ações de formação e encontros realizados pelas mulheres camponesas, porém pode-se identificar que todas as experiências citadas são agregadas a momentos de estudo e reflexão. O contexto citado esclarece que as mulheres são parte integrante do todo dos processos formativos que realizam.

Nesses momentos, as mulheres trazem as experiências vivenciadas, onde ocorrem as trocas, diz;

o processo de formação normalmente a gente parte, assim, da realidade daquilo que as mulheres sabem, vamos dizer assim, tem um

tema né então qual é o entendimento sobre aquele assunto que o grupo tem. Aí vem o aprofundamento e depois o que que a gente pode fazer. O compromisso que nós chamamos né? Então, normalmente a gente procura sempre fazer essa, seguir esses passos né da realidade, da teoria e a prática o que a gente pode fazer. Há momentos que a gente busca também a assessoria né para aprofundar os temas, mas também mesmo com a assessoria a gente sempre procura ter num primeiro momento essa questão de situar o grupo naquilo que a gente vai fazer, de compreender, assim, só andar assim o entendimento do grupo né sobre aquela temática. (Salsa, 2021)

A fala de Dona Salsa, evidencia em sua essência a prática da educação popular como método praticado pelo Movimento de Mulheres Camponesas. De acordo com Batista (2003, p.11) “a educação popular vivenciada nos movimentos sociais proporciona processos educativos e de produção de saberes entre pessoas que comungam de objetivos e identidades comuns, mediados por práticas organizativas e discursivas em que todos são sujeitos do processo”.

É Freire (1985, p, 78-80) que fundamenta tal perspectiva ao afirmar que

A educação libertadora, problematizadora, já não pode ser o ato de depositar e de narrar, ou de transmitir “conhecimentos” e valores aos educandos, meros pacientes à maneira da educação “bancária, mas um ato “cognoscente”. [...] Educação problematizadora consiste de caráter autenticamente reflexivo, implica num constante ato de desvelamento da realidade.

Dona Salsa, ao se referir à questão dos processos formativos e às metodologias usadas na formação pelo Movimento de Mulheres Camponesas expressa em seu rosto e no gesticular com as mãos, bem como a entonação de voz, deixa transparecer a satisfação de ser parte integrante desses processos formativos. Por outro lado, deixa a entender que se não for esse processo, a educação popular como prática formativa e metodológica no movimento), não tem por que as mulheres se encontrem.

Dona Salsa mencionou a questão da produção-elaboração dos materiais e, tal como os textos, em outros materiais utilizados na formação, relata como é feita a escolha desses materiais, temas dos encontros, das atividades entre outros. Diz: “Os temas normalmente eles veem muito daquilo da demanda das mulheres, eles começam por ali né” (SALSA. 2021).

A troca de experiência e partilha das práticas são como processos pedagógicos que fazem parte das metodologias da formação neste movimento e elas ocorrem no decorrer das atividades:

nos nossos encontros, quando eram presenciais, a gente tinha banca lá que era da semente, das mudas, das plantas, dos artesanato, das receitas; então é a própria comida que as mulheres levam para compartilhar, né, durante... para fazer durante o encontro então, assim, tem muita coisa sempre tem novidade, né, então dali acontece a partilha de experiências, receitas, então essa troca ela se dá no todo né? Então ... e isso é uma coisa bonita no movimento porque não é só durante a formação teórica ela se dá nos corredores, se dá na hora do almoço, se dá na banca, então a banca sempre a gente tem. Isso ficou um pouco mais difícil no novo virtual, mas mesmo no final dos nossos encontros a gente faz uma mostra de produção e daí cada um que participa é convidado ... assim... fazer uma fotografia da sua produção daí a gente mostra e convida algumas para contar a sua experiência normalmente umas 4, 5, de acordo assim que elas vão compartilhar além dos encontros, né, porque sempre durante os encontros embora que no começo, assim, a gente teve um pouco de dificuldade né por causa que é uma coisa nova para as mulheres né? [...]. (Salsa, 2021)

Esses processos mencionados comungam da concepção de educação popular abordada por Batista (2003, p.11),

[...] as variadas formas e linguagens utilizadas como a música, o teatro, a mística, os símbolos, os textos escritos, a linguagem oral e todos os recursos utilizados formam uma rica contribuição para as concepções de educação. As estratégias de luta e de organização, as análises de conjuntura, contribuem como elementos metodológicos para uma educação política, para a identidade social dos sujeitos e para a construção da cidadania.

Dona Rúcula comenta uma questão que consideramos de grande importância, pois afirma que entre as tarefas organizativas do MMC do município, estão os programas de rádio, que se constituem em elemento que contribui na informação e na formação das famílias, mas principalmente das mulheres camponesas. Segundo ela, os temas trabalhados nesses programas de rádio têm a ver com a realidade e a conjuntura que as mulheres vivem. Podemos considerar esta ação do movimento como processo formativo encabeçado pelas mulheres engajadas no Movimento de Mulheres Camponesas. Eu sou da divulgação do movimento de mulheres camponesas e nós aqui do município de Quilombo, nós temos programas de rádio que é muitos anos, é mais de 20 anos que nós temos um programa de rádio semanalmente das mulheres camponesas. Então eu ajudo a apresentar o programas de rádio e preparar. Preparo o programa de rádio com os tema, cada

programa nós temos um tema que a gente fala, discute. Tivemos agora um dos últimos programas, então, tivemos sobre a vacina para as crianças, que é importante que as crianças recebem, a gente recebe desde criancinha, não é? todas as vacinas.[...] Contribui bastante para quem está escutando, além desse tema, a gente trabalhou também da semente crioula, contra a violência da mulher, a mulher na terceira idade, sobre os projetos de lei também que as mulheres camponesas pautaram, isso que a gente pauta também com o governo não é. (Rúcula, 2022)

Conforme o relato de Dona Rúcula podemos agregar outra ferramenta formativa que as mulheres camponesas usam que os Informativos do MMC. Neles são abordados temas de interesse das mulheres e da classe trabalhadora.

Com a pandemia as mulheres se reinventaram e buscaram fazer encontros virtuais.

O jornal é informativo que vem a cada 2 meses é feito elaborado pela direção do estadual, e a gente contribui um tanto por ano para que seja confeccionado esse jornal e os últimos 2 anos então por causa da pandemia ele passa de papelão aí esse perigo a gente fez não fez impressa prepassa pelo WhatsApp no grupo do WhatsApp e tem cada uma tem acesso a muita... também foi feita assim; eu tô agora... veio me ver em mente... foi feita várias lives que ajudou as mulheres a participar, desenvolver assim,... trocando conhecimentos também porque não teve assim muitas participantes porque nem todas têm essa habilidade de estar mexendo com o celular, com estar acessando as reuniões online, então mas daí mesmo assim foi válido porque muitas mulheres despertaram o uso da internet... da tecnologia necessária, eu digo antigamente era um luxo, mas agora para ver que é uma necessidade, é uma... necessita que vai as mulheres, independentemente da idade estão pegando, estão se distraindo bastante, estão usando como ferramenta também de organização dentro do WhatsApp das redes sociais, então muitas coisas veio para judiar mas muita coisa veio para inovar. (Beterraba, 2022)

Dona Salsa relata como são organizadas as atividades de formação e menciona o método da educação popular como forma de realizar os debates com participação das mulheres que estão presentes, mesmo quando há a presença de uma assessoria (compreendendo a assessoria como alguém que estudou sobre determinado tema);

[...] quando a gente chama assim uma assessoria a gente sempre procura convidar alguém que tenha essa compreensão né da educação popular que tem um método mais participativo, que consiga interagir né que não seja uma palestra. Então normalmente a gente não trabalha com palestra né, embora que é durante o curso vamos

dizer um curso de 2 dias vai ter um momento de aprofundamento né? Mas depois a gente faz um trabalho de grupo, a gente faz uma... abre para um diálogo, para questionamentos então para ouvir outras opiniões né então nesse sentido então no movimento normalmente não se tem essa dinâmica de palestras assim fechada de aula fechada embora às vezes dizia “ah vamos fazer uma aula né” mas não é uma aula vamos dizer assim monótona, como é que é? Só professor fala, tem as duas coisas né? (Salsa, 2021)

Ainda relata que há uma diferença de debates e temas feitos, considerando o nível de inserção e atuação no Movimento de Mulheres Camponesas, ou até mesmo a forma como são abordados os temas pra estes diferentes níveis de compreensão, diz;

[...] para as dirigentes a gente também aprofunda mais, por exemplo, desde a questão do feminismo, camponês e popular então a gente vai pegar mais a questão teórica propriamente dita né? Agora para o grupo de base eu vou estudar o feminismo e vou trabalhar o feminismo a partir de uma... da prática do dia a dia dos exemplos vou trazer alguns e também conteúdo porque eu tenho uma direção, mas eu vou trabalhar de forma diferenciada né? E daí depende muito o momento né que a gente vive né, por exemplo, assim a questão da violência né, a questão da violência é a questão a herança do colonialismo, do patriarcado, do capitalismo, do racismo então se eu estou num grupo de gente eu vou eu vou ter que compreender como se dá esse sistema na sociedade né? E como que isso influencia? Agora se eu estou no grupo de base eu não vou lá falar do racismo, do patriarcalismo né de repente elas nem vão compreender, mas eu vou traduzir isso numa outra linguagem. Então a gente procura sempre fazer isso né nem sempre a gente consegue né, mas assim olhar um pouco quem está ali e trabalhar a partir da compreensão do grupo. É a preocupação da gente né? (Salsa, 2021)

Afirma também que as propostas de formação oferecidas pelo Movimento contribuem com as mulheres na vida cotidiana, no trabalho na família, relata;

Contribui muito né? Desde o jeito da gente também é ser como mãe, como mulher né, de a gente é se colocar, assim, na família sabendo se colocando como sujeito né e na educação da Salsinha (filha) né, que é nossa filha. Então a gente tem um olhar diferente né diante dos limites agora na adolescência de compreender ela, mas também ter uma direção ter uma firmeza naquilo que a gente quer né? E saber questionar então assim formação do movimento ajuda em tudo né desde alimentação, por exemplo, assim, é movimento me ajudou muito na alimentação da Salsinha (filha) né porque, assim, eu tive que foi né com o leite e depois a alimentação então pensa se eu não tivesse essa discussão talvez eu ia né? (Salsa, 2021)

[...] no movimento a gente vai aprendendo, assim, a se valorizar, a se reconhecer, a motivação para o estudo, por exemplo, assim eu vejo quantas mulheres né assim que despertaram para o estudo mas não é estudar por estudar, mas estudar para somar no projeto de sociedade, estudar para mudar as relações. Então eu não vou me

formar técnica só para ter uma profissão, mas eu me formar médica dentro de uma perspectiva de saúde popular diferenciada, vou olhar este mundo então eu acho que no movimento a gente tem aprendido isso né. (Salsa, 2021)

Dona Rúcula diz que os processos formativos para as mulheres ocorrem de tempos em tempos e as mulheres têm diversas formas de realizá-los; diz, quando perguntada sobre a formação do MMC:

Sim, tem sempre a cada temporada de 3 meses. Assim, a gente se renua.... Antes da pandemia, a gente se reunia no município. Eu pegava, fazia a formação com esses temas e a gente levava para a comunidade. Ali a gente se reunia com as mulheres camponesas da comunidade, para estudar, para aprender troca de experiência. Na comunidade agora é época da pandemia, então foi feito os encontros online, sempre não foi parado, sempre tivemos formação na online. Nas reunião eu também sempre participei da formação, da troca de experiência, dos debates, das conversa (Rúcula 2022).

A formação tem uma concepção estreita com os pilares organizativos do MMC (formação organização e lutas); neste sentido, a formação trabalha temas que vão culminar nas lutas das mulheres camponesas.

Dona Rúcula, no momento da entrevista, tratou com pesar o tema da pandemia. Seu semblante ficou entristecido quando mencionou a pandemia como fator de afastamento físico das mulheres, principalmente nos encontros; relata, porém, os encontros online como uma forma de encontro e formação. O que se pode apreender é que o movimento é um importante espaço em que as mulheres se encontram para fazer o que ela chama de “formação e troca de experiência”. Menciona, no decorrer da entrevista, a contribuição nas atividades formativas do MMC, “a gente se organiza e participa das lutas [...], então contribui a formação para ação, para a luta, para os direitos das mulheres camponesas e para as famílias camponesas também”. (Rúcula, 2022). De acordo com Cinelli, Cordeiro e Munarini (2020, p.34,) “tratando-se de mulheres camponesas, em especial, as organizadas no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), podemos ver no decorrer da história deste sujeito coletivo, que luta por direitos esteve presente desde o surgimento na década de 1980”.

Dona Rúcula, relata como as mulheres estabelecem uma rotina de estudo e de formação a nível local: “tem uma rotina de estudo que a gente se reúne assim sempre. Que precisa, a cada 2, 3 meses a gente se reúne para preparar, para discutir qual é os temas que é importante para esse ano, porque

precisamos conversar com as mulheres, discutir”. Traz a forma como acontecem os encontros: “sempre tem quem coordena reunião, mas a gente troca de experiência junto, uma conversa, outra também e a gente tem uma... essa troca de , de saberes, uma mulher camponesa”.

De acordo com Paulo Freire, essa questão do estudo é central no trabalho das mulheres dos movimentos, o que nos apresenta é que o ser humano é um ser inacabado e esse processo contribui para a humanização;

Na verdade, diferentemente dos outros animais, que são apenas inacabados, mas não são históricos, os homens se sabem inacabados. Têm a consciência de sua inconclusão. Aí se encontram as raízes da educação mesma, como manifestação exclusivamente humana. Isto é, na inconclusão dos homens e na consciência que dela têm (FREIRE, 2005, p. 83-84).

A teoria freiriana aparece com relevância na fala da entrevistada a seguir, onde se apresentam as práticas realizadas nos processos formativos feitos pelo Movimento de Mulheres Camponesas;

A gente tem sempre conversa entre as mulheres... O que é mais importante para a gente, é assim, estudar o que nós queremos de... entre as mulheres. Aí vai a sugestão.
Cada uma dá sua ideia sobre o que você acha e são ouvidas as mulheres, a troca assim de saberes.
Formas de experiência, de ir com as mulheres, conhecer experiência nas famílias, nas propriedades das mulheres camponesas [...] (Rúcula 2022)

Recorrendo a Freire (1996), a fala acima pode ser comparada ao processo ensino-aprendizagem constituído por formas compartilhadas de construção de conhecimentos de ambos os lados, na relação educador e aluno. “Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Quem ensina, ensina alguma coisa a alguém” (FREIRE, 1996, p. 23).

Dona Capuchinha complementa esse relato quanto à periodicidade e regularidade dos encontros, ao afirmar que

No passado a gente teve encontros era toda sexta, se eu não me engano, tinha... ou toda terça ... sempre era só as jovens daí a gente fazia reunião pelo meet e tudo mais ...até que internet não era tão boa e cada pouco caia aí não dava para participar da reunião inteira, mas sempre tinha em dia da semana que a gente fazia toda, bem dizer, toda a semana ou... se não fazia toda semana, mas todo mês no mesmo dia fazia (Capuchinha, 2022).

Tal periodicidade e regularidade demonstra o compromisso e a intencionalidade do Movimento em proporcionar de forma contínua experiências formativas às mulheres. O que se percebe com clareza é que não se trata de ações dispersas e isoladas, mas, sim, de ações bem planejadas e organizadas para atender sua finalidade educativa.

Também se traz como se dá a relação da construção efetiva dos temas, e assessorias;

Tem, tem os palestrantes que, como a gente, ia lá em Chapecó; vinha palestrantes então eles... eles, tipo... ensinavam a gente, e a gente, às vezes... eles pediram se a gente estava entendendo tudo para... se a gente não estivesse entendendo que a gente desse a nossa opinião como que poderia ser pra gente entender. Então era bem legal tipo... trocas de experiências tipo... às vezes não... com os palestrantes muitas meninas faziam, mas normalmente era mais entre menina e menina; a gente conversava assim e ia tipo entendendo lado da outra ou se tinha algum problema a gente tentava ajudar a resolver e ela tentava ajudar a resolver o nosso para a gente melhorar.(Capuchinha, 2022)

[...] É tudo dinâmica criativa; às vezes, a gente até pedia para as meninas “vocês querem fazer o que hoje?”. Aí elas davam ideias tipo ...teve até uma das gincanas que a gente fez era de fazer o almoço e o almoço que foi feito foi pizza então é algo assim que a gente vai construindo com as meninas e vai alegrando tipo... ali era tudo diferente, então era meninas que a gente não conhecia e que você acabava se socializando com elas e acabava fazendo uma dinâmica assim... incrível. Tinha dinâmica de fazer sabonete, fazer perfume e todo esse negócio com plantas medicinais, enfim, que ficava muito bom e ali era tudo... era uma risada, tudo era farra, tipo, a gente levava a sério, mas sempre brincando... nada tipo que alguma menina ficasse chateada ou coisa assim. Aí tu falava com alguma guria “vocês gostaram e tals” e elas “nossa estou gostando é muito legal enfim não dá para dizer que é chato. (Capuchinha, 2022)

Estes relatos acima demonstram o que as lideranças do movimento argumentam como intencionalidade formativa quanto à metodologia, tendo em vista o envolvimento das participantes no processo, por meio do diálogo e da problematização. Nessa metodologia indicada acima, os educadores populares, as lideranças não se colocam como detentores de um saber fechado, mas consideram que tais saberes vão se construindo por meio do diálogo e da participação das envolvidas.

Quando Dona Capuchinha é perguntada sobre a contribuição dos temas estudados para a vida dela, ela diz;

Contribui e o que me marcou muito foi a questão de como o homem tratava a mulher antigamente; então, a gente ainda convive com isso hoje em dia parece... que diminuiu, mas não é bem assim que diminuiu, mas a gente... quando é que a gente pensa assim 'aí ele tá me tratando bem' tipo marido, namorado, enfim tá me tratando bem não é o aquele bem, bem aquele bem tipo meio que mandando, então eu acho que você aprende. Teve casos de meninas lá que se tocaram do que que elas estavam passando então elas já começaram a mudar, tipo tentaram conversar com ele tudo mais para ele mudar, para elas não serem mandadas e não se acabarem se machucando emocionalmente. Então eu acho que muitas das experiências tipo de como que as mulheres sofriam, aqui a gente não pode, não dá valor pra... porque elas fizeram no passado, porque sem elas a gente não estaria aqui hoje, não estaria no movimento, o movimento não teria acontecido e não teríamos os direitos que a gente tem. Então eu acho que é tipo um aprendizado, assim ... gigantesco. (Capuchinha, 2022)

No momento da entrevista, Dona Capuchinha tratou dessa questão da obediência aos homens (maridos, namorados) fazendo a relação de como o movimento de mulheres camponesas tem contribuído para que a mulheres percebessem a submissão, quando ela diz: “Teve casos de meninas lá que se tocaram do que que elas estavam passando... então elas já começaram a mudar, tipo tentaram conversar com ele tudo mais para ele mudar para elas não serem mandadas”.

O que se pode compreender é que o movimento mais do que um espaço de encontros das mulheres, mas sobretudo espaços de tomada de consciência crítica da realidade das mulheres. Ou seja, não se trata de temáticas restritas à conquista da terra ou às formas de produção ecológicas, de geração de renda, mas, também e fundamentalmente, de compreensão da realidade dessas mulheres a partir de seu próprio cotidiano, suas relações afetivas, as formas de se posicionarem no mundo e na vida na sua integralidade. Compreendemos que tal relato vai ao encontro da afirmação de Paulo Freire (1996), quando considera que em 'Pedagogia da Autonomia' se apresenta o processo de conscientização através do qual os seres humanos poderão tornar-se sujeitos no processo educativo bem como na construção de sua humanidade, o sujeito torna-se aquele que se sustenta em sua própria existência.

Dona Cebola, em seus relatos, contribui para evidenciarmos como a pedagogia do movimento se insere em uma lógica formativa que tem a

subjetividade, as relações humanas, como elementos importantes na vida cotidiana.

Aí eu gosto... porque o movimento ele ajuda a gente a entender as coisas, a cuidar melhor do outro, porque sempre tem, a gente sempre leva coisa boa para casa. Sempre aprender coisas novas. [...] Os debates sobre o machismo, feminismo e sobre sementes crioulas a gente partilha muito isso que a semente crioula para nós é uma coisa assim que a gente, nossa, é tudo de bom porque é dali que parte da alimentação natural e a saúde da gente. (Cebola, 2022)

Quando perguntada sobre o que aprendem nos cursos de formação, se contribuem para sua vida, no dia a dia, no trabalho na família e no lazer, Dona Cebola diz:

Traz experiência boa para a casa que te renova muitas vezes, ...assim, tu está meia baixo astral, tu vai lá, conversa, dialoga com as pessoas, tu chega em casa com a sementinha que tu partilhou lá e... nossa... tu vai plantar com amor; daí tu não vê a hora que ele nasce, né... ainda quando tu vai colher e levar para a cozinha, é uma alegria imensa! Aí a gente coloca também para a família, né, “aprender isso, aprender aquilo, isso aqui eu já sabia, mas agora eu entendi melhor”, coisas assim. (Cebola, 2022).

Dona Beterraba relata com muita precisão a vida do MMC, assim também como os processos formativos ocorrem:

Há tantos anos que a gente tem a organização do movimento mulheres... já mais de 35 quase 40 anos... foi se formando muitas lideranças dentro da... dessa organização toda né, dessa caminhada toda então muitas... é assim, é muita formação... vem das próprias dirigentes que foram formadas dentro do movimento; elas saíram, procuraram saber mais, estudaram mais, tiveram mais oportunidade de estudar e também a gente faz o intercâmbio com outras mulheres do... de outros lugares, de outros municípios, a troca de experiências é troca de saberes também e é muitas vezes é ... pego sim palestrantes de fora também, mas aí sempre faz o espaço do estudo e depois o entrosamento do que aprenderam, o que mais é dá oportunidade para as mulheres também, você, manifestarem, então sempre nessa linha da agroecologia, da medicina natural, da produção de semente orgânica, dos direitos previdenciários que a gente sempre debateu conseguiu para estar vivendo fruto de tantas, de tantas lutas que foi feita a gente está usufruindo hoje. Também né... felizmente... muitas não conseguiram chegar lá; tentaram bastante também, não conseguiram por saúde, perderam a vida - e nessa pandemia foi tanta

gente, tantas coisas que a gente não esperava e desnorteou bastante - mas a gente, eu penso que um dia vamos conseguir, sim, retornar de novo os encontros de formação com mais garra, com mais pessoas participando, com mais... a gente tem um sim muito bom falar para organização. (Beterraba, 2022)

Dona Beterraba menciona com muito apreço como os processos têm contribuído para a capacitação das mulheres quando menciona tanto para o teórico como para preparação para as lutas das mulheres. Ela estabelece uma relação muito próxima das formações (compreendidas como cursos, entre outros) e as práticas que elas fazem 'sempre nessa linha da agroecologia, da medicina natural, da produção de semente orgânica, dos direitos previdenciário'. Deixa aparecer fortemente a ligação entre a teoria, as práticas e os processos de lutas. O que se pode apreender é que o movimento é um espaço formativo e sobretudo um espaço de esperar novos horizontes.

Os processos formativos são pensados coletivamente a partir da realidade das mulheres mas também dentro do projeto de agricultura que o MMC defende, da agroecologia. Assim, com base na realidade das mulheres é pensada a práxis do processo formativo. Dona Beterraba socializa a experiência de algumas práticas que elas fazem em grupo.. Acrescenta, ainda, quando tratadas as questões do estudo, formação e materiais que

[...]isso é definido no planejamento que a gente faz todo ano; então, dentro deste planejamento é levantado... são levantados... ideias do que mais a gente gostaria de aprender e, dentro dessas ideias, por exemplo, se é um desenvolvimento de semente mais especializado dentro da agroecologia, por exemplo, se é uma formação mais detalhada nas vitaminas daquela produção ou as plantas amigas, as inimigas da época e o que combate as doenças dela. A gente vai definindo no planejamento o que que a gente vai querer aprender no ano e, daí, a direção pega a assessoria e coloca nessa, traz para nós essa formação. Daí, geralmente tem algum custo, mas o custo também não é tão elevado que é o que a gente organiza nas festas, nas promoções, para poder fazer. Se faz também... nós temos um jornalzinho, um jornal que é elaborado por dirigentes do movimento de mulheres e também ... é experiências das mulheres que participam na base. Então era passado bastante conhecimento por ali... tipo... repelentes, dicas de saúde, o que está em pauta para a luta dos direitos do momento, por exemplo, em formas assim. Dicas de plantio que daí a gente segue um calendário que também é fornecido pelas dirigentes que fala qual a melhor época, fala o melhor dia de plantar sementes, para descoberto ou para folhas, né... e flores... a gente se baseia por ali. Bastante muitas, muitas mulheres se levam isso como diretriz, né, pra tocar a produção e visam esse sempre. Eu também

faço isso... tenho tido bastante resultados também no... conforme o dia de plantio, é... a produção é melhor conforme a indicação que as mulheres têm nesse informativo. (Beterraba, 2022)

Dona Beterraba continua sua fala transparecendo a alegria de fazer parte desses processos, relatando os resultados das trocas que têm feito no movimento de sementes, mudas, variedades entre outros. A impressão que se tem é que ela se autodenomina cuidadora, guardiã das sementes e das espécies. Gente que, geralmente, coloca-se para levar mudas, sementes, plantinhas assim para troca, né... a gente faz o intercâmbio de variedades que a gente não tem, nem leva, faz um cenário e, dali, depois, na hora da despedida cada uma leva o que não tem... daí, faz bastante a troca e ou a diversificação da produção; a gente teve, comprou muita semente, assim, nesses últimos anos de trabalho dentro do movimento. (Beterraba, 2022)

Sobre a forma organizativa das atividades diz

eu gosto, por exemplo, porque elas estão assim bem abertas, a gente faz uma pauta, organiza quem faz a abertura, quem faz a palestra, quem faz a diversão, o momento descontração, ou a hora do relaxamento faz um exercício, a hora do lanche, ordem do começo e encerramento da reunião. A gente combina tudo isso antes da reunião, faz um chimarrão ou um chá. Assim cada uma leva com uma guloseima que sabe fazer o que fez com gosto, caseira, isso evolui muito no desenvolvimento e na despertar das iniciativas das mulheres. Mas eu acho muito, muito valioso muito... é muito cativante mesmo do jeito que é feito os encontros. (Beterraba, 2022)

Quando se trata do tema da formação, é notável na fala das entrevistadas o grau de amadurecimento em relação aos temas tratados e da compreensão do papel formativo realizado pelo MMC. Há uma diferença entre as lideranças com mais tempo de movimento e com papéis de direção em relação às entrevistadas que são dos grupos de base; é comum, porém, o entendimento de que a formação é central e decisiva na organização e na luta das mulheres. É a partir da realidade vivida pelas mulheres que a formação se forja tendo um caráter transformador na sua vida e na de suas famílias; na vida de diferentes grupos e, quiçá, da sociedade de modo geral.

3.5.2 A revolução verde: produção agroecológica;

Há que se identificar o processo por que passou a agricultura a partir da revolução verde e as resistências das mulheres camponesas na produção de alimentos saudáveis como proposta de projeto para a agricultura e possibilidade de enfrentamento ao agronegócio. Há uma compreensão de que a agroecologia é um dos caminhos para a transformação da sociedade, incorporando-se neste conceito as questões sociais, políticas, culturais, energéticas, ambientais e éticas, misturando os saberes populares e científicos das comunidades tradicionais, ribeirinhos, povos do campo e da floresta. Esta é uma estratégia para a conservação e manutenção da biodiversidade e dos ecossistemas, sendo um contraponto ao modelo do agronegócio, que tem como base o latifúndio, a monocultura, os agrotóxicos ...

Para as mulheres camponesas que participam do movimento, elas acrescentam ainda a essa etimologia da agroecologia o tema da mudança das relações humanas, do feminismo camponês e popular.

Neste sentido, a agroecologia faz parte do cotidiano de debate, formação, experiências e práticas das mulheres camponesas.

Dona Alface:

Vivenciei em minha vida todo o processo com a chegada da revolução verde e as mudanças que foram acontecendo na agricultura. Então, de uma agricultura camponesa onde se produziam sementes, se industrializava artesanalmente e tudo mais. Então, depois se passou para o processo das sementes híbridas, dos insumos químicos e, enfim, toda uma mudança que foi acontecendo na vida; e essas mudanças enquanto agricultura camponesa também eu fui vivenciando, né? Hoje nós temos um pequeno sítio com hectares de terra [...] Nós aqui produzimos tudo sem venenos, com sementes crioulas e a nossa renda ela vem muito da industrialização artesanal das frutas, legumes e da criação de galinhas caipiras, ovos e, também, há um pouco de queijo, leite e por aí; então, é uma vida bem simples, mas que oferece o conforto necessário na idade que nós estamos. [...] Eu me considero camponesa, porque, para mim, camponesa é aquela agricultora que, como eu já falei, tem autonomia, que produz suas próprias sementes, seus insumos orgânicos que têm uma produção diversificada, que dessa produção tem o seu autossustento e também a renda financeira necessária para uma vida com dignidade. (Alface, 2021)

O tema da agroecologia perpassa o sentido de uma experiência de produção e geração de renda, mas se trata de um projeto de agricultura que pensa nas questões ambientais, sociais, econômicas entre outras. É assim que o Movimento de Mulheres Camponesas discute esse tema e a entrevistada compreende este projeto, quando diz:

[...] a outra questão é que, na formação, em se tratando da agroecologia e compreendendo a agroecologia como modo de vida, um projeto da sociedade, então cabe também a formação fazê-la com as mulheres rurais e urbanas porque se nós queremos uma outra sociedade sustentável e com o cuidado necessário com as pessoas, com o ambiente, com a natureza, é preciso que essa tarefa seja de todas essas pessoas, então é fundamental que a gente construa também essa relação entre as mulheres trabalhadoras rurais e urbanas. (Alface, 2021)

A partir da fala de dona Alface, podemos compreender que as mulheres estudadas compreendem a agroecologia como perspectiva de alimentar as pessoas com qualidade de alimento, mas, sobretudo, compreendem a agroecologia como um modo de vida. Isso aparece quando ela diz “compreendendo a agroecologia como modo de vida, um projeto da sociedade”.

Tais afirmações vão ao encontro do que Lima e Pereira (2020) – ausente das referências) consideram sobre o MMC e a agroecologia, enquanto espaço de implementação da práxis camponesa, quando dizem:

A agroecologia enquanto ciência tem papel fundamental, pois constrói bases teóricas a partir do conhecimento tradicional camponês, desconstruindo os mitos em torno da produção camponesa diante dos desafios de alimentar o mundo . A agroecologia como modo de vida soma-se à experiência possibilitando mudanças cotidianas no jeito de fazer , ser e viver a agricultura (LIMA E PEREIRA, p. 95, 2020),

Dona Alface continua seu argumento evidenciando o que é ser camponesa e a relação direta do camponês com a produção de alimentos. Trata-se da relação de identidade da(o) camponesa(es) com a terra, com os alimentos, com a vida, com o meio ambiente. Tal perspectiva avança de forma significativa na superação da ideologia capitalista, da agroindústria, que tem o meio rural apenas como gerador de capital.

[...] a mulher camponesa lida com a produção; então, aqui tem um elemento assim que a gente precisa aprofundar que no senso comum da sociedade ser camponesas é ser inferior, né? E isso

não é verdade porque não existe vida se não tem alimento e o alimento vem de onde? Vem da terra, vem da agricultura, né? E hoje se assumir enquanto camponesa é se sentir parte de um projeto popular de agricultura. Nessa perspectiva da agroecologia, então, ser camponesa é produzir alimento saudável. É você ter essa dimensão da integralidade com o ambiente; é você cuidar da diversidade, né? E essa diversidade é não só produtiva, mas animal, vegetal, as flores, o embelezamento do nosso espaço, né, então ser camponesa é um posicionamento político nessa sociedade.

Quando analisamos a fala de Dona Alface e a teoria que fundamenta a perspectiva do MMC, é perceptível como o estudo e a formação do MMC corrobora para uma prática agroecológica.

Enquanto MMC, compreendemos que o engajamento na luta das mulheres camponesas por meio de nosso movimento possibilitou estabelecer um vínculo com as lutas mais gerais da classe trabalhadora [...] Nos referimos à práxis como aquele movimento em que as concepções de mundo e de valores vão sendo elaborados a partir das vivências, experiências, práticas individuais, sinalizando para a superação das desigualdades, ao mesmo tempo que se propõe fazer da agricultura camponesa a expressão máxima da dignidade humana (LIMA E PEREIRA, 2020, p.95)

No momento da entrevista, Dona Alface tratou dessa questão com muita alegria e satisfação, deixando transparecer na sua forma de gesticular apontando para o quintal, a roça e os arredores da casa a diversidade de plantas, flores, frutas, alimentos que são produzidos. A entonação da voz na sua fala expõe a realização da construção do projeto popular de agricultura que desenvolve em sua prática na unidade produtiva. O que se pode compreender é que o movimento, mais do que um espaço para reivindicação de direitos, é também um espaço de realização e prática produtiva, tendo em vista que no movimento que ela se realiza, há no íntimo da compreensão uma forte ligação com a compreensão de libertação, (LIMA; PERREIRA, 2020. p.95.) “fomos compreendendo que a práxis impõe mudança teórica e prática simultaneamente”, isso aparece, sobretudo, quando Dona Salsa diz: “a medida em que eu me liberto eu também não me liberto só, eu me liberto a minha família, liberto o ambiente porque eu vou olhar a terra de outra forma”. Para demonstrar as práticas agroecológicas como resultado da formação no estudo da realidade que se materializa em forma de luta por direitos, LIMA e PERREIRA ajudam a compreender essa relação:

esse processo deu-se por meio de lutas que sempre exigiram de nós novas elaborações, buscas e crescimento a nível teórico. Isso contribuiu para que construíssemos possibilidades e interpretação de nossas realidades. Cada vez mais, a problematização dos contextos vividos no campo e as perspectivas de superação ficavam compreensíveis entre nós. (LIMA; PERREIRA, 2020, p.95).

Dona Salsa relata as experiências que as mulheres praticam a partir das reivindicações e das lutas coletivas. Segue, dizendo:

[...] a gente implementou o projeto, né, de emenda parlamentar que daí garantiu o subsídio para 50 mulheres e três mil para melhorar a horta, né? O quintal produtivo que daí, assim, aí teve vários que cada uma investiu naquilo que precisava. Uma foi mesmo fazer o cercado, a outra galinheiro, outra organizar o cercado das ovelhas, a do mel; enfim, foi uma diversidade, pomar, a questão da produção de mudas; então, teve assim uma diversidade bastante grande. Então, a gente fez o movimento, ajudou elas teve toda a orientação de como elas montar o projeto que, daí, depois, o projeto foi aprovado para elas poderem subir o recurso né, e fazer. E o processo formativo, né, que a gente fez os encontros, né. 8 encontro: 6 encontros depois nós fizemos mais dois porque daí veio a demanda, outras necessidades e a gente acrescentou mais dois, né. (Salsa 2022)

Na mesma linha das experiências realizadas, Dona Beterraba refere-se algumas experiências de troca que são feitas nos encontros de formação que tem a ver com a produção agroecológica;

[...] tipo, a forma de reaproveitamento da, por exemplo, da fábrica de sabão. Fazer sabão, fazer detergentes, vez de jogar fora, a gente incentiva a produção de se passar receitas, tipo também a alimentação, o preparo de novos alimentos, de como preparar, até a gente aprendeu, assim, receitas que a gente jamais ia fazer, assim como resgata também as antigas que tinham sido perdidas, no caso, o jeito de fazer o pão integral com batatas, com frutas, grãos, outros grãos, né, que a gente sempre costumava fazer aquele pão branco ou bolacha por exemplo. Sempre incrementa mais coisas naturais, folhas, que a gente faz num bolinho fica da ora pro nobis, o espinafre essas coisas. Qual que as poucas assim alternativa se tinha, antiga, mais tempo atrás; agora que tem bastante, bem mais nutrientes que está vindo com os estudos, que foi feito; vem sempre mais alternativa, para a gente está preparando a nossa alimentação natural. (Beterraba, 2022)

Dona Cenoura relata como o chamado para o movimento tem a ver com a lógica de produção, agroecologia, e traz o projeto de agricultura camponesa com um elo importante entre a entrada dela no MMC e a opção pela agricultura

camponesa, assim, pode-se identificar uma ligação entre a identidade camponesa com a produção agroecológica, Diz:

Eu me considero uma camponesa pelo aquilo que a gente faz, né, no nosso dia a dia; assim, por exemplo, eu entrei no movimento de mulheres camponesas desde o início, né, fui aprendendo com elas, né, a maneira de se trabalhar, né, com o produto orgânico, com produtos, assim, saudável no dia a dia, sem agrotóxico, né, para gente ter uma vida melhor uma vida com saúde; foi ali que eu aprendi, no movimento de mulheres camponesas. (Cenoura,2022)

Dona Rúcula menciona o projeto de agricultura camponesa como compreensão do MMC

eu gosto porque eu aprendi muita coisa nesses anos do movimento de mulheres camponesas; a gente aprende sobre a semente crioula, resgate da semente crioula. (Rúcula 2021)

Dona Beterraba trata o fato de ser mulher e de ser participante do Movimento de Mulheres Camponesas como uma forte ligação do “ser mulher” com o Cuidado da vida e da terra, da natureza, quando ela trata do tema da diferenciação das mulheres do MMC e das que não participam;

Muito, muito assim, há o contato com a natureza, com a mãe terra, com as plantas em si, é muito divino, eu digo que ela traz uma paz, um descarregamento, sim, não sei lá, não dá pra nem para me expressar direito, mas é um assim, uma coisa que não é igual a do estar sentado atrás de um computador o dia todo, para estar ali atendendo, estar ali e se estressando com alunos, por exemplo, as professoras... que, daí é muito árduo também a profissão que elas têm, ah, mas é mais tranquilo; embora de ser sofrido o trabalho braçal; mas o outro lado tu vai ver que ela tem como natureza deprimir um... até dar a tranquilidade que você procura, que você, você vai plantar uma sementinha, tu vê a magia da sementinha brotar, crescer, desenvolver, cada vez que tu vai ela tem um, ela está modificada ela está desenvolvida e quando você vai para a colheita, bá daí é tanto, toda... todo o ciclo; não é a planta, a semente, a planta em si, nós; então, você, mente, a natureza você é o contato com a natureza e o desenvolvimento que ela faz e o bem que ela te traz, então, não só assim ser dono do chão, da Terra, assim como ser parceiro, né, de tão... sendo um parceiro, tu tem os cuidados que a Terra merece. Você repassa né, agora independente; eu tenho uma grande lavoura que esta faz o que o que eu quero, deve também no caso, mas assim é muito... assim... valioso estar mexendo na agricultura, ser um agricultor. (Beterraba, 2022)

O que se pode compreender na observação realizada a partir do contexto que as mulheres camponesas vivem, em se tratando do tema da Agricultura camponesa e agroecológica como um modo de vida, é perceptível que há uma

dificuldade das comunidades e famílias assumirem esse projeto, visto que é perceptível o cenário rural em que, de modo geral, as famílias vivem. Ou seja, as mulheres camponesas entrevistadas que fazem parte do MMC desenvolvem práticas agroecológicas na sua unidade produtiva, porém essa proposta não é absorvida por toda a sociedade.

Pode-se perceber, inclusive, que em alguns casos o efeito formativo na opção da agroecologia enfrenta dificuldades dentro das próprias famílias.

3.5.3 Processo formativo e realidade/experiência na pandemia

Neste tema, busca-se na fala das mulheres identificar como estas reinventaram as formas de lutas com a pandemia, ou seja, mesmo tendo uma condição menos favorável, as mulheres camponesas continuaram as experiências de formação e as lutas que perpassam os temas que as mulheres já trabalhavam.

O processo formativo no Movimento de Mulheres Camponesas com a chegada da Pandemia do Covid 19, em 2020, também precisou se ressignificar; no entanto, percebe-se que não é comum para esse público o uso da tecnologia com tanta intensidade, porém, nesse momento, as mulheres começaram a desafiar-se no uso dessa ferramenta. Muitas mulheres têm dificuldade no uso do telefone celular.

O debate em torno dos problemas da conjuntura superou a dificuldade do acesso à tecnologia; nesse sentido, as mulheres continuaram as discussões em torno da vida das mulheres, as perspectivas da luta das mulheres, a organização do movimento, os processos formativos e a continuidade das experiências práticas no projeto de agricultura. Alface diz:

[...] então destacar aqui no tempo a chegada da pandemia pegou todo mundo de surpresa que no início né, deixou todo mundo sem chão, né, mas nós que fazemos parte do movimento de mulheres camponesas, fomos privilegiadas no sentido de que com o aprendizado todo que tivemos no movimento de mulheres camponesas, da questão de cuidar das pessoas, de cuidar da vida, de produzir de forma diversificada de fazer nossos próprios remédios com as plantas medicinais, né? Com as novas relações de gênero. Então, nesse último período, com a chegada da pandemia foi um momento em que conseguimos perceber o quanto foi importante o movimento de mulheres camponesas; aí,

passado o primeiro momento, nós percebemos que nós precisávamos dar continuidade ao movimento de um outro jeito. Tivemos, que nos reinventar... então é se reinventar, nós passamos a intensificar os contatos através do celular, através do telefone fixo, e passamos a organizar grupos de ouvir as mulheres, ver a situação que se encontravam, fazer os seus desabafo falar das angústias dos medos daquele momento. Mas também foi-se consolidando uma grande rede dos grupos onde a formação passou a ser de forma virtual. (Alface, 2021)

[...] Aí, o livro que eu acabei de dizer, né, como é que a gente fez o documentário que também já está pronto né, e essa questão então da *live* das crianças e dos jovens... então, isso em nível de estado ...então, eu estou falando aqui não como grupo de base daqui do município, mas estou falando enquanto o coletivo de formação no estado e junto com isso daí, também a gente tem um grupo que participa daí do processo de formação nacional. E além de todas as lutas ali, da questão que a gente trabalhou o ano todo né, sobre a questão do PL 823 para provar que desde aqui do município a gente fez, né, todo o processo. E aqui no município eu também contribuí semanalmente; nós temos um programa de rádio, que tem as mulheres que fazem o programa de rádio; daí assim eu tenho sempre contribuído no conteúdo, né, porque todo o programa então ele tem um momento de conteúdo, um momento que é as informações sobre a produção, quintal produtivo que são as dicas de produção, momento mais, daí, das aniversariantes, mais alegre, essas coisas assim. Então, dentro da minha parte, sempre foi nessa questão mais do conteúdo. (Salsa, 2022)

O que se pode constatar de forma contundente neste relato é que o processo formativo das mulheres por MMC criou uma rede de relações sólidas, na qual, em um momento de crise, ou, como diria Paulo Freire (1987), em uma situação limite, as mulheres se solidarizaram, apoiaram-se mutuamente para enfrentar a situação posta. Tal solidariedade foi de grande importância para que as mulheres suportassem as dores infringidas pela pandemia, em especial as perdas de vidas que caracterizaram tal período. Além disso, na intenção de dar continuidade aos processos formativos, o movimento reinventou-se, criando novas estratégias de ação. Criando outras formas de encontro e de discussão dos temas em relação as mulheres camponesas, assim como outras entrevistadas têm relatado. Os meios pelos quais os debates foram e estão sendo feitos tiveram o adendo da internet e da tecnologia; os temas

discutidos, porém, permeiam uma continuidade daqueles que são a razão de existência do MMC, diz a entrevistada:

Então, antes da pandemia, a gente se encontrava essencialmente né? A gente fazia oficinas, né, de sementes crioulas, né, dividia a semente se você dizer assim, né, nas trocas de sementes crioulas a gente fazia, continua ainda fazendo hoje. Hoje, a gente faz, por causa da pandemia, a gente faz as nossas oficinas, o nosso encontro online né ... não paramos na pandemia ... a gente está fazendo igual os encontros assim mesmo está dando, tá sendo positivo, né, a gente foi para a rua gritar Fora Bolsonaro, né, a gente se organiza mesma forma, né, fomos para a rua, eu contribuo, por exemplo, nas... contribuir nas manifestações, né e nas manifestações de rua que a gente vai, né, e também eu contribuo também, a gente contribui nos encontros, né? Ajudando como é que diz na coordenação das lives que a gente faz também não é aí eu contribui junto com as demais companheiras né com opinião. (Cenoura,2022)

Dona Capuchinha também relata como foram utilizados os recursos para continuar tratando de temas relacionados às questões das mulheres, na pandemia:

Olha, que eu lembro a gente teve as reuniões pelo meet que a gente tinha que fazer, tipo algumas dinâmicas em casa; às vezes, pegar uma semente, apresentar, falar por que que escolheu aquela semente ou alguma flor, alguma coisa assim; às vezes tinha aquela roda de conversa sobre o ciclo menstruar o tipo como que a mulher pode estar cuidando de si mesma nesse ciclo, tudo isso. (Capuchinha,2022)

A relação com as tecnologias da comunicação foi mediada pelas práticas e ética formativa que já se evidenciava no movimento. Ou seja, tais tecnologias se constituíram como meio para que se desse continuidade à formação, mas, principalmente, para que se mantivessem o vínculo, as relações, o suporte social para a mulheres enfrentarem a nova condição imposta pela pandemia.

3.5.4 Consciência de classe/ consciência de Gênero: Identidade – mulher camponesa

Quando as perguntas são direcionadas em relação à contribuição do MMC na vida das mulheres, em se tratando dos temas de formação, aparecem fortemente as lutas travadas no decorrer dos tempos de vida do movimento. Aparecem aspectos em suas narrativas como centrais na contribuição das mulheres em relação às transformações ocorridas em seu cotidiano, em seus espaços sociais, principalmente na família. Mas, identificamos também o pensamento de mudança de sociedade, pautada em novos valores, de

construção de uma sociedade mais justa, tanto em relação à própria condição da mulher enquanto gênero, como também em relação à condição da classe trabalhadora de modo geral, numa relação dialética.

toda mulher que participa do movimento de mulheres camponesas ela faz uma verdadeira revolução em sua vida, então, primeiro destacar assim nas relações, por exemplo com a das relações de gênero, muda, porque automaticamente conforme a mulher vai entendendo como a sociedade se organiza e qual é o objetivo, por exemplo, do sistema capitalista patriarcal machista, ela vai entendendo como acontece a exploração, a discriminação, a violência contra as mulheres e vai preparando e construindo uma outra trajetória; então, ao se transformar ela transforma o seu entorno também. (Alface, 2021)

De acordo com Paulo Freire (1980) essa questão que ela chama de 'revolução', de 'transformação' é central no trabalho das mulheres dos movimentos, o que se nos apresenta é que a educação dialógica contribui para o processo de ser mais do sujeito. Na visão dialética da relação ser humano/mundo, ambos inacabados, Paulo Freire (1980) desenvolveu sua compreensão acerca de uma 'Educação como Prática de Liberdade', sobre a qual, nós, seres humanos, na constante busca de sermos mais, transformamos a realidade objetiva e os efeitos dessa transformação refletem-se na transformação de nós mesmos.

Os relatos de dona Salsa contribuem para identificar que a participação no movimento ajuda as mulheres a atenderem também a sua condição de gênero e, como tal, a relação que se estabelece no conjunto da condição humana e de classe.

Então, ser mulher, ser sujeito, né, é ser gente; é a gente se sentir bem, se sentir feliz, porque, na verdade, a gente não nasce mulher, mas a gente vai se fazendo mulher com nossa experiência, com as nossas escolhas, com o nosso esforço de superação, com a nossa convivência coletiva, né; então, a gente vai se fazendo mulher, mãe, militante, né, estudante, pesquisadora e assim por diante (Salsa,2022).

A autora Simone de Beauvoir, na obra o 'Segundo Sexo', de 1949, faz a reflexão sobre a clássica frase "não se nasce mulher, se torna mulher", ou seja as mulheres são construídas socialmente e culturalmente como mulheres. Com

base na formação do MMC, esse tema tem permanente discussão no movimento e Dona Alface o repete na entrevista quando diz “podemos dizer que você se torna uma mulher com consciência política”, e reafirmado por Dona Salsa quando diz “porque na verdade a gente não nasce mulher, mas a gente vai se fazendo mulher com nossa experiência, com as nossas escolhas, com o nosso esforço de superação, com a nossa convivência coletiva né, então a gente vai se fazendo mulher, mãe, militante né, estudante, pesquisadora e assim por diante”.

Concordando com a teoria de Freire (1996), “a libertação dos seres humanos sai da condição de desumanizados através da passagem da consciência ingênua a uma consciência crítica que os possibilita a sair de sua condição de passividade e tornarem-se sujeitos de sua própria história”.

Essas mulheres expressam o que aprendem nos cursos de formação como contribuição para sua vida no dia a dia, no trabalho, na família, em especial na relação de gênero, e a própria compreensão do que é emancipação, que não se trata de ser mais do que o outro, mas todos sermos juntos num processo de libertação humana.

O Movimento de Mulheres ainda abriu para a gente não é a os horizontes não é onde a gente aprendeu ali que nós somos livres, nós temos que querer lutar pelos nossos ideais, nós somos mulheres, nós somos diferentes dos homens, nós temos as mesmas igualdades, os mesmos direitos né? Então a gente aprende muito e a gente aprendeu também como se defender do machismo, da exploração. Tudo isso a gente aprendeu, na minha vida aprendi muito foi ali no Movimento Mulheres Camponesas; se não fosse o Movimento das Mulheres Camponesas eu acho que eu não teria essa visão aí né? [...] E assim aprendendo com a família, ensinando com a família, a gente não quer ser mais do que os homens, mas a gente trabalhou hoje, trabalhou junto, com meu esposo. Hoje o meu esposo está sempre do meu lado né? E entende esse lado também e se não fosse um movimento quem sabe ele seria uma pessoa também né? Quem sabe né? Um machista por aí né? Então acho que aprendeu é isso aí foi uma nossa é sem explicação sabe? Eu conheci explicação uma coisa assim aprendi muito.(Cenoura, 2022)

Além de compreender a questão de gênero no ambiente de seu próprio lar, no qual o marido aprende com ela o que ela aprendeu por meio do movimento, em que os próprios trabalhos domésticos representam uma condição de opressão a ser superada, na medida em que os homens (pais, maridos e filhos) compreendam que a divisão do trabalho doméstico entre todos

e todas de forma equitativa se constitui como processo de superação das desigualdades produzidas pela divisão social do trabalho, Dona Cenoura consegue identificar que não se trata de uma luta restrita ao seu cotidiano, à sua casa, às suas relações afetivas, mas que se constitui como uma luta social mais ampla por libertação de homens e mulheres.

[...] A mulher tem que ser livre, nós nascemos para ser livre, não nascemos para ser escravo de ninguém. Então, acho que isso é uma coisa que tem que acontecer na sociedade em que nós vivemos. Cada um é livre para dar sua opinião né, sua opinião, decidir o que eu quero né e não esperar que os outros decidam por mim. Eu acho que nós temos que trabalhar bastante nisso entre as mulheres porque eu penso né aquilo que a gente faz nos estudos a gente trabalhar mais com as mulheres para que elas entendam que não há, né? A mulher é para cuidar de panela, cuidar da, não! Nós temos que se libertar e mulher ...que nem um dia na comunidade o pessoal diz assim, vocês não pediu para falar mas eu vou falar: não, mulher não pode ter carteira, não pode ter/dirigir carro ou mulher não pode ajudar a fazer negócio, mulher tem é que ser a rainha do lar de ficar dentro de casa. Quem que é essa rainha do lar? Explorada, escravizada, não toma ... a mulher tem que ajudar a tomar decisão tanto na casa, quanto na política, quanto no movimento e em tudo, na igreja, né; hoje na igreja, por exemplo, eu sou catequista do ministro né, esse outro cargo é os homens que tem que fazer, as mulheres não pode né. Então o cargo maior sempre é pra mulher e elas não, mas eu acho isso assim: ótimo, nós temos que se libertar, nós temos que conscientizar as outras mulheres, né, para se livrarem de tudo isso. (Cenoura, 2022)

Dona Beterraba relata sua identidade como camponesa e traz elementos importantes nessa identidade:

Sim, eu me sinto, me sinto realizada porque eu consigo me planejar, eu consigo produzir e consigo fazer e desenvolver também um pouco do jeito que a gente sempre esperou ter, né? Não só produzir comida, mas também o excedente que passa para os o que você não pode produzir, no caso e como agricultora, eu sempre me identifiquei, né, porque desde criança ajudava com a casa da mãe, eu sempre fiz frente da horta, dos plantios, das ovelhas eu sei... hoje eu continuo, eu tenho uma produção de cana-de-açúcar; hoje, que ela é a base maior... daí eu tenho a produção; daí eu tenho um irmão que tem a fábrica; daí a gente repassa o produto e ele a industrializa; então daí, depois o produto ele é industrializado e comercializado na cooperativa porque eu, agricultores também que faz uns produtos orgânicos e produzidos na familiar né (Beterraba, 2022).

Ao analisar as falas das mulheres camponesas, entrevistadas que participam do MMC, elas têm uma leitura crítica da sociedade em se tratando dos temas consciência de classe, consciência de gênero, mulher camponesa.

Paulo Freire (1980), chama a conscientização de compromisso histórico, pois implica o nosso compromisso com o mundo e, portanto, também com nós mesmos, como sujeitos que fazem e refazem o mundo e assim sua própria história. Neste instante, a conscientização não se encontra mais somente na relação consciência/mundo, mas transcende, convidando-nos a assumirmos uma posição utópica frente ao mundo.

O que se pode apreender é que o MMC contribui para a consciência crítica que as mulheres têm em relação ao mundo e ao constituir-se como sujeitos sociais.

3.5.5 Liberdade da mulher X patriarcalismo e sexismo

Quando analisamos o conjunto das falas das mulheres sobre sua condição de vida em sua rotina, em casa, no quintal, na propriedade percebemos que ainda há muito a se superar nos processos de emancipação feminina, tendo em vista que o conjunto de atividades desenvolvidas pelas mulheres, embora em sua situação de militantes de um movimento social, ainda convivam com uma jornada tripla de trabalho.

O conceito de liberdade também é tensionado pelas mulheres, o que não difere, em linhas gerais, dos conceitos abordados sobre as mulheres que participam de outros movimentos, os quais se coadunam com a própria concepção de liberdade produzida na sociedade moderna.

Então, a esse tema da Liberdade das mulheres ele é um tema bem, vamos dizer, assim bem complexo porque vai depender de como você entende a Liberdade o que é Liberdade para cada uma de nós, né? Então para mim a Liberdade é poder decidir sobre o meu corpo, sobre as minhas roupas, sobre com quem me relaciono, [...] a Liberdade é participar do partido político, é votar, ser votada, ser... então, a Liberdade é poder participar dos processos organizativos. Por outro lado, na minha compreensão, e por isso que eu digo que tem que aprofundar esse debate da liberdade, para mim os processos eles sempre são muito no sentido da construção, o meu direito vai até onde o outro é respeitado também; não é então nesse sentido da construção da liberdade, eu, para mim é construir relações de igualdade de dignidade de valorização do outro, então liberdade para mim é essa igualdade não é no sentido da participação, então para mim a liberdade é algo muito caro, muito importante mas ele é entender se eu sou livre para ser feliz mas eu preciso permitir que as outras pessoas sejam felizes também então é essa Liberdade né. (Alface, 2021)

A fala da entrevistada Dona Alface vai ao encontro da missão do MMC trazida em seus materiais. Mas, mesmo na condição de liderança, o que percebemos é que a concepção do movimento registrada em seu documento, supera a ideia de liberdade burguesa tão evidenciada nos diversos meios no tempo presente.

a libertação das mulheres trabalhadoras de qualquer tipo de opressão e discriminação. Isso se concretiza nas lutas, na organização, na formação e na implementação de experiências de resistência popular, onde as mulheres sejam protagonistas de sua história. Lutamos por uma sociedade baseada em novas relações entre os seres humanos e deles com a natureza. (<http://mmcbrasil.org/home/quem-somos-e-nossa-missao/>)

Quando perguntada sobre a participação das mulheres na família, na comunidade no grupo, a mulher é ouvida em suas opiniões e, se participa de igual para igual para com os homens, diz;

Ah isso é bem contraditório né? E há momentos e momentos né? Então depende assim do que está em debate né? Vamos assim... eu vejo que o quintal produtivo é um território de autonomia das mulheres né? então eu percebo que ali ela tem o poder de pensar, de planejar, de decidir embora tem muitos companheiros que estão junto contribuindo trabalhando e tal, mas de maneira geral é um território das mulheres. É diferente, por exemplo, sendo uma propriedade como um todo né? Porque na propriedade e na produção maior nem todas as mulheres têm autonomia, né? De pensar como produzir coisas assim. Então depende muito de cada família, do que que tem né, então, do que que faz né, por exemplo, assim, os filhos ainda, por todo o avanço que a gente teve, mas ainda é uma responsabilidade das mulheres mas há muitos homens bem parceiros que já evoluíram que assumem junto, que se posicionam né. Então e há momentos às vezes assim, mas que exige mais outros menos mas assim eu acho que isso é um processo que nós estamos crescendo, estamos ainda aprendendo, estamos assim nessa nesta travessia né? Buscando, estamos na busca para a gente encontrar o equilíbrio. Então, assim, se nós olharmos as nossas organizações, né, às vezes tem momentos, assembleia, ou vamos dizer assim algum evento que tem outras entidades, às vezes só tem uns homens, lá tem mulher porque vai representar o movimento, né? E embora que há um crescimento né? Mas há momentos que às vezes aparece bem nisso né então isso é eu acho que é um processo que a gente tem que evoluir muito ainda a gente já avançou, mas muito temos que crescer. Muito temos que crescer. (Salsa, 2022)

A fala de dona Salsa é muito reveladora quanto ao que se é proclamado e almejado em relação à igualdade entre homens e mulheres na sociedade, mesmo em ambientes familiares líderes de movimento. Se por um lado se tem

a clareza da necessidade de superação de tais desigualdades, por outro, a cultura machista, racista e patriarcal ainda se manifesta de forma contundente em tais ambientes. A entrevistada tem clareza de que se trata de um processo de construção, mas o que fica para nós como indagação é se os movimentos sociais, não apenas camponeses, mas também urbanos, para além dos movimentos de mulheres, têm como pauta a construção de tal igualdade, tanto nos ambientes de trabalho como nos domésticos.

Ainda relacionado ao tema da liberdade das mulheres, do empoderamento, da emancipação, diz:

[...] Liberdade é um termo, assim, bastante amplo né, mas desde o início do movimento o movimento tem trabalhado a libertação da mulher. Então o que que é a libertação da mulher? É se libertar da opressão, da exploração, da dominação, da submissão né para ela ser valorizada de igual para igual. Não é essa questão de dominar e agora né troquei, inverter os papéis. Então é, e esse é um processo – então, a liberdade, às vezes, ele é mal interpretado né, mas a liberdade é assim é se eu estou numa reunião eu recebi um convite eu tenho a liberdade de dizer se eu quero ir ou não sem consultar em casa eu tenho essa liberdade [...] Então, essa é uma, é uma construção né? Uma construção que vai demorar muito tempo, mas ela é necessária e ela precisa ser feita por nós mulheres. (Salsa, 2022)

Dona Cenoura traz que o que aprendem nos cursos de formação como contribuição para a sua vida no dia a dia, no trabalho, na família, no lazer e dá alguns exemplos assim de que forma esses encontros contribuem para a sua vida diária, para a sua rotina, na família, na comunidade:

O Movimento de Mulheres Camponesas foi [quem] abriu para a gente - não é? - os horizontes. E onde a gente aprendeu ali que nós somos livres, nós temos que querer lutar pelos nossos ideais, nós somos mulheres, não somos diferentes dos homens, nós temos nas mesmas igualdades os mesmos direitos né? Então a gente aprende muito e a gente aprendeu também como se defender do machismo, da exploração tudo isso a gente aprendeu, na minha vida aprendi muito foi ali no Movimento Mulheres Camponesas. Se não fosse o Movimento das Mulheres Camponesas eu acho que eu não teria essa visão aí né? (Cenoura, 2022)

A partir dessa fala de Dona Cenoura podemos compreender que as mulheres estudadas percebem as situações de exploração, por ela chamado de “escravidão”. O que se pode compreender é que o movimento mais do que um espaço para reivindicação de direitos é também um espaço de realização e

reconhecimento como mulheres sujeitas de sua história, tendo em vista que é no lugar do movimento que elas se encontram para discutir esses temas..

Quando perguntada sobre a liberdade das mulheres, diz;

[...] a mulher tem que ser livre, nós nascemos para ser livre, não nascemos para ser escravo de ninguém. Então, acho que isso é uma coisa que tem que acontecer na sociedade em que nós vivemos. Cada um é livre para dar sua opinião né, sua opinião, decidir o que eu quero né e não esperar que os outros decida por mim. Eu acho que nós temos que trabalhar bastante nisso entre as mulheres porque eu penso né aquilo que a gente faz nos estudo a gente trabalhar mais com as mulheres para que elas entendam que não há né a mulher é para cuidar de panela, cuidar da cozinha não! Nós temos que se libertar e mulher que nem um dia na comunidade o pessoal diz assim, vocês não pediu para falar mas eu vou falar: não, mulher não pode ter carteira, não pode ter/dirigir carro ou mulher não pode ajudar a fazer negócio, mulher tem é que ser a rainha do lar, de ficar dentro de casa. Quem que é essa rainha do lar? Explorada, escravizada, não toma decisões... a mulher tem que ajudar a tomar decisão tanto na casa, quanto na política, quanto no movimento e em tudo, na igreja, né... hoje na igreja, por exemplo, é sou catequista do ministro né, esse outro cargo é os homens que tem que fazer, as mulheres não pode né. Então o cargo maior sempre é pra mulher e elas não, mas eu acho isso assim ó ótimo nós temos que se libertar, nós temos que conscientizar as outras mulheres, né, para se livrarem de tudo isso. (Cenoura, 2022)

As mulheres camponesas expressam em seus documentos que o MMC (2023) “luta pela libertação das mulheres é tarefa de todos e todas. Mas acreditamos que nós, mulheres, somos as principais responsáveis por esta conquista”.

Mas as contradições entre o almejado e o instituído em uma sociedade machista, racista e sexista fica muito exposto nas falas a seguir. Dona Cenoura diz que ainda a sociedade vive barreiras: “as barreiras dentro da sociedade hoje é para começar com o machismo, a desigualdade social, o preconceito... há muito ainda entre a sociedade que a gente vive hoje né?”. Em relação às decisões da comunidade, das famílias diz;

[...] hoje na minha comunidade, nas famílias, as mulheres quase não é; ainda hoje é o homem que decide tudo, é eles sempre que... ela até pode né falar pode ajudar algum negócio em alguma coisa, mas ainda a decisão é do homem, eu vejo isso porque eu vivo aqui na minha comunidade eu vejo que isso é assim. Ainda a decisão hoje é do homem, nem a mulher e nem os filhos não determinam as coisas. (Cenoura, 2022)

Dona Capuchinha corrobora este argumento ao destacar que a vida das mulheres camponesas é caracterizada pelo trabalho árduo, pela luta diária, marcada pelo sofrimento. O próprio que estabelece que a mulher é mais multifuncional do que o homem, que consegue fazer três ou mais atividades simultaneamente; na fala dessa entrevistada fica claro que não se trata de um reconhecimento de sua capacidade de trabalho, mas de uma forma instituída de exploração, tanto pelo homem no espaço doméstico como pela própria relação de trabalho em uma sociedade dividida em classes.

[...] ser mulher é um negócio muito difícil porque ela sofre, ela sofre. Tanto em serviço quanto em pensar quanto em tudo; não é fácil ser mulher, mas eu acho que a maior palavra que tem para definir uma mulher é guerreira porque ela é muito guerreira em tudo o que ela faz e ela não desiste fácil. Ela faz um serviço ela já está pensando em outro agora tu vai perguntar para um homem “faz esse serviço, faz esse e esse e aquele” ele vai fazer aquele e vai pedir os outros três que tu mandar fazer. A mulher não, ela tenta gravar e vai fazendo. A gente vê, tipo, nos serviços que a gente faz tipo eu ajudo no chiqueiro então eles falam os próprios patrões, falam: “as mulheres têm mais desenvolvimento” enquanto uma mulher não consegue fazer, enquanto um homem não consegue fazer dois serviços ao mesmo tempo a mulher faz aqueles dois e já está pensando no outro, já estava fazendo outro. Então, eu acho que ser mulher é uma grande luta que a gente tem na sociedade, na vida que a gente tá hoje em dia ainda. (Capuchinha, 2022)

3.5.6 Participação e movimentação das mulheres: conquistas do movimento

Quando perguntada em relação à participação das mulheres na família, na comunidade, como a mulher é ouvida em suas opiniões e se elas participam de igual para igual com os homens ou são silenciadas e exploradas em seu dia a dia, ela destaca;

quando se fala em família teria que delimitar, não é um pouco nesse sentido eu pessoalmente assim se eu falar da família que constituí com o meu companheiro, eu me sinto uma mulher realizada nesse momento, eu vejo a minha filha a minha nora as minhas netas em outras relações com mais condições, de..., eu vejo o meu marido, meu filho, meu genro, meus netos, com outro comportamento do que eu vivi antes de estar no movimento, então na minha avaliação o movimento oportunizou que a nossa família fosse tendo outros comportamentos outras atitudes e outra participação. Na comunidade, eu diria que tem os diferentes estágios na comunidade, tem quem participa do movimento quem é da teologia da libertação, quem é mais conservador, quem está em outras religiões, então há uma mescla de pessoas, não e aí, gente, tem como é que eu vou dizer aquilo, que a gente vive também na sociedade de modo geral,

encontramos quem comunga da luta contra a violência, a comunga do enfrentamento ao patriarcado, machismo, como também a gente encontra a violência contra a mulher, encontra o silenciamento, não permitir falar, não permitir dirigir um carro, enfim é aqui no campo também fazemos parte dessa sociedade, né. (Alface, 2022)

Nesse sentido da ação transformadora que os processos formativos têm feito na vida das mulheres que se engajam na luta das mulheres principalmente do MMC, Dona Alface relata processos de lutas feitas pelas próprias mulheres, que vão ter efeito no conjunto da classe trabalhadora. Em seus anos de história, o Movimento de Mulheres Camponesas tem contribuído em muitos debates e organização da classe trabalhadora.

[...] estou desde o início há muito com a questão das lutas, desde a questão da constituinte de 88, da regulamentação dos direitos previdenciários, da aposentadoria, do salário maternidade, bem como também contribui no processo de organização e formação nacionalmente, porque eu fui para a coordenação da luta pelo salário maternidade e essa luta centralmente, ela aconteceu desde os grupos de base nos estados mas tinha uma coordenação que fazia acontecer as articulações no Congresso Nacional, no Senado com as outras e eu fiz parte do grupo que articulou no Congresso Nacional e no Senado. Mas também contribui com as rodadas de formação e organização para levar como nós falamos na nossa linguagem a Boa Nova dos direitos das mulheres nos estados, então é um pouco a minha trajetória, mas eu queria destacar que tudo o que eu mais, assim, acho fundamental no movimento de mulheres camponesas é a sua estrutura organizativa, que ela vem desde os grupos de base nas comunidades, que tem suas coordenações nos municípios, que busca uma articulação regional que tem em sua estrutura organizativa a estratégia de ter coordenação e direção estadual e também da coordenação e da direção nacional; então, essa estrutura organizativa para mim ela é muito importante porque possibilita que muitas mulheres assumam o comando desta organização autônoma de mulheres; a outra questão importantíssima assim que eu admiro muito são a parte das lutas concretas pelos direitos, porque o movimento de mulheres camponesas tem como metodologia não fazer para as mulheres mas fazer com as mulheres para torná-la sujeitas de suas conquistas e também o processo de formação. A formação que vem também nos diferentes estágios desde o grupo de base, desde a elaboração de materiais desde virtual ou presencial é também buscando sempre, não somente a formação só no movimento de mulheres camponesas, mas também buscando formação no sentido da articulação com outros movimentos feministas, outros movimentos da classe trabalhadora e destacar também que uma coisa que apaixona é a capacidade de ter um pé fincado no local, mas perceber que a luta é planetária no movimento de mulheres camponesas, [...] faz muito bem isso e se articular com as grandes lutas nacionais e internacionais então nós estamos com os movimentos feministas e com a via camponesa que nos articulamos estadual nacional e internacionalmente. (Alface, 2022)

Dona alface faz uma relação muito próxima da sua trajetória enquanto militante do movimento, mas também com a preocupação de como o conjunto das mulheres avance no processo formativo. Dona Alface contribui para a compreensão da necessidade da luta feminista e a luta de classe a nível local, na família, na comunidade mas também a nível nacional e internacional. Ela compreende que o processo de libertação das mulheres e da classe trabalhadora é um projeto de sociedade que precisa ser assumido por todos e todas.

Ao mesmo tempo que Dona Alface relata as lutas históricas do movimento como um processo transformador na sua vida, na vida das mulheres e como uma contribuição necessária para a transformação da sociedade em gênero e classe, relata como as mulheres se organizaram no período de pandemia para dar continuidade às lutas. Dona Alface ainda contribui para o relato do processo formativo que as mulheres construíram na pandemia. Faz menção aos anos de 2020 e 2021 como anos de dificuldades de se encontrar presencialmente para continuidade das lutas em função da pandemia do Covid 19; porém, apesar das suas limitações, as mulheres organizadas no MMC participaram de lutas pontuais que dizem respeito à continuidade do projeto de agricultura camponesa com algumas ações do conjunto da classe trabalhadora;

[...] aqui eu queria dizer a colocar um exemplo com a pandemia e com a luta popular por exemplo se conseguiu fazer com que o governo fizesse, concedesse o auxílio emergencial; foi uma luta árdua e nós os camponeses e organizações camponesas contribuimos e, no entanto, logo que saiu o auxílio emergencial, o governo brasileiro vetou para as pessoas da agricultura familiar e camponesa. Apresentamos um projeto de lei, então, para o auxílio emergencial, para a agricultura familiar e camponesa; ele foi, né, por unanimidade na Câmara e no Senado e, no entanto, o governo vetou no ano de 2021; retomamos, chamamos o PL 823 Assis Carvalho 2, e mais uma vez com toda a luta foi aprovado e o governo vetou, o Bolsonaro vetou novamente. Agora, no final de ano, conseguimos com uma luta bastante árdua, derrubar os vetos mas, vejam só, nós estamos chegando em 2022 e a pandemia foi 2020/2021 e nós continuamos em luta e sem ter o auxílio emergencial para os camponeses e as camponesas. Essa reflexão eu quero fazer para mostrar a importância da luta no sentido de garantir políticas públicas que garantam a possibilidade de que os camponeses as camponesas, todo o povo das águas, do campo, das florestas, tenham condições para produzir alimentos; e isto então nós precisamos desmistificar porque às vezes o perigo que se corre é demonstrar a grandeza da profissão de ser camponesa, mas por outro lado não perceber a dureza de um estado que não reconhece esse trabalho essa importância e não garante políticas

públicas para que se possa produzir e garantir o enfrentamento à fome à miséria e, nesse momento, ao alto preço dos alimentos. (Alface, 2022)

Pontualmente, neste momento as políticas públicas de subsídio às famílias camponesas devem ser um aporte para a produção de alimentos na superação da fome e da miséria. Há uma contradição muito grande entre o discurso do agronegócio da alta produtividade no campo brasileiro e a grande quantidade de pessoas que passa fome. Nesse sentido, os dados mostram que a produção de alimentos no Brasil é desenvolvida pela agricultura familiar e camponesa¹⁷. A luta contra a miséria e a fome é uma pauta do MMC em cuja trajetória, o direito à alimentação de qualidade faz parte da construção da dignidade humana.

Dona Salsa, com muita propriedade de fala, acrescenta novos elementos que somam na luta encampada pelo movimento que almeja conquistas para as mulheres; fala sobre a documentação e a luta pelos direitos previdenciários, pela aposentadoria, salário-maternidade, como lutas conquistadas do movimento em sua trajetória de lutas

[...] Eu participava do processo formativo e na época da campanha de documentação e da luta pelos direitos previdenciários pela aposentadoria salário-maternidade. E assim, na medida em que eu também, assim, fui participando, conhecendo o movimento fui me envolvendo um pouco mais e assumindo também algumas tarefas. Quando eu vim aqui para Quilombo eu continuei participando e daí mais tarde eu comecei então a contribuir mais no coletivo de comunicação do movimento e hoje então eu faço parte do coletivo de formação.[...] então, assim, eu pelo meu tempo de militância no movimento eu, assim, vejo muitas mulheres né e eu também fiz esse processo principalmente de superação, de emancipação da gente se reconhecer enquanto mulher, às vezes submissa, oprimida e cada uma foi buscando diferentes caminhos para se superar, né Então, isso acho que é uma grandeza do movimento e o limite é que as mulheres, assim, a gente tem dificuldade de atingir um público maior né? É por essas situações, pela distância onde as mulheres estão e moram que é no interior, por falta de transporte, por falta às vezes de a gente de se comunicar e às vezes também por falta da própria mulher, assim, ter um apoio para poder sair de casa né. De assumir os trabalhos porque às vezes em casa ela tem a responsabilidade com os animais que precisam do trato, precisa atender, às vezes é os filhos, às

¹⁷ Dados da produção de alimentos: segundo o último censo agropecuário do IBGE, 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros vêm da agricultura familiar. Eles são produzidos em terras pequenas, com geralmente entre 1 e 2 hectares, administradas por pessoas da mesma família que costumam produzir para consumo próprio e vender o excedente' (BBC- News Brasil 25 setembro 2020 disponível em 27/02/2023)

vezes é idosos; então, ela muitas vezes não consegue ter um tempo para ela, para se conhecer, para estudar, para também se formar, para dialogar com outras ... então é um limite do movimento, mas é um limite também da sociedade e da condição que a mulher ocupa na sociedade né? E o limite do movimento é de ter pessoas que consigam se dedicar para assumir as lideranças, para assumir os processos formativos para fazer o trabalho de base, assim, que às vezes a gente tem esse limite né? (Salsa, 2022)

As contradições entre o almejado e o instituído em uma sociedade machista, racista e sexista fica explícito na fala às vezes submissa, oprimida', porém as mulheres buscam no movimento um local de superação. Fica evidente a realidade de isolamento das mulheres quando diz que 'pela distância onde as mulheres estão e moram que é no interior, por falta de transporte'. Por outro lado, aparece a contradição entre o discurso de 'ser liberta' e assumir tantas tarefas domésticas que as mulheres não conseguem participar do Movimento. Dona Cenoura contribui em sua fala do ponto de vista da construção das discussões familiares em relação à participação no Movimento. Relata a experiência pessoal em relação à participação no movimento;

Eu, conforme eu fui aprendendo fui colocando para os filhos, né, e para meu esposo também, né, e a relação deles é muito boa. Eles me apoiam, me apoiam em tudo, apesar que eu tenho uma filha né, ela participava comigo quando era mais nova; hoje, já tem o trabalho dela não pode participar, mas ela sempre me ouve aquilo que eu falo, me apoia, né, e ela também ela é bastante favorável, ela é continuidade que está aí. (Cenoura, 2022)

Quando se trata da participação no Movimento de Mulheres Camponesas, Dona Rúcula diz: "eu gosto porque eu aprendi muita coisa nesses anos do movimento de mulheres camponesas, a gente aprende sobre a semente crioula, resgate da semente crioula, a autoestima da mulher também, a mulher na terceira idade, como se preparar."

Relata os direitos conquistados a partir da luta das mulheres:

tem muito direito conquistado, que nem a aposentadoria das mulheres camponesas, o salário maternidade. Tu acha que isso vem da onde? Veio da luta e da organização das mulheres camponesas desde a questão SUS, não é, foi uma luta né que foi há muitos anos batalhando que foi conseguido. (Rúcula, 2022)

Dona Beterraba comenta sobre as questões de participação das mulheres no MMC:

Eu penso e sofro com as mulheres que moram sempre mais no interior nos fundão, que não têm essa chance que eu tive de aprender a dirigir, de poder se deslocar, de poder se encontrar com as outras mulheres e delas poder desabafar, e entendo, eu sempre digo, quem entende a mulher é a própria mulher que desde um ombro, do ombro amigo, de uma depressão que ela está sofrendo, às vezes, não tem com quem desabafar e se torna uma terapia um lugar de reencontro e de encontro das mulher. Porque isso faz falta e com certeza as mulheres que passam por essa, por esse restrito, aquele assim, não vem à palavra exatamente, mas é são recalçadas, são exploradas, são isoladas de tudo, né, então o que geralmente o que o marido fala, o que o marido organiza, o que o marido impõe, não que organiza, o que o marido impõe ela tem que ser submissa. Ela não tem aquela facilidade de ver outras oportunidades é “não isso tá errado mas temos que sentar junto, eu também penso, eu também sei trabalhar, também trabalho contribuo para isso”. Então, elas ficam sempre à mercê e a gente vê que elas sofrem muito e a gente sofre por isso também que a gente gostaria de todas pudessem ter essa oportunidade. E essa oportunidade muitas vezes é fornecido nesses grupos de entrosamento de informação que a gente tem, que acontece no movimento, então assim, elas é a gente sente falta muita falta desse encontro com mulheres, então para nos entender para nos formarmos são conhecimentos repassados, se não repassa ou não ouve outras opiniões você fica em AV, fica devendo no caso.(Beterraba, 2022)

A partir dessa fala de dona Beterraba podemos compreender que as mulheres estudadas se encontram em situação de isolamento e solidão, em que o distanciamento físico, chamado por ela como “fundão”, contribui para o seu isolamento, contribuindo inclusive para a construção de processos de depressão. No momento da entrevista, Dona Beterraba tratou dessa questão com muita tristeza quando ela se referiu à solidão. O que se pode compreender é que o movimento, mais do que um espaço para reivindicação de direitos, é também um espaço de realização e reconhecimento social, tendo em vista que é no lugar do movimento que elas se encontram, trocam experiências e afetos.

Dona Beterraba acrescenta ainda, em relação à forma organizativa:

Assim, a gente tem um grupo é formado de lideranças de uma direção, da direção tem a, tem a base que com o poder na base, na formação, na ajuda também pensar o financeiro com sua independência financeira para ter os troquinhos para poder sair para os encontros, para ajudar um pouco com as despesas para não tirar sempre do bolso e também ao grande foco da arrecadação financeira a gente fazia sempre um encontro maior no município e na regional também era dali a gente se doava os ingredientes para fazer um almoço, fazer uma janta coisa assim daí o consumo que era arrecadado retido na organização para mais informação, para ter acesso, para sair também para gente pegar buscar mais informação, com informação, com até mesmo reivindicações porque a gente sabe que as mulheres sempre reivindicaram pelos direitos e muitos direitos foram conseguidos através dessas reivindicações, então eu sempre vou viver eu acho muito válido isso. Se ela se organiza e

exigem elas conseguem a partir do momento que elas começam a se acomodar ninguém vai dizer “oh elas precisam disso” a gente é que tem que, tem que partir da gente essa iniciativa de “eu preciso, eu tenho que aprender mais, eu tenho que me entrosar mais” e essas coisas que cuida mulher desenvolver. (Beterraba,2022)

O que se pode compreender é que o movimento tem os processos organizativos definidos e busca o seu autossustento e remete a tarefa das próprias mulheres essa tarefa organizativa como processo formativo.

O processo educativo caracterizando a educação popular vivenciado pelas mulheres camponesas do Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina perpassa o tripé da existência do MMC que é a formação, as lutas a organização e este se apresenta nas diferentes instâncias organizativas, desde os grupos de base até a direção nacional. São essas formas de fazer que elas vão descobrindo juntas às opressões de gênero e classe que ainda perpassa a sociedade patriarcal, machista, racista e capitalista.

O reunir-se é que possibilita fazer os processos formativos das teorias e as práticas vivenciadas. O que acontece é uma educação libertadora que transforma seu ser, seu jeito de ver a vida e, com isso, transforma suas famílias e a comunidade onde vivem, pois suas ações já são outras.

Por fim, as mulheres camponesas, com sua cultura, suas experiências, seus modos de vida, aprendem, ensinam e trocam seus conhecimentos e saberes, suas contradições e desafios, suas práticas e suas lutas e vão construindo uma forma de viver desafiando e enfrentando o sistema patriarcal machista, racista e capitalista. Essas formas e modos de vida vão desbravando a libertação das mulheres construídas dia a dia.

É HORA DE COLHER: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O presente estudo teve como objetivo compreender como e se as práticas educativas dos movimentos sociais da Via Campesina, em seus processos formativos contribuem para a formação das mulheres camponesas como sujeito na sua práxis cotidiana. Buscou-se também compreender como se expressa educação popular como “ferramenta” para a práxis educativa assumida pelas mulheres camponesas do Movimento de mulheres Camponesas. Essa pesquisa orientou-se pela seguinte pergunta: quais os sentidos atribuídos por um grupo de mulheres em relação à formação promovida pela Via Campesina quanto à promoção de sua emancipação e libertação enquanto mulher em seu cotidiano, tanto nos aspectos políticos, e econômicos como sociais e culturais?

Após todo o caminho percorrido para a produção deste estudo, defende-se a tese de que a formação promovida pelo Movimento de Mulheres Camponesas demonstrou contribuir, de forma efetiva, para a emancipação e libertação das mulheres nele inseridas, tanto nos aspectos políticos e econômicos como nos sociais e culturais. Constatou-se, também, que a educação popular fundamentada em Paulo Freire se constitui em aspecto central na organização dos processos formativos dessas mulheres, na medida em que a metodologia formativa do movimento se orienta pelos pilares centrais da pedagogia freiriana, quais sejam: dialogicidade, problematização, ser mais práxis. O estudo demonstrou, por meio da fala das próprias mulheres inseridas nos processos formativos do movimento que a perspectiva libertária e emancipadora proposta por Paulo Freire e pelo projeto formativo do Movimento, é compreendido pelas mulheres em suas relações cotidianas, seja nos espaços familiares, nos espaços comunitários, nas relações produtivas ou nas lutas sociais.

Pode-se afirmar que a educação popular que as mulheres camponesas organizadas no Movimento de Mulheres Camponesas assumem em seus processos formativos aproxima-se em suas diversas dimensões propostas pelo método freiriano da formação dialógica e problematizadora. É a partir do

reconhecer-se como sujeitos transformadores que transformam a si mesmas, as outras, os outros e a sociedade, que essas mulheres agem cotidianamente, transformando seu cotidiano e na luta pela emancipação feminina em seu sentido mais globalizante.

A construção assumida pelas mulheres apresenta uma nova cultura, mudando as formas de se organizar e relacionar dentro do grupo de que fazem parte. Valorizam o encontro, o bate papo, a troca de experiências, o estudo coletivo construído por elas mesmas, valorizando, assim, sua própria história e memória, sempre refazendo-se e buscando a superação de suas próprias dificuldades. Evidenciamos que se estão construindo novos modos de vida a partir da experiência vivida por essas mulheres que, dessa forma, desenvolvem resistências e enfrentamentos ao modelo de sociedade capitalista, machista, racista, patriarcal e excludente, propondo novas relações, tanto nos aspectos sociais, como entre mulher/homem e natureza.

Isso tem evidência e relevância nas análises das teorias abordadas ao longo deste estudo, em especial na perspectiva de Freire (1987), Carlos Brandão (2006), Conceição Paludo (2005), Catiane Cinelli, Isaura Conte, Noeli Valentina Weschenfelde (2018), que, sobretudo, estão representados nas falas das mulheres no decorrer deste estudo. Essas agentes expressam com propriedade as práxis realizadas a partir das teorias estudadas e construídas no coletivo, fomentando novas pautas e os processos de lutas do movimento.

Por meio de suas falas, as mulheres entrevistadas compartilharam que, além de suas histórias de vida em meio a uma sociedade patriarcal, machista, racista e opressora, há um movimento que articula, impulsiona e anima essas agentes na busca de seus direitos individuais como mulher mas, sobretudo, uma luta coletiva que propõe uma mudança profunda na sociedade em relação às transformações de gênero e de sociedade, nas quais homens e mulheres transformam, de forma contínua, a si mesmos e a própria sociedade. Nesse sentido, as metodologias da educação popular têm seu sentido mais profundo para pensar essas mudanças, pois que se fundamentam na práxis.

Como resultado deste estudo, conseguimos aprofundar um pouco mais acerca do método e da metodologia da educação popular, articulando sua

perspectiva teórica, como o materialismo histórico, por considerar que este método, enquanto teoria filosófica, crítica e científica, busca compreender a realidade a partir de suas perspectivas históricas, sociais e produtivas. Nesse sentido, a realidade objetiva é constituída fundamentalmente pelas relações concretas e objetivas que constituem a existência humana em seu próprio processo material, e não por ideias abstratas acerca do ser social. Por meio dessa perspectiva, compreendemos que as condições materiais se constituem como base (WILLIAMS, 2011) fundamental para a compreensão da história e da sociedade e, por conseguinte, da existência dos seres humanos e, nesse caso, das mulheres especificamente. Isso não significa que tal método ignore ou negligencie os aspectos subjetivos que compõem o real, pois, em especial a partir de Gramsci (1891-1937), da Escola de Frankfurt (1923 e anos seguintes), da Escola de Birmingham (1964 e anos seguintes), todos com base na filosofia marxista, as questões da cultura e da subjetividade ganham lugar importante no método criado por Marx e Engels. O próprio desenvolvimento histórico do materialismo histórico e dialético deu as bases filosóficas para a constatação da importância da subjetividade na construção do real.

Sendo assim, no desenvolvimento do próprio Método, a própria história é compreendida como processo contínuo de mudanças materiais, sociais, políticas e culturais que, impulsionado pelas forças produtivas e pelas relações sociais de produção, constroem novas relações entre mulheres/homens e natureza; homens e mulheres; mulheres e mulheres.

Fundamentados em tal método, constatamos que a própria história do Movimento investigado e das mulheres participantes desta pesquisa, no que diz respeito às pautas de lutas, mudanças de hábitos, velhas e novas conquistas, são impulsionadas por conflitos entre as classes sociais, que surgem devido às contradições entre as forças produtivas e as relações sociais de produção típicas de um mundo capitalista, desigual e excludente.

Por meio das entrevistas das mulheres participantes da pesquisa, podemos constatar, ainda, que a realidade dessas agentes é caracterizada por contradições e conflitos, desde o seu cotidiano mais imediato (local) até sua dimensão mais global, e que é no interior de tais contradições que o próprio Movimento e as mulheres agem com vistas a sua transformação, libertação e

emancipação. E que o processo formativo desenvolvido pela e para 'as mulheres, fundamentado nos princípios da Educação Popular, contribui de forma efetiva para que tais agentes compreendam essa dimensão de suas realidades, condicionadas e mediadas por uma sociedade dividida em classes.

Ou seja, essas agentes buscam a transformação de seu cotidiano no que diz respeito à cultura machista, racista e patriarcal construída historicamente no mundo e, em especial, no Brasil, em uma condição de classe produzida pelo capitalismo contemporâneo. Mas não perdem a dimensão da necessidade de construir uma nova dimensão acerca da relação entre os sujeitos com os meios de produção e, no caso desses, a terra e as formas de lidar com a terra, no enfrentamento cotidiano, das divisões sociais do trabalho impostas, tanto pelos modos de produção historicamente excludentes, como pelas culturas machistas, racistas e patriarcais.

Assim, o materialismo histórico-dialético, nos proporcionou iniciar nossa pesquisa partindo da realidade concreta na qual vivemos, no caso, a das camponesas inseridas no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Isso nos levou a teorizar sobre educação popular como práxis formativa na emancipação das mulheres da Via Campesina, trazendo a história de luta dessas agentes. E voltamos à realidade, formando assim uma compreensão enquanto práxis, comprovando a eficácia do método na pesquisa. Os instrumentos utilizados, por meio das entrevistas semiestruturadas e dos questionários, foram determinantes para a coleta de dados e a possibilidade da construção da tese, o que também possibilitou conhecer melhor a realidade das mulheres, camponesas.

Este estudo nos possibilitou compreender que a emancipação das mulheres só poderá ocorrer se houver uma formação fundada nos princípios da práxis, que se dá por meio de um conjunto teórico consistente, que se relacione diretamente com a prática cotidiana das mulheres, que proporcione consciência do seu papel enquanto mulher na sociedade, ou seja, o de sujeitos.

Compreende-se como práxis a atividade social conscientemente dirigida com objetivos definidos, o que engloba categorias fundamentais, sendo: transformação do meio ambiente e das condições naturais da vida humana;

criação de formas e intuições da vida humana em sociedade, a comunicação, o trabalho e a cooperação. A partir de Paulo Freire (1987), podemos compreender a práxis enquanto ação reflexiva e crítica que une teoria e prática na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, enquanto capacidade de agir sobre a realidade para transformá-la, levando em conta as relações de poder e a luta pela libertação dos oprimidos. A práxis é, portanto, uma forma de ação consciente, baseada na reflexão e na análise da realidade, que busca transformá-la em direção a um mundo mais justo e democrático. Percebemos então que a metodologia do movimento se fundamenta em tal perspectiva, na medida em que sua pedagogia se faz crítica, ao colocar as mulheres educandas no centro do processo educativo, como agentes ativas e transformadoras de sua realidade e, do próprio objeto de estudo nos momentos de formação.

A partir das análises das entrevistas, constatou-se que as lutas coletivas travadas pelas mulheres pesquisadas materializaram o reconhecimento do 'ser camponesa e feminista'; dentre outras conquistas, o direito a reconhecimento da profissão de trabalhadora rural, dos direitos previdenciários, do direito a documentação entre outros. Ao propor um novo projeto de agricultura para o Brasil baseado nos princípios da agroecologia e um novo modelo de sociedade com a premissa da dignidade humana de homens e mulheres, essas mulheres colocam em prática, com vistas à transformação produtiva, o que problematizaram e aprenderam nos momentos formativos.

Elas se assumem enquanto camponesas, tendo claro que o fato de serem camponesas aponta para quem constrói, coletivamente, a luta no campo. Consideram que, assumir-se como tal, a partir do MMC, exige uma luta que problematiza a realidade do campo, que discute o feminismo camponês e popular a partir da realidade de quem vive no e do campo. O que se pode afirmar é que ser camponesa assumindo o campesinato é de grande relevância política, social e cultural, pois reafirma o lugar que a mulher ocupa na sociedade como protagonista das lutas coletivas na emancipação de si e das outras.

A proposta transformadora do Movimento de mulheres Camponesas só é possível com as lutas estabelecidas e travadas na sociedade permitindo rupturas no modelo hegemônico; isso se materializa na experiência prática das mulheres camponesas. A necessidade das mulheres de lutarem pelos seus direitos

evidencia que há na sociedade uma exploração em função da própria condição de gênero, pelo simples fato de ser mulher, pobre e camponesa. O que se constata é que todas elas viveram uma história de submissão e desvalorização, em um mundo machista, racista e patriarcal, de tudo o que vem do mundo feminino. As mulheres engajadas, porém, nos processos de luta e de formação aprenderam a não aceitar o 'ser menos' enquanto condição humana e, feminina. Demonstram que, é a partir dos processos de luta, formação e organização que se concretiza o 'ser mais'.

O patriarcado, o machismo e o modelo capitalista de produção são compreendidos como construções históricas, e, enquanto tal, passam a ser entendidos como relações que podem ser desconstruídas, transformadas, no intuito de se construírem novas relações de complementaridade e solidariedade, superando a opressão que caracterizava as relações anteriores. Assim, elas vão modificando-se no mesmo processo em que modificam o ambiente e o próprio Movimento do qual fazem parte, sendo que também este foi construído por elas.

O estudo evidencia que as mulheres investigadas, com sua cultura, sua experiência e seus modos de vida, aprendem, ensinam e trocam seus conhecimentos e saberes em meio a suas práticas de luta por uma outra forma de viver em sociedade com mais solidariedade. Essa construção se dá com resistência e enfrentamento ao sistema societário capitalista e patriarcal, identificam que esse modelo não serve para as trabalhadoras, querem construir outras formas de viver que possibilite a libertação da exploração e opressão sofridas por serem mulheres e pobres.

Os processos formativos partem do local onde as mulheres vivem e se articulam também a instâncias organizativas do movimento e se articulam e contribuem com outras organizações de mulheres e movimentos mistos do Brasil e a nível mundial, compreendendo, desse modo, que a necessidade de transformação não é isolada, mas necessária no mundo; esse é um processo dialético e um movimento histórico.

Constatamos que no desenvolvimento da formação do Movimento, fundamentado na educação popular, há um processo pedagógico que envolve os conhecimentos empíricos das camponesas, mas há também conhecimentos

científicos que fundamentam o 'ser mais'. Tais conhecimentos estão entrelaçados entre os cursos, encontros, assembleias, reuniões e, sobretudo, compreendem que o processo de lutas pelos direitos das mulheres e da classe trabalhadora é educativo, promovendo a formação no seu sentido mais profundo. Confirma-se, desse modo, que teoria e prática, juntas, resultam na práxis do processo educativo, que vai transformando a vida das mulheres na cultura, na produção e no viver. Como educadoras, nesse processo, ensinam até nas simples conversas ou no plantio da horta. O processo educativo vivenciado pelas camponesas, de reunir-se, de estarem juntas e discutirem sobre suas vidas, descobrindo como chegaram a uma situação de opressão para dela se libertar. O reunir-se, que possibilita falar sobre seus processos e experiências de vida, de produção, de relações, de violência ... do dia a dia, de vida, buscam construir outra forma de viver, aprendendo com as experiências das companheiras. O que acontece é uma educação libertadora que transforma seu ser, seu jeito de ver a vida e, com isso, transforma suas famílias e a comunidade onde vivem, pois suas ações já são outras.

As mulheres aprendem e ensinam na prática do dia a dia , colocando-se como parte do processo formativo. Há trocas nesse processo; é uma relação harmoniosa com as pessoas, com as sementes, com a terra, com as plantas, com as águas... As aprendizagens são múltiplas; Mulheres aprendem a cuidar do ambiente, a cuidar da natureza, a respeitar as companheiras, a serem solidárias, a saírem de casa sem pedir permissão e compreendem, cada vez mais a necessidade de fazer a luta coletiva na busca dos direitos da mulheres e pela transformação da sociedade. A colheita que fazemos nesse ciclo nos permite afirmar nesta nossa tese: a libertação da mulher é obra da própria mulher e a educação popular em sido a práxis formativa na emancipação de mulheres da Via Campesina. Suas práticas educativas em seus processos formativos contribuem para a formação das mulheres camponesas como sujeito na sua práxis cotidiana. As experiências de resistência e de enfrentamento das mulheres camponesas do MMC, diante do sistema capitalista e patriarcal, para além de serem constituidoras de novos aprendizados, indicam também, as possibilidades de construir outros modos de vida e, quem sabe, nesse processo de contínuo aprendizado, as mulheres camponesas possam, ao buscar libertar-

se, libertar com elas seus companheiros, sem os quais não caminhariam, juntos, porque trabalhadoras/es, no rumo da emancipação humana.

Neste caminhar pela busca das contribuições dos processos formativos, transformadores que se materializam na falas das mulheres entrevistadas, observam-se algumas contradições evidentes: vive-se em uma sociedade machista, racista e patriarcal que se aprofunda com o modelo capitalista de produção, onde as mulheres camponesas se contrapõem a essa situação, tendo o movimento como a 'ferramenta' organizativa transformadora da realidade. Entretanto, a despeito de toda sua luta no movimento e da construção de suas percepções enquanto sujeitos de direitos e pela igualdade de gênero, a cultura machista, racista e patriarcal ainda se expressa em seu próprio cotidiano, inclusive em seus espaços domésticos. O que representa que os processos formativos, por mais importantes que sejam na construção de uma nova consciência humanitária e emancipadora, ainda não se fazem suficientes para modificar hábitos arraigados por séculos na cultura brasileira.

Há um discurso instaurado nas falas das mulheres entrevistadas, que tem como centralidade a 'libertação' e elas se identificam como 'ser liberta'; por outro lado, são perceptíveis em suas falas situações em que lhes falta tempo para participar do movimento em função das tarefas assumidas, na casa, na unidade produtiva, no cuidado da família. Ou seja, o trabalho do 'cuidado' com cada um e cada uma, o 'quintal', ainda é feito, na sua grande maioria pelas mulheres, ou seja, o cuidado da casa, das crianças, dos doentes, dos arredores da casa, das hortas entre outros. Por mais que haja muitas experiências evidentes da partilha desse trabalho, são as mulheres, na sua grande maioria, que os assumem.

Pode-se perceber que as mulheres entrevistadas têm uma caminhada organizativa no Movimento, algumas históricas e da linha de frente das estratégias gerais para o campo, da classe trabalhadora, tendo uma compreensão bastante rebuscada de todo o processo das lutas de classes. Uma indagação que a pesquisa aponta como persistente é se o conjunto das mulheres, em diferentes instâncias organizativas, compreende a dimensão das lutas de gênero a partir dos processos formativos e, em especial, como a questão de gênero é abordada pelo conjunto dos movimentos camponeses para além das instâncias de participação das mulheres, ou seja, para os homens do Movimento,

o processo de emancipação da mulher é compreendido como processo de libertação humana?

Ou seja, este estudo aponta para o desafio de continuidade da investigação no sentido de avançar na compreensão de como os processos formativos chegam na totalidade de homens e mulheres do campo tendo em vista a transformação humana na busca do 'ser mais', reafirmando a dignidade humana, expressa na igualdade entre homens e mulheres, na superação da sociedade de classes que desumaniza camponeses e o povo, em sentido amplo.

Referências Bibliográficas

ÁLVAREZ GONZÁLEZ, Ana Isabel. **As origens e a comemoração do dia internacional das mulheres**. São Paulo: Expressão Popular, SOF – Sempre Viva Organização Feminina, 2010. ALVES, Maria B.;

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Gestão democrática: recuperar sua radicalidade política**. In: CORREA, Bianca Cristina; GARCIA, Teise Oliveira (Orgs.). Políticas educacionais e organização do trabalho na escola. São Paulo: Xamã, 2008. p. 39-56.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Pedagogias em movimento – o que temos a aprender dos Movimentos Sociais?** Currículo sem Fronteiras, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 28-49, jan./jun. 2003.

ARROYO, Miguel. Disponível em : **Pluralidade como condição para educação integral** <https://educacaointegral.org.br/reportagens/miguel-de-arroyo-pluralidade-como-condicao-para-educacao-integral/>. Acesso em: 07/09/2020, Publicado dia 23/11/2018

ARROYO, Miguel. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=zs_dlEMq6UonI. Acesso em: 01/09/2020, publicado em 10 de out. de 2017

BATISTA, M. DO SOCORRO XAVIER. **Os desafios dos movimentos sociais frente à globalização**. In: Anais do XVI Encontro de Pesquisa em Educação do Norte e Nordeste - EPENN, no GT Educação e Movimentos Sociais, realizado em Aracajú/Se, em junho de 2003.

BATISTA, Maria do Socorro Xavier. **Educação Popular Em Movimentos Sociais: Construção Coletiva De Concepções E Práticas Educativas Emancipatórias**. <file:///C:/julci/Desktop/textos%20indicados%20pela%20banca/Maria%20do%20Socorro%20Xavier.pdf>

BATISTA, Maria do Socorro Xavier. **Educação Popular Em Movimentos Sociais: Construção Coletiva De Concepções E Práticas Educativas Emancipatórias**. <file:///C:/julci/Desktop/textos%20indicados%20pela%20banca/Maria%20do%20Socorro%20Xavier.pdf>

BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo. Ed.1ª. Editora Nova Fronteira. 2016

BETTO, Janaina. PICCIN, Marcos Botton. **AS JOVENS NO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS/SC: SOCIALIZAÇÃO, TRAJETÓRIAS E IDENTIDADE COLETIVA**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. ASSUMPÇÃO, Raiane. **Cultura Rebelde Escritos sobre a educação popular ontem e agora**. Editora e Livraria Instituto Paulo Freire. São Paulo. 2009

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O Que é Educação Popular**. 2006

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação Popular**. Editora Brasiliense, 1984.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 27. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992. 116p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CALAÇA, M., CONTE, I. I., & CINELLI, C. (2018). Feminismo **camponês e popular: uma história de construções coletivas**. Rev. Bras. Educ. Camp. Tocantinópolis v. 3 n. 4 p. 1156-1183 set./dez. 2018 ISSN: 2525-4863. 2018

CALAÇA, Michela .CONTE,Isaura Isabel. CINELLI Catiane. **Feminismo Camponês e: uma história de Construções coletivas**. Popular Revista Brasileira de Educação do Campo. Vol 04. 2018 Tocantinópolis.

CALAÇA, Michela; CINELLI, Catiane; CONTE, Isaura, **Feminismo camponês e popular: Uma história de construção coletivas**, vol. 3, nº 4, Dossiê: Epistemologia de “nosotras”: mulheres do campo, das águas e das florestas, Revista Brasileira de Educação do Campo, 2018. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/4993>. Acesso em 26 dez. 2018.

CARO, Pamela. **Feminismo campesino y Popular: Autonomías y soberanías**. Santiago, Chile: Cloc, 2010.

CHAUI, Marilena. **Conformismo e Resistência: Aspectos da Cultura Popular no Brasil**. 4ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1989.

CINELLI, Catiane; CONTE, Isaura Isabel; WESCHENFELDER, Noeli Valentina. **Educação Popular no Movimento de Mulheres Camponesas do Rio Grande do Sul**. Disponível em: http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2010/Educacao_e_Movimentos_Sociais/Trabalho/07_36_27_Educacao_Popular_no_Movimento_d_e_Mulheres_Camponesas_do_Rio_Grande_do_Sul.PDF. Acesso em 25 de abril de 2013.

CLOC- Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. **Quienes somos?** 2010. Disponível em: <http://www.cloc-viacampesina.net/informacion-general/quienes-somos>. Acesso em: 14 de nov. de 2020.

CONTE, Isaura Isabel, **Aprendizados da luta: Mulheres camponesas do Brasil e indígenas do México**, 1ª ed, Ed. Appris, Curitiba, 2018.

CONTE, Isaura Isabel. **O Feminismo Camponês**. Mulheres em Luta. Edição 4. 2007 [O feminismo camponês - Le Monde Diplomatique](#)

CONTE, Isaura Isabel; MARTINS, Mariane Denise; DARON, Vanderléia Pulga, **Movimento de Mulheres Camponesas: Na luta a constituição de uma identidade feminista, popular e camponesa**, In. **Mulheres resistência e luta em defesa da vida**, Org. Conceição Paludo, CEBI, São Leopoldo, 2009, pp. 86-132.

COSTA, Francisco de Assis. CARVALHO, Horacio Martins de. **Campesinato**. In: Dicionário da Educação do Campo. Organizado por: CALDART, Roseli Salete. PEREIRA, Isabel Brasil. ALENTEJANO Paulo. FRIGOTTO, Gaudêncio. (org)... Editora: Expressão Popular. Rio de Janeiro São Paulo . Editora: Expressão Popular. 2012

DUARTE, Aldimar Jacinto. **A ação dialógica de Paulo Freire e os processos formativos em contextos de resistência**. In: FRAGMENTOS DE CULTURA, Goiânia, v. 31, n. 4, p. 759-771, 2021

FARIA, Edilamar Rodrigues De Jesus E. **Trajetórias Formativas De Mulheres Contempladas Pelo Phis Em Anápolis-Go (2009-2014), Na Luta Pela Casa Própria**. 2001

FÁVERO Osmar; SOARES JÚNIOR Everaldo Ferreira. CEPLAR - Campanha de Educação Popular (Paraíba, 1962-1964). Educação e realidade, Porto Alegre, v. 17, n. 02, jul./dez., 1992. ISSN 0100-3143. Disponível em:. Acesso em: 14 set. 2020.

FERNANDES. Florestan. **Mudanças Sociais no Brasil**. 4ª Edição. Editora Global. São Paulo. 2008

FLORESTA, Nísia. **Direito das Mulheres e Injustiça dos homens**. 1931

FORÉS, Estefanía García. El Feminismo campesino y popular de las mujeres de la coordinadora latinoamericana de organizaciones del campo. Género, Agroecología y soberanía alimentaria perspectivas eco feministas: Icaria editora, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
FREIRE, P. **Política e educação**. Indaiatuba: Villa das Letras Editora, 1993^a

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 3.ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. São Paulo-SP: Editora Paz e Terra, 1997;

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf/pedagogia_do_oprimido.pdf. Acesso em: 06 set. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 63. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017b

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo : Editora Paz e Terra;32ª edição. 2002

FREIRE, Paulo. SHOR. Ira. **Medo ou Ousadia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986

GADOTTI, Moacir . **A Voz do Biógrafo Brasileiro: A prática a altura do sonho**. IN: GADOTTI, Moacir (Org.). Paulo Freire. Uma Biobibliografia. São Paulo: Cortez Editora / Instituto Paulo Freire, 1996.

GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth, **Pedagogia da Semeadura: A construção de saberes pelo Movimento de Mulheres Camponesas no programa de sementes crioulas**, Ed. Dialogar, São Paulo, 2018. GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. São Paulo: Cortês, 2010.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos sociais e educação**. 8. ed. São Paulo: Cortês, 2012.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. São Paulo: Cortez, 2010.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política**. São Paulo: Cortez, 1999. (2005, 3. Ed)

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

Gomes, Rodrigo Lima Ribeiro. **SENTIDOS DA EDUCAÇÃO POPULAR NA HISTÓRIA BRASILEIRA** Universidade Federal Fluminense (IEAR-UFF) Angra dos Reis, RJ, Brasil DOI: <https://doi.org/10.22409/mov.v7i12.34733>. 2020

GONH. Maria da Gloria. **500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGS e terceiro setor**. Rev. Mediações. Londrina, v.5, n.1, p. 11-40, jan/jun 2000

GONH. Maria da Gloria. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez Editora, 6ª edição, 2002 GÖRGEN, Frei Sérgio. **Os Novos Desafios da Agricultura Camponesa**, 2004.

GUHUR Dominique Michèle Periotto. TONÁ, Nilciney. **Agroecologia**. In: Dicionário da Educação do Campo. Organizado por: CALDART, Roseli Salete. PEREIRA, Isabel Brasil. ALENTEJANO Paulo. FRIGOTTO, Gaudêncio. Editora: Expressão Popular. Rio de Janeiro São Paulo. Editora: Expressão Popular. 2012

<https://mmcbrazil.org/home/historia/> disponível em 27/02/2023

<https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus> disponível em 27/02/2023

https://www.youtube.com/watch?v=zs_dIEMq6Uonal

Disponível em

01/09/2020, publicado em 10 de out. de 2017

LACLAU, Ernesto. **Os Novos Movimentos Sociais E A Pluralidade Do Social** http://anpocs.com/images/stories/RBCS/02/rbcs02_04.pdf

LIMA Clara Regina Medeiros. PEREIRA Glaciene Valeiro. **Agricultura Camponesa e agronegócio**. In: Feminismo Camponês Popular: Reflexões a partir de resistência do Movimento de Mulheres Camponesas. Organizado por: MEZADRI, Adriana Maria. CIMA, Justina. TABORDA, Noeli. Ed.1ª. Editora Expressão Popular. São Paulo. 2020

LIMA, Carla Regina Medeiros. PEREIRA. Glaciene Vareiro. **Agricultura Camponesa e Agronegócio: Mulheres em resistência**. MMC Brasil. História. Disponível em: (<https://mmcbrazil.org/home/historia/> Acesso em: 27/02/2023)

LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981

LUSA. Mailiz Garibotti. **MOVIMENTOS SOCIAIS E MULHERES: identidades e lutas**. VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas. 2017

LVC – La Via Campesina, **Declaração I Conferencial Internacional da Via Campesina**, Disponível em: <https://viacampesina.org/en/mons-declaration/>. Acesso em: 13 de Nov. de 2020.

LVC – La Via Campesina, **La voz de los campesinos internacionales: Globalizando la esperanza, globalizando la lucha**, Disponible em: <https://viacampesina.org/en/international-peasants-voice/>. Acesso em: 14 de nov. de 2020.

MARX, Karl. **A questão judaica**. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2002.

MASCARENHAS, Ângela Cristina Belém. **Educação para além da escola, o caráter educativo dos movimentos sociais**. In: PESSOA, Jadir de Moraes (org.). **Saberes do nós: ensaios de educação e movimentos sociais**. Goiânia: Ed. da UCG, 2004.

MEZADRI, Adriana Maria. **A construção do feminismo no Movimento de Mulheres Camponesas**. 2014 [texto impresso].

MEZADRI, Adriana Maria. CIMA, Justina Inês. GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth. COLLET, Zenaide. TABORDA, Noeli Welter(Org). **Feminismo Camponês Popular: Reflexões a partir de experiências no Movimento de mulheres camponesas**. 1ª edição. Outras expressões. São Paulo.2020

MMC Brasil. História. Último acesso em: 06 fevereiro 2023. (<https://mmcbrazil.org/home/historia/>)

MMC Brasil. **Movimento de Mulheres Camponesas**. Disponível em: <https://www.mmcbrazil.com.br/site/node/46>. Acesso: 30/12/2020

MOLINA, Mônica Castagna. SÁ, Lais Mourão. **Educação do Campo**. In: Dicionário da Educação do Campo. Organizado por: CALDART, Roseli Salete. PEREIRA, Isabel Brasil. ALENTEJANO Paulo. FRIGOTTO, Gaudêncio. Editora: Expressão Popular. Rio de Janeiro São Paulo. Editora: Expressão Popular. 2012

MOLINA. Mônica C. Educação Do Campo: História, Práticas E Desafios No Âmbito Das Políticas De Formação De Educadores – Reflexões Sobre O Proneiro E O Procampo. Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v.22, n.2, p.220-253, jul./dez.2014

MUNARINI, Ana Elsa. CINELLI, Catiane. CORDEIRO, Rosângela Piovizani. **As lutas Camponesas: da invisibilidade para sujeitos de direito**. In: **Feminismo Camponês Popular: Reflexões a partir de experiências no Movimento de mulheres camponesas**. MEZADRI, Adriana Maria. CIMA, Justina Inês. GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth. COLLET, Zenaide. TABORDA, Noeli Welter(Org 1ª edição. Outras expressões. São Paulo.2020

Movimento de Mulheres Camponesas - MMC Brasil. **FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR**. MDA Comunicação Integrada. Outubro de 2018

MURARO, Rose Marie. **A mulher no terceiro milênio: uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro**. 8 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2002.

NEVES, Delma Peçanha. **Agricultura Familiar**. In: Dicionário da Educação do Campo. Organizado por: CALDART, Roseli Salete. PEREIRA, Isabel Brasil. ALENTEJANO Paulo. FRIGOTTO, Gaudêncio. Editora: Expressão Popular. Rio de Janeiro São Paulo. Editora: Expressão Popular. 2012

OLDIGES, Monica Maria Tourinho. **O Movimento Das Mulheres Camponesas, A Educação Do Campo E Práticas Educativas –Regional Erechim 2013 (5).pdf (ufsm.br)** [http://Regional_Erechim_2013 \(5\).pdf \(ufsm.br\)](http://Regional_Erechim_2013(5).pdf(ufsm.br))
[Organização e Lutas - MMC - Movimento de Mulheres Camponesas \(mmcbrazil.org\)](http://mmcbrazil.org) [http://MMC - Movimento de Mulheres Camponesas \(mmcbrazil.org\)](http://MMC - Movimento de Mulheres Camponesas (mmcbrazil.org)) (disponível em 09/01/2023)

PALUDO, C. Educação Popular e Movimentos Sociais. Julho de 2005

PALUDO, C. **Movimentos Sociais e Educação Popular: Atualidade do legado de Paulo Freire.** nov. 2008.

PALUDO, Conceição(org.) **Mulheres resistência e luta em defesa da vida.** CONTE, Isaura Isabel. MARTINS, Mariane Denise. DARON, Vanderléia Pulga: **Movimento de Mulheres Camponesas: na luta a constituição de uma identidade feminista, popular e camponesa.** São Leopoldo. CEBI. 2009

PALUDO, Conceição. DARON, Vanderleia Pulga. **Movimento de Mulheres Camponesas/Brasil.** In: Dicionário da Educação do Campo. Organizado por: CALDART, Roseli Salete. PEREIRA, Isabel Brasil. ALENTEJANO Paulo. FRIGOTTO, Gaudêncio. (org)... Editora: Expressão Popular. Rio de Janeiro São Paulo . Editora: Expressão Popular. 2012

PALUDO, Conceição. **Educação Popular Como Resistência E Emancipação Humana.** Cedes, Campinas, v. 35, n. 96, p. 219-238, maio-ago., 2015

PALUDO, Conceição: **Educação Popular.** In: Dicionário da Educação do Campo. Organizado por: CALDART, Roseli Salete. PEREIRA, Isabel Brasil. ALENTEJANO Paulo. FRIGOTTO, Gaudêncio. (org)... Editora: Expressão Popular. Rio de Janeiro São Paulo . Editora: Expressão Popular. 2012

PESSOA, Jadir de Moraes (org.). **Saberes do nós: ensaios de educação e movimentos sociais.** Goiânia: Ed. da UCG, 2004.

PINTO, Suênia. MONTENEGRO, Sandra. **Pedagogia Feminista: O Caso do Programa de Formação Sociopolítica “Cidadania e Direitos das Mulheres”.** <https://www.ufpe.br/documents/39399/2405255/PINTO%3B+MONTENEGRO++2015.2.pdf/23615f84-4942-4544-aa96-a6e13e3dff02>

PITANGUY, Jaqueline. **O que é feminismo.** São Paulo: Brasiliense, 2007.

RODRIGUES, Sandra Marli da Rocha, **Agroecologia e sua materialidade na vida das mulheres camponesas,** In: Mulheres camponesas: Semeando agroecologia, colhendo saúde e autonomia, PULGA, Vanderléia Laodete; CALAÇA, Michela; CINELLI, Catiane; SEIBERT, Iridiani Graciele; CIMA, Justina Inês (Org.), Ed. Rede Unida, Porto Alegre, 2018.

RODRIGUES, Sandra Marli da Rocha, **Agroecologia e sua materialidade na vida das mulheres camponesas**, In: Mulheres camponesas: Semeando agroecologia, colhendo saúde e autonomia, PULGA, Vanderléia Laodete; CALAÇA, Michela; CINELLI, Catiane; SEIBERT, Iridiani Graciele; CIMA, Justina Inês (Org.), Ed. Rede Unida, Porto Alegre, 2018.

RUSSO, Luiza. <https://mst.org.br/2020/09/19/conheca-o-legado-da-educacao-popular-brasileira-de-paulo-freire/>

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013

SANTOS. Tatiane Araújo dos. O Materialismo Dialético e a análise de dados quantitativos. 2018 <https://doi.org/10.1590/0104-07072018000480017>

Schönardie, Paulo Alfredo. Ulrich, Claudete Beise. Andrioli, Liria Ângela. **Educação Popular: epistemologias, diálogos e saberes**. Editora CLAEC. 1ª Edição Foz do Iguaçu 2022

SEIBERT, Iridiani Graciele. **Feminismo Camponês Popular: Contribuição das mulheres camponesas a luta de transformação social**. Brasília. [Dissertação de Mestrado]. Departamento de Estudos Comparados sobre as Américas (ELA). Universidade de Brasília (UNB). 2019.

SENRA ,Ricardo. Como o mesmo Brasil que alimenta 1 bilhão ultrapassou 10 milhões de famintos 'dentro de casa'? BBC- News Brasil 25 setembro 2020 disponível em 27/02/2023

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Educação, Sujeito e História**. Editora Olho d'Água . São Paulo. 2001

STRECK, Danilo R. REDIN Euclides, ZITKOSKI Jaime José (orgs.) . – 2. ed., rev. amp. 1. reimp. – Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2010.

TRIGUEIRO, Durmeval Mendes, (1968). **Expansão do ensino superior no Brasil**. Documenta, nº 9

TOURAINÉ, Alain. **Historicidade e classes sociais**. In: ZENTENO, Benitz (OrS.) . As classes sociais na América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977

Apêndices:**Apêndice 01- Termo Compromisso Livre e Esclarecido****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário (a), do Projeto de Pesquisa sob o título: **EDUCAÇÃO POPULAR COMO PARADIGMA FORMATIVO NA EMMANCIPAÇÃO DAS MULHERES CAMPONESAS: A EXPERIENCIA EDUCATIVA DA VIA CAMPESINA**. Meu nome é Julciane Inês Anzilago, sou membro da equipe de pesquisa deste projeto, doutoranda em Educação sob orientação do professor Doutor Aldimar Jacinto Duarte. Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável, residente na Ru RS 07 Qd7 Lt 20ª Recanto da Serra Uruaçu-GO, telefone (62)982218070, ligações a cobrar (se necessárias) ou através do e-mail julcianemmc@yahoo.com.br. Em caso de dúvida sobre a ética aplicada a pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da PUC Goiás, via e-mail (cep@pucgoias.edu.br), telefone: (62) 3946-1512, localizado na Avenida Universitária, N° 1069, St. Universitário, Goiânia/GO. Funcionamento: das 8 às 12 horas e das 13 às 17 horas de segunda a sexta-feira. O CEP é uma instância vinculada à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) que por sua vez é subordinado ao Ministério da Saúde (MS). O CEP é responsável por realizar a análise ética de projetos de pesquisa, sendo aprovado aquele que segue os princípios estabelecidos pelas resoluções, normativas e complementares.

Pesquisadores: Julciane Inês Anzilago e Aldimar Jacinto Duarte.

O motivo que nos leva a propor essa pesquisa é compreender o cotidiano das mulheres camponesas e suas praticas como emancipadoras, sendo que inda se tem uma cultura machista e patriarcal no campo. Assim a pesquisa dará elementos para compreender a ação da Via Campesina na formação das mulheres na busca da emancipação.

Tem por objetivo compreender, se e como, as práticas educativas dos movimentos sociais da Via Campesina em seus processos formativos contribui para a formação das mulheres camponesas como sujeitas na sua práxis cotidiana.

O procedimento de coleta de dados será Como participante da pesquisa, você será convidado (a) a responder um questionário e em seguida a fim de colher algumas informações importantes a esta pesquisa e que não tenham sido expressadas no mesmo, farei algumas perguntas para complementar as

informações já coletadas. A coleta de dados será via *Google Docs* e a partir das plataformas como *Skype*, *Google Meet*, *Zoom* ou *Teams* em virtude do quadro pandêmico vivenciado nacionalmente, ou se possível, a visita na qual almejamos que você responda este e também nos conte sua história conforme roteiro previamente enviado, será realizada em seu domicílio ou em outro local por você definido, no período da manhã ou da tarde, obedecendo à sua segurança, disponibilidade e à tranquilidade do melhor ambiente para o diálogo. As entrevistas terão a duração máxima de uma hora, na qual você poderá discorrer sobre sua trajetória de vida pessoal e profissional conforme delimitado pelo roteiro. Caso não consigamos concluir a entrevista em uma só visita, agendaremos um segundo encontro quando e onde for favorável a você.

Riscos: A presente pesquisa apresenta como risco, vergonha, medo, estresse, cansaço ao responder as perguntas, invasão de privacidade, Desconforto, constrangimento ou alterações de comportamento durante gravações de áudio e vídeo, alterações na autoestima provocadas pela evocação de memórias ou por reforços na conscientização sobre uma condição física ou psicológica restritiva ou incapacitante. Assim, pode vir a acarretar transtornos emocionais ou desconfortos em decorrência de sua participação. Se você sentir qualquer desconforto é assegurado assistência imediata e integral de forma gratuita, para danos diretos e indiretos, imediatos ou tardios de qualquer natureza para dirimir possíveis intercorrências em consequência de sua participação na pesquisa. Para evitar e/ou reduzir os riscos de sua participação as pesquisadas estarão cientes do teor da pesquisa. Pelo método e procedimento desta pesquisa, não prevemos danos graves, mas caso ocorra algum desconforto em decorrência da sua participação, está previsto o atendimento psicológico para a avaliação e acompanhamento, ou atendimento clínico se for o caso, ou você será indenizado (a) nas formas definidas pela legislação. Esta pesquisa não prevê gastos de sua parte, pois você será entrevistado (a) em sua própria residência ou em outro ambiente por você definido.

Benefícios: Esta pesquisa terá com benefícios contribuirá com a compreensão da educação popular nos processos formativos das mulheres camponesas em sua práxis. Você não receberá nenhuma forma de pagamento pela concessão dessa entrevista, no entanto, seus benefícios serão pelo fato de estar contribuindo com o auxílio de indicadores que possibilitem reflexões sobre o tema ser pesquisado.

Não há necessidade de identificação, ficando assegurados o sigilo e a privacidade. Caso você se sinta desconfortável por qualquer motivo, poderá interromper a entrevista a qualquer momento e esta decisão não produzirá qualquer penalização ou prejuízo. Você poderá solicitar a retirada de seus dados coletados na pesquisa a qualquer momento, deixando de participar deste estudo, sem prejuízo.

Os dados coletados serão guardados por, no mínimo 5 anos e, após esse período os dados da pesquisa serão arquivados em arquivo morto em lugar sigiloso e seguro. Se você sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, tem direito a pleitear indenização.

A devolutiva da pesquisa as pesquisadas serão de forma impressa com toda a sistematização dos dados, assim como um seminário em cada grupos para formalizar o feedback para as participantes e comunidade.

Você não receberá nenhum tipo de compensação financeira por sua participação neste estudo, mas caso tenha algum gasto decorrente do mesmo este será ressarcido pelo pesquisador responsável. Adicionalmente, em qualquer etapa do estudo você terá acesso ao pesquisador responsável pela pesquisa para esclarecimentos de eventuais dúvidas. Uma via deste documento está disponível para você, basta fazer o download do arquivo clicando [AQUI](#). Após ter recebido tais esclarecimentos e as informações sobre a pesquisa, no caso de aceitar fazer parte do estudo, você deve clicar na opção [CONCORDO](#) que você será direcionado para o questionário.